

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS

A vigilância e o diplomata.
A Doutrina de Segurança Nacional e a diplomacia na Bolívia em 1980.

Brasília

2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS
WANDERSON WILLIAM ALVES SILVA

A vigilância e o diplomata.

A Doutrina de Segurança Nacional e a diplomacia na Bolívia em 1980.

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em História à Comissão Julgadora do Instituto de Ciências Humanas e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, sob a orientação do Prof. Dr. Mateus Gamba Torres.

Brasília

2023

WANDERSON WILLIAM ALVES SILVA

A vigilância e o diplomata.

A Doutrina de Segurança Nacional e a diplomacia na Bolívia em 1980.

Este exemplar corresponde a redação final da
Dissertação de Mestrado Apresentada e _____
Pela Comissão Julgadora.

Data ____/____/____

Assinatura: _____

Orientador: _____

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres.

Comissão Julgadora:

Dr. André Cabral Honor.

Dr. Mateus Gamba Torres.

Dr. Rafael Nascimento Gomes.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço ao acaso por ter me propiciado, dentre as inúmeras possibilidades, de conhecer a Universidade de Brasília. Lá pude amadurecer como pessoa e nesse amadurecimento perceber que a vida é mais do que eu imaginava antes de ingressar na UnB, também pude encontrar valor em pessoas que edificaram minha trajetória acadêmica.

Dentre elas queria agradecer primeiramente meu orientador de mestrado, o Dr. Mateus Gamba Torres, que com sua paciência, dedicação e preocupação me acompanhou durante esse percurso do mestrado, justamente no momento da pandemia, quando muitos ficaram perdidos e completamente sem noção de como seguir seus projetos e planos antes programados, o professor colaborou de todas as maneiras para o desenvolvimento da pesquisa e escrita.

Queria agradecer também o Dr. André Cabral Honor, que com diálogos cotidianos me ajudou a expandir meus horizontes quanto ao que é história e como tirar história de lugares que pareciam haver nada. Agradecer a Dr. Neuma Brilhante Rodrigues, que talvez sem perceber me mostrou como uma mulher pode ser forte e guerreira no meio universitário, sem perder a leveza da simplicidade, respeito e cordialidade, traços de personalidade esses que eu tanto admiro nas pessoas; com isso serviu de inspiração para mim.

Gostaria de agradecer o departamento de história por ter me propiciado as oportunidades, por ter me acolhido e por ter me preparado para que eu pudesse usufruir das mais variadas oportunidades quando necessário. Agradecer a todo cidadão que lutou e luta por uma educação pública de qualidade, pois sem eles eu e muitos outros não saberiam responder onde estariam nesse momento.

RESUMO

O Presente trabalho foi elaborado no sentido de visualizar a construção da Doutrina de Segurança Nacional e sua atuação dentro das instituições do Estado brasileiro durante a ditadura, mais especificamente nas instituições ligadas à vigilância, quando começaram a perseguir e catalogar os chamados de subversivos. Tal atuação, executada pelas instituições através da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), tinha como objetivo catalogar possíveis insurgentes para que fossem perseguidos caso apresentassem perigo à ditadura na perspectiva dos militares. Para tanto foi necessário entender a origem da DSN, que advém da estratégia dos EUA para lidar com a América Latina na Guerra Fria após a Revolução Cubana em 1959, momento no qual o Pentágono percebeu um novo *modus operandi* revolucionário, a guerrilha. Após a identificação dessa estratégia guerrilheira ficou evidente de que as estratégias de guerra convencional não seriam as mais apropriadas para lidar com as Américas, então passaram a serem usadas estratégias que envolviam ações no plano psicológico reforçando a ideologia do capitalismo na região através de golpes e propagandas a partir de 1960, mas para isso era preciso conhecer a região, sendo assim também passou a ser artífice da estratégia a vigilância e informação que envolvia tanto os militares da região como intelectuais de universidades norte-americanas financiadas pelos militares estadunidenses. O principal produto desse esforço de estratégias para a manutenção do capitalismo na América do Sul acabou sendo a DSN com um complexo aparato de vigilância que se estendia por várias instituições do Estado, dentre elas o Itamaraty, que estendia esse sistema de vigilância para além das fronteiras nacionais. Mas um diplomata agiria em nome desse Estado ditatorial usando as prerrogativas da sua função de informante leal ao país de uma maneira controversa.

Palavras-chaves: Segurança nacional, ditadura, Bolívia, diplomacia.

ABSTRACT

The present work was developed to understand the construction of the National Security Doctrine (NSD) and its operation within the institutions of the Brazilian state during the dictatorship, specifically within the surveillance institutions, when they began to persecute and catalog individuals labeled as subversives. This action, carried out by institutions through the National Security Doctrine, aimed to catalog potential insurgents who could pose a threat to the dictatorship, from the military's perspective, so they could be pursued if necessary. To do so, it was necessary to understand the origin of the NSD, which derived from the US strategy to deal with Latin America during the Cold War after the Cuban Revolution in 1959, when the Pentagon identified a new revolutionary modus operandi: guerrilla warfare. After recognizing this guerrilla strategy, it became evident that conventional warfare tactics were not the most suitable for dealing with the Americas. Thus, strategies involving psychological operations were employed to reinforce capitalist ideology in the region through coups and propaganda starting from 1960. However, to accomplish this, it was necessary to have knowledge of the region, and therefore, surveillance and information gathering became integral parts of the strategy, involving both military personnel in the region and intellectuals from American universities funded by the US military. The main outcome of these efforts to maintain capitalism in South America was the NSD, which entailed a complex surveillance apparatus spanning various state institutions, including the Ministry of Foreign Affairs (Itamaraty), which extended this surveillance system beyond national borders. However, a diplomat would act on behalf of this dictatorial state, using the prerogatives of their informant role in a controversial manner.

Keywords: National security, dictatorship, Bolivia, diplomacy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
Capítulo 1. A DOCTRINA DA VIGILÂNCIA COLETIVA.	13
1.1 A INTERVENÇÃO NORTEAMERICANA: DO PLANO MARSHALL À DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL.	15
1.2 OS INTELECTUAIS E O COMPLEXO MILITAR NORTEAMERICANO.....	22
1.3 OS MANUAIS DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL.....	28
1.4 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E AS ESCOLAS DE GUERRA.	34
Capítulo 2. VIGILÂNCIA E DIPLOMACIA.	42
2.1 O DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO CIEX.....	48
2.2 DESCRIÇÃO DOS RELATÓRIOS.....	54
2.3 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL DENTRO DAS INSTITUIÇÕES.....	58
Capítulo 3. A BOLÍVIA E A DSN (O DIPLOMATA E A DSN).	62
3.1 O CIEX E A AMÉRICA DO SUL.....	62
Considerações finais.....	98
BIBLIOGRAFIA.....	102

INTRODUÇÃO

Conheci um fundo documental com a abreviatura CIEX gravada na lateral dos documentos enquanto fazia estágio no Núcleo de Estudos do MERCOSUL, o núcleo era em uma sala pequena que ficava no prédio do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinar da UnB, o CEAM. Após algumas semanas executando as funções que o estágio exigia resolvi parar um pouco para examinar do que se tratavam os documentos e logo ficou claro que a sigla gravada na lateral dos volumes encadernados era a abreviação de Centro de Informações do Exterior. Os documentos datavam do ano de 1966 a 1985, na época estava pesquisando sobre um golpe na Bolívia, então meu interesse era nos documentos sobre o país que cobriam o período de 1980, mas os volumes referentes a esse ano também incluíam relatórios de outros países. Lidando com essa documentação surgiu a curiosidade: aquele tipo de relatório era um documento comum do nosso Ministério das Relações Exteriores (MRE)? Então depois de ler um artigo publicado por um professor da própria UnB a pergunta foi respondida¹. O CIEX era na verdade um braço da ditadura dentro do MRE, aqueles relatórios não eram comuns ao ministério, eram documentos que se mantinham sigilosos até o ano de 2007, quando o então chanceler Celso Amorim tornou público os documentos, isso tudo foi publicado em uma matéria do Correio brasileiro².

Foi então que nasceu a vontade de fazer uma pesquisa com esse fundo documental, trabalhar como a Doutrina de Segurança Nacional brasileira influenciou a ação do Itamaraty em sua atuação junto à ditadura militar e qual era a influência das relações internacionais brasileiras no contexto político das ditaduras da região, com ênfase na Bolívia. A exploração dessas relações permitirá analisar como ocorria um relativo grau de alinhamento do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e seus diplomatas com os militares. Mas antes de discutir essa influência brasileira, foi necessário entender qual a tipo de dinâmica guiava a ditadura militar, para tanto o primeiro capítulo tratará do desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) no Brasil, que surgiu no contexto da Guerra Fria e se baseava em uma necessidade de proteger o país contra o que os militares consideravam na época a ameaça do comunismo internacional tomar a nação. Com base em referências bibliográficas que se envolvem com o

¹ FILHO, Pio Penna. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). In: Rev. Bras. Polít. Int. 52 (2): 43-62 [2009].

² SEQUEIRA, C. D. O serviço secreto do Itamaraty. p. 6855, 2016. Disponível em: <<https://dspace.stm.jus.br/xmlui/handle/123456789/33201>>. Acesso em: 22 de março de 2023.

tema foi analisado como o plano discursivo da DSN foi desenvolvido e adentrou nas entranhas institucionais do Brasil através dos mais vários meios.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi uma estratégia militar, política e civil que visava à proteção e defesa dos interesses dos militares no país, especialmente em relação à sua segurança interna no que a ditadura acreditava ser a luta contra o comunismo. Essa doutrina foi desenvolvida e implementada no contexto de ameaças às garantias individuais da população brasileira. A origem da DSN remonta à estratégia que os Estados Unidos e seus aliados buscavam para enfrentar o avanço do comunismo e proteger seus interesses geopolíticos na América do Sul. O discurso que a DSN adotou foi o de lidar com as ameaças consideradas subversivas ou contrárias aos interesses da nação.

Os fundamentos da DSN foram usados em regimes militares na América do Sul, sendo implantada de maneira abusiva, violando os direitos humanos e restringindo as liberdades civis em nome da segurança nacional. Durante períodos de ditadura, como ocorreu em alguns países latino-americanos nas décadas de 1960 a 1980, a DSN foi usada como justificativa para a perseguição, repressão e violação dos direitos de opositores políticos e grupos considerados subversivos. Apesar de ter sido criada nos EUA, o principal responsável pela sua disseminação no Brasil foi general Golbery do Couto e Silva na obra “Geopolítica do Brasil”, publicado em 1967 (Silva, 1967). No fim das contas a ditadura militar brasileira também foi a responsável por fortalecer essas ideias na América Latina.

Depois de entender os meios pelos quais a doutrina da vigilância adentra nas instituições, passou a ser necessário perceber os modos pelos quais ela funcionava. Então passaram a ser confrontadas bibliografias sobre ditadura com fontes diplomáticas típicas de expedientes do MRE. A bibliografia tem um condão de entendimento do que já foi trabalhado sobre o adentrar da DSN nas instituições brasileiras e como elas se articulavam entre si. As fontes que aqui serão trabalhadas servem para levar adiante a compreensão de como o sistema de vigilância das Forças Armadas (FA) eram conectados com os mais diversos setores estatais e serviam como uma base de dados cada vez mais expansiva no intuito de conseguir criar arquivos sobre o máximo de pessoas possíveis. Essa rede alcançava outros países e podia trabalhar em colaboração com instituições estrangeiras, o sistema de vigilância não se limitava aos brasileiros, também espionava estrangeiros que tinham alguma ligação com brasileiros.

O sistema de vigilância influenciado pela DSN não foi uma doutrina aplicada de maneira pura como foi idealizada, em cada instituição ele sofria um sincretismo da cultura de vigilância com a da própria instituição, o que acaba influenciando os modos de atuação do que eles acreditavam ser o combate ao comunismo.

Para entender com um pouco mais de profundidade como isso se dava, foi necessário analisar primeiramente a obra que os militares tinham como referência intelectual para aplicação da DNS, o livro “Geopolítica do Brasil” de Golbery do Couto e Silva. Na obra foi possível perceber os fundamentos que a ditadura tinha sobre essa doutrina e entender a matriz do pensamento que fundamenta essa ideia, que se baseia em uma noção sobre geopolítica. Esse alicerce foi um aspecto conceitual muito presente nesse período. Já Lucas Figueiredo em sua obra “Lugar Nenhum: Militares e Civis na Ocultação dos Documentos da Ditadura” foi possível entender mais especificamente como a DSN influenciava os trabalhos do Centro de Informação da Marinha (CENIMAR), mas não somente (Figueiredo, 2015). Figueiredo acaba explorando alguns outros setores do Estado a partir da documentação que teve acesso, setores esses que foram também explorados por Carlos Fico em “Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda: Os Pilares Básicos da Repressão” (Fico, 2019). Para concluir a exploração da influência que essa doutrina exercia sobre as instituições estatais foi necessário visitar o artigo “O Itamaraty nos Anos de Chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEX)”, nele Pio Penna Filho faz uma descrição de como o Ministério da Relações Exteriores colaborava com a ditadura militar através de uma sala secreta presente na instituição (Penna Filho, 2009). Então depois de contextualizar o que se entendia na perspectiva desses autores sobre os sistemas de vigilância do Estado, se aprofundar nas fontes do próprio CIEX foi o mais importante para entender o que exatamente continha nesses relatórios.

Esse levantamento acaba evidenciando a função do Centro de Informação do Exterior no complexo sistema de vigilância da ditadura. Os relatórios produzidos pelo CIEX são documentos importantes sobre o que aconteceu no período, esse tipo de documentação usada como fontes servem como provas do que se passou no país nesse período. Provas essas que os militares fizeram algum esforço para manter escondidas. As fontes analisadas por Lucas Figueiredo só foram obtidas porque ele tinha algum contato com pessoas dentro do Exército. Mesmo com a Comissão Nacional da Verdade instalada era difícil conseguir as fontes que estavam em posse das Forças Armadas. No caso do CIEX, ele só foi descoberto em 2007, quando o chanceler Celso Amorim, nomeado pelo presidente Lula como ministro das Relações Exteriores, conseguiu acesso ao amplo histórico documental da instituição. Atualmente esses arquivos podem ser encontrados em sítios de armazenamento de fundos documentais digitalizados. Tais documentos foram produzidos à época da ditadura com intuito de catalogar qualquer pessoa que os militares acreditassem poder causar qualquer ameaça ao sistema ditatorial, embora o sistema de vigilância evoluísse para o caminho de poder catalogar todos os

habitantes do país, como mostra Figueiredo ao tratar do CENIMAR³. O formato dos documentos são fichas que contém informações pessoais de cada cidadão tido como alvo de vigilância, também pode-se encontrar relatórios que descrevem eventos ou situações das quais estavam presentes esses alvos de espionagem; no caso de haver algum novo indivíduo presente com essa pessoa, esse outro indivíduo também cairia das garras do Serviço Nacional de Informação e seria fichado junto aos demais.

Para aprofundar o entendimento sobre o período, além dos arquivos do CIEX, serão usados informes do Itamaraty típicos de expediente, especificamente sobre a Bolívia, disponíveis no Arquivo Nacional; e por último será analisado o diário do diplomata Affonso Arinos. Os informes típicos de expediente são os produzidos normalmente por diplomatas, que não são diretamente dirigidos ao CIEX, esses são arquivos que até podem ter algum sigilo, mas que ao fim do seu sigilo caem em domínio público seguindo a burocracia comum do Estado; o assunto também é sobre o contexto interno dos países dos quais os diplomatas seguem em missão, não apenas da vigilância de brasileiro perseguidos pela ditadura. Já o diário de Affonso Arinos foi publicado como livro com título “Tempestade no Altiplano” em 1998. (Arinos, 1998)

Este último terá um viés de confrontação dentre os arquivos do Itamaraty e o ponto de vista pessoal do diplomata exposto no diário. O intuito de usar esse diário é confrontar informações sobre atuação da diplomacia no período em questão, 1980, e com isso ter uma dimensão mais ampla da atuação de um embaixador no exercício de sua função.

Para entender a influência da DSN na ação dos diplomatas optou-se por dar ênfase ao período em que ocorre um golpe de Estado na Bolívia, por isso a escolha do primeiro ano da década de 1980. As condições da época tornam o acontecimento do golpe um fenômeno rico para se analisar a ação de um diplomata em condições de instabilidade política.

No capítulo 1, tratar-se-á de como o conflito mundial conhecido como Guerra Fria influenciou aspectos regionais do continente sul-americano. Para tanto foi necessário entender o discurso da ditadura militar brasileira, que fundamentava sua necessidade por estabelecer que o país estava correndo uma ameaça comunista e então os militares precisaram tomar o poder para garantir a segurança nacional.

No que diz respeito ao aspecto intelectual, a ditadura brasileira se faz valer de um discurso que pode ser chamado de Doutrina de Segurança Nacional. Essa doutrina pode ser encontrada de maneira sistematizada na obra Geopolítica do Brasil, que foi escrita pelo general

³ O CENIMAR foi um setor criado pelo decreto N° 42.688, de 21 de novembro de 1957, tinha por finalidade a obtenção de informes de interesse da Marinha do Brasil. Legalmente essa era a justificativa para justificar a formulação dos órgãos de espionagem da Marinha.

Golbery do Couto e Silva. Apesar de no Brasil ter sido sistematizada por Golbery, suas origens se remetem aos Estados Unidos da América, que decidiram aplicar uma nova estratégia de manutenção do seu poder na região após a Revolução Cubana em 1959. Essa nova tomada de rumo estava alicerçada na radicalização e na supressão de garantias individuais com vigilância e repressão a qualquer um que os militares considerassem perigosos. Na elaboração dessa doutrina houve financiamento militar de pesquisas em universidades norte-americanas e levantamento de dados sobre os países latino-americanos para entender o funcionamento da região e a partir disso aplicar as ferramentas de controle das massas.

No capítulo 2 será analisado como essa doutrina influenciou o funcionamento das instituições, pois apesar dos sistemas de informação apresentarem um comportamento comum, há alguma especificidade a depender da instituição influenciada pela doutrina. Com isso é possível mostrar que a Doutrina de Segurança Nacional, a despeito de ser criada nos EUA e sistematizada por Golbery, ela cria uma identidade própria quando entra nas entranhas do Estado e em cada instituição ela tem uma operação singular, mas trabalhava em conjunto na perseguição de opositores políticos da ditadura. Então para discorrer com mais detalhes sobre esse funcionamento, o capítulo se aprofunda no funcionamento do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) analisando fundos documentais do centro, seu formato e conteúdo.

No último capítulo, entrar-se-á na atividade diplomática de fato, o capítulo se debruça sobre a atuação do diplomata em solo boliviano, passando de maneira pontual na atuação do José Romero, diplomata da Argentina que atuava na Bolívia no ano de 1980. Seu caso é relevante porque serve de apontamento de como atua um diplomata que segue as diretrizes da ditadura do seu país, pois José Romero segue seus discursos baseado na noção de geopolítica da época, a mesma que Golbery usou na formulação da DSN, o trabalho do argentino contrasta com a atuação de Affonso Arinos. Esse contraste é mostrado porque o diplomata brasileiro ao invés de seguir os valores que o conceito da geopolítica evocam na época, mostra ter um maior apreço pela democracia e o respeito a autodeterminação dos povos. Outro fato a se destacar é que mesmo fazendo parte da infraestrutura brasileiro e com isso ter que cumprir seu papel frente à nação brasileira que está tomada pelos militares.

Nota-se assim que forças fora da nação brasileira colaboraram com a construção da ditadura e que o Estado junto ao seu corpo administrativo foi usado para perseguir a própria população; com isso pessoas passaram a lutar contra esse sistema repressivo, com muitos indo para a clandestinidade para tentar fugir do aparato de repressão, mas alguns homens públicos

continuaram atuando na sua função, usando esse espaço para atuar em um ambiente entre a cooperação com o sistema brasileiro e a resistência da ditadura boliviana.

Capítulo 1. A DOUTRINA DA VIGILÂNCIA COLETIVA.

No último dia do mês de março do ano de 1964 a democracia brasileira foi aviltada em decorrência de um golpe de estado dado pelas forças armadas do Brasil e com apoio de vários setores da comunidade civil. A partir desse momento foi instalada uma ditadura que suprimiu liberdades individuais e implantou o autoritarismo durante 21 anos no maior país da América do Sul (FERREIRA, 2014, p. 7). Nesse sistema ditatorial instalado coexistia uma relação do Estado com os brasileiros que estavam presentes e com os que estavam ausentes da nação. Enquanto perseguições eram recorrentes dentro do país, fora dele houve a vigilância dos exilados que se opunham ao regime.

A ditadura implantada no Brasil estava inserida em um contexto de disputa pela hegemonia⁴ política mundial travada entre Estados Unidos e União Soviética. Esse contexto causou nos países da América Latina um clima de vigilância e perseguição que mexia nas estruturas nacionais, um dos fatores que favorecia esse clima se chamava Guerra Fria. Para Hobsbawm, o grande filósofo Thomas Hobbes observou: “a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida” (HOBBS, 2003, p. 46). Segundo Hobsbawm (1995) a Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvida um desses períodos em que a vontade de batalha era reconhecida internacionalmente. Ambas as potências permaneceram em uma guerra de proporções mundiais que durou quase meio século (1947-1991). Era um conflito cujo epicentro não existia, todo o globo estava à mercê desse embate que gerava um profundo desgaste político, econômico e social dentro e fora das nações que circundavam esses impérios.

No Brasil não foi diferente: imerso nesse mundo de polarização causado pelo embate entre o liberalismo norte-americano e o comunismo soviético vários órgãos foram criados para auxiliar na busca de opositores ao sistema ditatorial estabelecido pelos militares no Brasil, que por sua vez dizia lutar contra o comunismo. Nos discursos oficiais a ditadura brasileira não declarava os perseguidos como simples opositores do regime; fazia crer que a perseguição buscava quem era contra a nação brasileira. Além dos discursos proclamados pelos ditadores e

⁴ Parte da literatura política designa com o termo Hegemonia — decalque latino da palavra grega *egemonia*, que significa "direção suprema", usada para indicar o poder absoluto conferido aos chefes dos exércitos, chamados precisamente *egemónes*, isto é, condutores, guias — a supremacia de um Estado-nação ou de uma comunidade político-territorial dentro de um sistema (BOBBIO, 1998, p. 589).

altos escalões do governo que logravam para si os status de verdadeiros brasileiros, podia-se encontrar também na legislação essa ideia de que estava se protegendo a nação ao invés de proteger o sistema ditatorial encabeçado pelos militares. O artigo 2º do Decreto Lei nº 314 de 1967 corroborava com essa ideia ao estabelecer que “a segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos”⁵.

Ainda nesse mesmo decreto encontrava-se no seu artigo 1º que “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei”⁶. Esse tipo de legislação é apenas um dos pilares do que se entende por Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que não se resume apenas à legislação, mas soma-se a um conjunto de ideais e discursos que geraram consequências práticas no Brasil. O fato dessa doutrina constar na legislação, amarrava os contornos das práticas que poderiam ser escancaradamente vistas como arbitrárias.

A legislação dava ao exercício do poder legitimidade, pois a ditadura acabava sendo amparada em suas ações por instrumentos oriundos da lei que descreviam um inimigo indefinido. Esse tipo de legislação servia como uma espécie de mimetismo e adaptava-se a qualquer ambiente: o inimigo podia ser o padre, o professor, o aluno, o camponês, qualquer vigilante defensor da democracia ou intelectual avançado (COMBLIN, 1978, p. 48).

Importante salientar que esse arcabouço legislativo não aparenta ter historicamente o condão de expandir a DSN no intuito de tentar abarcar todas as possíveis formas de alienação de uma sociedade, mas de controlar os limites da ação social baseada nessa doutrina dentro do país. Além disso, a legalidade é um atributo e um requisito do poder, daí o entendimento de que um poder é legal ou age legalmente, sendo assim exercido no âmbito ou em conformidade com as leis estabelecidas (BOBBIO, 1998, p. 674). Por isso a existência de tais leis colaborando com a DSN corroboraram com a construção da mesma, pois assim as pessoas que reforçavam essa doutrina entendiam-se como cumpridoras das leis, jogando automaticamente na ilegalidade qualquer um que as confrontasse.

Eram os arcabouços legislativos, tais como a Lei nº 314/67, que definiam os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, constituindo um dos pilares que formava o que se conhecia por Doutrina de Segurança Nacional. Um conceito razoável para esse termo pode ser o que Enrique Serra Padrós trouxe em seu doutorado, a Doutrina de Segurança Nacional servia para:

⁵ Decreto Lei 314 de 13 de março de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0314.htm>. Acesso em: 22 de março de 2021.

⁶ Idem.

Implicar atores locais na defesa de uma área que passou a ser compreendida como inserida na nova concepção de segurança interna dos EUA que o Pentágono, através da DSN, assumiu a qualificação das Forças Armadas da América Latina, fornecendo treinamento, doutrinação, armamento e suporte logístico. Por detrás dessa ação, objetivou o combate dos focos de descontentamento e de agitação social que podiam desestabilizar a região. Para tanto, multiplicou a criação de novas escolas com essa finalidade e o treinamento de quadros policiais e militares para maior eficiência no enfrentamento da ameaça externa e interna comunista. (PADRÓS, 2005, p. 210).

Todavia, não só de legislação era composta essa doutrina, também era fundamental para a propagação dessa ideologia o conjunto de valores transmitido através de instituições militares.

A Guerra fria constitua-se em uma das bases de sustentação dessa organização legislativa e institucional da ditadura brasileira. Como o conflito não era direto entre as duas potências por medo de uma catástrofe nuclear que pudesse pôr em risco a existência da humanidade⁷, a disputa se dava pelo empenho do bloco capitalista e do bloco comunista de fazerem as demais nações girarem em torno da sua órbita de influência, garantindo assim a imposição ou manutenção do seu sistema econômico e visão de mundo como correta.

1.1 A INTERVENÇÃO NORTEAMERICANA: DO PLANO MARSHALL À DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL.

Antes da DSN se tornar o principal meio de manutenção dos preceitos que os militares brasileiros chamavam de valores cristãos ocidentais, uma das primeiras estratégias dos norte-americanos para garantir a manutenção do seu sistema após o fim da Segunda Guerra Mundial foi a ajuda financeira para reconstruir os países destruídos no confronto, o Plano Marshall⁸. Manter a América Latina sob sua zona de influência sempre foi uma questão importante para os EUA, questão que já se evidenciava desde a Segunda Guerra Mundial quando o então presidente norte-americano Franklin Roosevelt pressionou o Brasil e outros países da região a se posicionarem frente ao conflito. Como afirma Getúlio Vargas em seu diário ao tratar de como

⁷ “Dado o poderoso arsenal nuclear que ambas possuíam, o conflito entre elas não poderia ser resolvido pela via militar, pois colocaria em risco a existência de toda a humanidade.” (Cohen, 1993; Gaddis, 2005 apud MAGALHÃES, 1996: 8).

⁸ O Plano Marshall se refere, historicamente, a uma proposta cujas linhas mestras foram lançadas publicamente em 1947 pelo secretário de Estado George C. Marshall, chefe do Departamento de Estado dos Estados Unidos durante a presidência de Harry Truman (1945-1953).¹ Em seu formato original, o plano formalmente encerrou-se em 1951, mas suas atividades permaneceram em curso na administração seguinte, sob a presidência de Dwight D. Eisenhower (1953-1961). Depois que tomou a forma de um programa aprovado pelo Congresso e com dotação orçamentária própria, a proposta assumiu a configuração de um programa governamental de cooperação internacional: o ERP. Todavia, o apelido (Plano Marshall) prevaleceu como sua marca registrada. Tudo o que se referia ao ERP era publicado com o carimbo de Plano Marshall. o manual básico do programa, Marshall Plan: a handbook of the Economic Cooperation Administration (United States, 1950b).

os EUA agiram na América naquele período: “a maioria dos países americanos que adotaram essas soluções de declarar guerra ou romper relações não o fez espontaneamente. Foram coagidos pela pressão americana” (VARGAS, 1995, p. 452). Essa declaração expõe como o presidente da maior nação da América Latina entendia a ação dos norte-americanos na região, explicando que os EUA faziam questão de coagir os países de seu continente.

Apesar dessa preocupação com a América Latina como campo de influência ideológica, poucos gastos materiais norte-americanos foram disponibilizados para a região com o Plano Marshall. Martins Filho, ao examinar os arquivos do Departamento de Defesa Americano, conseguiu as cifras do ano de 1950 e aponta que “a Europa ficou com cinquenta e cinco por cento, o Extremo Oriente com vinte e três por cento, o Oriente Próximo, Sul da Ásia e África com quatorze por cento e a América Latina com um por cento” (MARTINS FILHO, 1999, p. 70). Diante de tantos esforços que foram empenhados pelos EUA para conter o avanço do comunismo no mundo, seria mais racional do ponto de vista geopolítico⁹ da região despender um maior financiamento com países mais próximos de suas fronteiras para segurança dos seus territórios do que com países mais distantes.

Aparentemente dois fatores tinham mais relevância do que a geopolítica da América nessa divisão de recursos. A primeira, que foi aventada por Martins Filho ao analisar o ponto de vista dos EUA, aponta que “um ataque direto pelas forças comunistas na América do Sul é improvável” (MECHAM apud MARTINS FILHO, 1999, p.70). A segunda seria a geopolítica da URSS, que estava muito próximo dos países europeus, por isso caberia aos EUA fazer a reconstrução do velho mundo e assim garantir a manutenção do capitalismo na região com o *Welfare State*,¹⁰ evitando que a Europa e a Ásia capitalistas buscassem o sistema comunista como visão de mundo mais viável para a solução de seus problemas e desenvolvimento de suas nações.

Durante quase duas décadas, essa estratégia de apoio econômico se mostrou eficaz na contenção do comunismo, seja em maior ou menor quantidade de investimentos. O que

⁹ Para além das origens da geopolítica que remontam em parte à geografia política do século XIX que deram impulso aos projetos políticos do pangermanismo e que acabaram desembocando nas ambições alemãs do dito Espaço Vital que seguiram a linha de Frédéric Ratzel (1844-1904). O conceito mais apropriado a ser usado é o do coronel argentino Jorge E. Atencio: a geopolítica é a ciência que estuda a influência dos fatores geopolíticos sobre a vida e a evolução dos Estados, com a finalidade de obter conclusões de ordem política. Ela orienta o homem de Estado na condução da política interna e externa do Estado e orienta o militar no preparo da defesa nacional e na conduta estratégica; facilitando a previsão do futuro, graças à consideração da relativa permanência da realidade geográfica, ela lhes permite deduzir, a partir dessa realidade, a maneira de atingir os objetivos e, conseqüentemente, as medidas políticas ou estratégicas convenientes. (COMBLIN, 1978, p. 25)

¹⁰ O Estado do bem-estar (*Welfare state*), ou Estado assistencial, pode ser definido, à primeira análise, como Estado que garante "tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo o cidadão, não como caridade, mas como direito político" (BOBBIO, 1998, p. 426).

fundamentava essa lógica do plano Marshall era sanar nas demais nações tudo que de alguma maneira fosse servir de brecha para o crescimento do comunismo, sendo a miséria e a pobreza uma das principais fissuras no capitalismo que permitia a entrada da ideologia comunista na nação. O intuito dos norte-americanos consistia em fornecer os recursos às nações necessitadas para que não fossem os soviéticos a fornecerem. Nesse panorama, apesar da América Latina estar na agenda de importância dos EUA, ela figurava em um plano inferior, segundo Martins Filho:

América Latina fora do ‘Espaço Primário’, ‘onde a luta pelo poder’ atual está ocorrendo, que se situa entre os paralelos dez e quarenta latitude norte e é ocupado pelas nações cujo território poderia servir como área de conflito armado entre o mundo livre e as nações comunistas. (MARTINS FILHO, 1999, p. 71).

O Plano Marshall para as Américas não foi uma ajuda financeira relevante, o que havia eram paliativos financeiros à base de empréstimos. Stephen Rabe é um historiador norte-americano com ampla produção sobre a Guerra Fria, mais especificamente sobre como os EUA se relacionaram com a América Latina durante esse período. Escreveu vários livros sobre o assunto, um dele se chama “Eisenhower e a América Latina: A Política Externa do Anticomunismo”¹¹. Nessa obra ele trabalha como a administração Eisenhower levou o contexto da Guerra Fria para a região, boa parte do esforço norte-americano para ajudar a região era tentar comprar suas commodities; no fim dos anos 1950, no entanto, os valores de mercado desses produtos estavam muito baixos, isso fazia com que os líderes latinos se sentissem insatisfeitos com o contexto e cobrassem maiores investimento na região. A administração Eisenhower sempre reforçou a ideia de que o capital estrangeiro seria o combustível que iria turbinar o crescimento latino, e foi com essa retórica e os baixos empréstimos que os EUA mantiveram a América Latina até o fim da década de 1950 (RABE, 1988, p. 23), o Brasil mantinha comércio com os demais países, essa retórica de Eisenhower era para fortalecer o imaginário da importância econômica dos EUA.

No entanto o dia 1 de janeiro de 1959 rompeu com a ideia que se tinha da eficácia desse mecanismo de investimento e de que a América Latina poderia estar em segundo plano nas estratégias de contenção do comunismo. Nessa data ocorreu um evento que criaria um paradigma para os EUA: a Revolução Cubana. Com ela também surgiu o entendimento de que a substituição do capitalismo para o comunismo não precisava vir de uma intervenção direta

¹¹ RABE, S. G. Eisenhower and Latin America: The foreign policy of anticommunism. Chapel Hill, NC, USA: University of North Carolina Press, 1988.

dos soviéticos, como era a preocupação norte-americana com a região até então. A Revolução Cubana trouxe à tona o fato de que as ideologias comunistas poderiam florescer dentro do solo de qualquer nação a partir dos cidadãos que nela habitassem (FERNANDES, 2009, p. 835).

Com a chegada da disputa eleitoral norte-americana em 1960, Cuba passou a ser uma das principais pautas dos acalorados debates para a presidência do país. Contra Nixon o democrata John Kennedy empenhou-se em tirar partido da situação. Incentivado pelo tom anticastrista da grande imprensa americana, o candidato desafiante fez do combate à Revolução Cubana um dos principais lemas de campanha e progressivamente os discursos políticos no calor das eleições foram tornando Cuba o maior perigo para os objetivos dos EUA na América Latina (MARTINS FILHO, 1999, p. 72).

Diante disso, a preocupação dos EUA sobre o resto da América passou a ser como inibir a repetição do que aconteceu em Cuba nos demais países. A Revolução ocorreu a partir de um ideário de combinação dos esforços militares junto a um programa social de ação cívica na população cubana, um tipo de ação até então pouco estudada pelas grandes nações. A bibliografia militar acerca do assunto guerra revolucionária entende que essa doutrina foi descrita de maneira sistematizada a primeira vez pelos franceses em *Guerre révolutionnaire et arme psychologique*, manual produzido em decorrência da derrota francesa na Indochina onde essa ação foi usada nas lutas de libertação nacional em 1954 (MARTINS FILHO, 1999, p. 73). Somente após a vitória de Fidel Castro em Cuba os norte-americanos passaram a lidar com esse tipo de questão e passaram a priorizar o continente americano criando a sua versão desse manual: A Doutrina Contra Insurreição (MARTINS FILHO, 1999, p. 72).

A então nascente doutrina no contexto da Guerra Fria enfatizava a reorganização das Forças Armadas dos EUA, modificava-se então a ênfase dada à geopolítica da URSS voltada para a Europa e Ásia, redirecionando parte de sua atenção para os países do chamado terceiro mundo. É possível encontrar no site da livraria digital da *University of Michigan* um documento oficial do *Federal Register* contendo o que poderia ser conceituado como uma teorização do presidente Kennedy sobre a contrainsurreição:

(...)uma luta em muitos sentidos mais difícil que a guerra [...] que ocorre todos os dias, sem alarde, em milhares de aldeias e mercados e nas salas de aula de todo o mundo. Os exércitos e os armamentos modernos servem principalmente como o escudo atrás do qual a subversão, a infiltração e uma série de outras táticas avança tenazmente [...] explorando o legítimo

descontentamento e anseios populares e as armadilhas legítimas dos processos de autodeterminação.¹² (WALKER, 1993, p. 164).

Pode-se depreender desse trecho de John Kennedy o que viria então a ser a posição norte-americana quanto ao continente dali em diante. As estratégias de atuação e o entendimento da dinâmica de cada país em particular é mais minuciosamente detalhada do que essas linhas gerais, mas elas servem quase como diretrizes norteadoras sobre a perspectiva que será usada para analisar a região.

Apesar do foco no combate à disseminação do comunismo no continente americano se dar de maneira mais enfática após a Revolução Cubana, já era possível perceber em 1954, na *X Conferencia de Interamericana*, em Caracas, a denúncia da ação do comunismo internacional na América Latina. O discurso foi dirigido à Guatemala que passava por reformas baseada na ideia de justiça social, dentre essas reformas havia também a Reforma Agrária, o que prejudicava uma empresa americana chamada *United Fruit Company*, uma poderosa multinacional proprietária de muitas terras na Guatemala (RAMPINELLI, 2007, p. 110).

Sendo alvo das políticas de reforma do presidente Jacobo Arbenz, a multinacional articulou junto as oligarquias locais e Igreja Católica a manobra da opinião pública pela derrocada do presidente reformista (RAMPINELLI, 2007, p. 112). Os EUA passaram a tratar a Guatemala como célula do comunismo internacional na América, fazendo com que os demais países latino-americanos também a tratassem do mesmo modo. Isso deixou o país da América Central isolado e acabou gerando a queda do presidente Arbenz. Consagrava-se naquele instante como característica da política externa dos Estados Unidos a interferência em assuntos internos de outros países¹³ de modo a isola-lo dos demais como se fosse um paria.

O que mudou após a Revolução Cubana foi a estratégia norte-americana, baseada agora na ideia de conter a guerra de guerrilhas se possível, enfrentá-la se necessário (MARTINS

¹² Texto original: struggle in many ways more difficult than war...taking place every day, without fanfare, in thousands of villages and markets and in classrooms all over the globe. Armies and modern armaments serve primarily as the shield behind which subversion, infiltration and a host of other tactics steadily advances discontent of yearning people and the legitimate traps of self-determination. exploiting the legitimate. (WALKER, 1993, p. 164). Publicação original foi feita no *Public Papers of the President*, 1961. P. 306. Disponível em: <<https://quod.lib.umich.edu/p/ppotpus?key=title;page=browse;value=j>>. Acessado em: 30 de março de 2021.

¹³ Waldir José Rampinelli, Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, explica em *O Primeiro Grande Êxito da C.I.A. na América Latina*, 2007, que o Departamento de Estado Americano, a *United Fruit Company* e a CIA, com a ajuda subsidiária da Igreja Católica e de oligarquias locais realizam todo tipo de artimanhas contra o governo constitucional de Arbenz, tais como: acusa-se sistematicamente a Guatemala de estar favorável ao *comunismo internacional* e de que a União Soviética começa a montar uma *cabeça-de-praia* como estratégia para chegar ao continente americano. A imprensa conservadora da América do Sul, comandada pela estadunidense paulatinamente conseguem isolar a Guatemala dos demais países centro-americanos. Com isso ocorreu a invasão armada comandada pela Agência Central de Inteligência, a um país cujo governo apenas desejava um capitalismo mais moderno para seu povo e soberania e independência para o Estado.

FILHO, 1999, p. 8), substituindo a ideia da defesa coletiva do hemisfério contra um inimigo externo baseada em acordos como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca¹⁴ (TIAR) pelo conceito de manutenção da ordem interna.

Segundo Simões Fernandes, a Revolução Cubana inspirou movimentos nacionalistas, reformistas e comunistas em todo o subcontinente, tendo como principal mote o anti-imperialismo norte-americano (FERNANDES, 2009, p. 835). Fato que também corroborou e reforçou a necessidade de que os EUA voltassem sua atenção com mais ênfase aos países latino-americanos com receio de mais movimentos análogos ao de Fidel ganhassem força na região. Importante ressaltar que o mote anti-imperialista não era exclusivo dos movimentos reformistas e comunistas: ditaduras militares anticomunistas da região também faziam uso desse mote quando sofriam interferência estadunidense, principalmente na ditadura boliviana, mas também a ditadura argentina e uruguaia, assunto que será abordado mais adiante.

Voltando aos anseios revolucionários despertados pelos cubanos no resto do continente, verifica-se que tais aspirações também corroboraram para que a América Latina se tornasse prioridade na agenda dos Estados Unidos. Em virtude disso, a participação da região no total da ajuda militar e financeira dos EUA ultrapassou o patamar de um por cento em que se mantivera durante os anos cinquenta, para chegar a seis por cento em poucos anos (CHILD apud FILHO, 1999, p. 75), após a Revolução Cubana.

Embora esses sejam os dados dos valores dirigidos para região da América Latina, há cifras que se somam a essas, mas que não são contabilizadas como investimentos financeiros diretos para a região. É preciso ter em mente que esse investimento não foi exclusivamente para o desenvolvimento da região, embora uma parte o fosse para essa função na figura da Aliança Para o Progresso, programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado quando os Estados Unidos e 22 outras nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este em agosto de 1961. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante. A administração dos fundos norte-americanos competia em sua maior parte à United States Agency for International Development (USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)¹⁵. O foco do investimento era para o combate contra o comunismo. A verba servia à preparação de

¹⁴ O convênio se baseava no princípio de que um ataque armado movido por qualquer país contra um estado americano seria considerado um ataque contra todos eles.

¹⁵ Agency for International Development (USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>>. Acesso em: 02 de junho de 2021.

programas de instrução contra insurreições, ao invés de se tentar combater o comunismo com tanques, navios pesados e aeronaves de alto desempenho como era de se esperar em conflitos entre nações. O combate agora se dava com caminhões e blindados leves, material para patrulhas pequenas e aviões de combate e transporte multiuso relativamente lentos (CHILD apud MARTINS FILHO, 1999, p. 76). Essa nova racionalidade dirigida para região podia ser encontrada em documentos oficiais e traduzida em números:

“O custo total de uma companhia de controle de tumultos com duzentos e vinte e cinco homens, totalmente equipada com mochilas pessoais, gás lacrimogêneo, cassetetes, armas de mão e um carro-tanque para dispersar multidões com tinta indelével chega a apenas US\$ cinquenta e oito mil dólares”. (RABE, 1989, p. 118).

Na perspectiva dos EUA esse gasto era pequeno se comparado aos bilhões de dólares que os presidentes latinos cobravam como investimento.

As cifras, cuja contabilidade não fazem parte dos investimentos da Aliança para o Progresso destinada diretos na região; seja para programas de combate à pobreza, ajudando no desenvolvimento econômico da região, ou para a compra de equipamentos militares; também são investimentos dirigidos à luta contra insurreição. A doutrina da contrainsurreição não é uma simples estratégia de perseguição de combate a inimigos declarados, como acontece em uma guerra tradicional, que tem dificuldades tantas que não cabe aqui enumerá-las, mas há a facilidade de se saber fisicamente quem é seu inimigo no campo de batalha, seriam os que estão do lado oposto das trincheiras, como foi o caso da Primeira Guerra mundial, onde os países lutavam em lados opostos fisicamente. A busca por inimigos nessa nova campanha dos Estados Unidos necessitava um tanto mais de sofisticação, pois não havia trincheiras físicas separando inimigos de aliados, e a busca por inimigos agora estava nas pessoas que estão do mesmo lado da trincheira. Não se pode dizer que a perseguição era arbitrária, pois isso poderia causar um caos dentro das nações onde essa doutrina fosse instaurada e fugir dos planos que os norte-americanos tinham para as Américas, fazendo com que sua solução para combater o comunismo internacional pudesse vir a ser pior do que o problema do próprio comunismo. Tanto que alguns anos depois as nações que deixaram transparecer o exagero nos atentados contra os direitos

humanos sofreram isolamentos por parte dos EUA no começo da década de 80 do século XX, como ocorreu na Argentina¹⁶, na Bolívia¹⁷ e no Uruguai¹⁸.

1.2 OS INTELLECTUAIS E O COMPLEXO MILITAR NORTEAMERICANO.

No intuito de desenvolver estratégias de busca contra potencial movimento revolucionário que pudesse vir a ser aliado do comunismo soviético, os EUA tentaram agir com a máxima eficácia possível. O Departamento de Defesa Americano atraiu pesquisadores de universidades norte-americanas viabilizando o uso das ciências do comportamento e outras tecnologias para aumentar a capacidade de evitar com antecipação um colapso social e sugerir soluções (LOWE, 1966, p. 44).

Rabe argumenta que os setores de inteligência dos EUA resolveram que os militares latino-americanos deveriam ajudar no crescimento de seus países, assim o governo propôs programas de ação cívica com soldados construindo barragens, estradas e outros projetos de obras públicas. Esse papel de desenvolver seus países foi reforçado em agosto de 1960 na zona do canal do Panamá. Já o governo Eisenhower não estava recomendando que os oficiais latinos se transformassem em trabalhadores da construção civil, em vez disso, as autoridades estadunidenses queriam que os militares latino-americanos se concentrassem na defesa interna (RABE, 1988, p. 173), ao passo que a conclusão é a mesma, que os militares assumissem o protagonismo do país, com divergências norte-americanas quanto ao método, havendo uma divergência entre a inteligência e o presidente. Mas não só isso, programas de intercâmbio de seis semanas foram criados para que professores e estudantes latinos fossem a campi universitários dos EUA. O intuito era criar um número crescente de líderes estudantis politicamente inclinados e bem-informados o suficiente para defender relações amistosas entre seus países e os EUA, mas mais importante que isso foi o grupo cuidadosamente selecionado de estudantes estadunidenses enviados à América-Latina para influenciar movimentos estudantis (RABE, 1988, p. 173), os quais também envolviam intercâmbio de professores.

Esse tipo de intercâmbio acadêmico entre pesquisadores dos países do sul e do norte das Américas gerava casos como um estudo exposto pela mídia chilena no ano de 1965 (SULZBERGER, 1965, p. 24). Um dos pesquisadores chilenos convocados para esses estudos

¹⁶ Carga do CIEX/SEDOC de 1980. Vol. 28. Difusão do nº 001 ao 211. Nº 022/80.

¹⁷ Assim como com a Argentina e com o Uruguai os EUA ameaçaram lançar sanções econômicas contra Bolívia, mas no caso deste último foi na tentativa de inibir um golpe de Estado. ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE nº 1254 DE 10 DE JUNHO DE 1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001.

¹⁸ Carga do CIEX/SEDOC de 1980. Vol. 28. Difusão do nº 001 ao 211. Nº 080/80.

ficou insatisfeito quando teve uma noção mais ampla do que se tratavam os levantamentos de dados. O país foi um dos selecionados para servir de laboratório das estratégias desenvolvidas pelos intelectuais junto aos militares estadunidenses. As denúncias ecoaram em solo norte-americano e geraram oposição ao projeto por parte do Departamento de Estado dos EUA, chegando a ocorrer até mesmo intervenção do presidente Lyndon Johnson para interromper o projeto por completo¹⁹.

Uma observação quanto à exposição desses eventos narrados deve ser feita para que se tenha uma maior noção da complexidade dos acontecimentos: eventualmente no trabalho é dito que os Estados Unidos agiram de uma maneira ou de outra, essas afirmações são feitas com o intuito de estabelecer uma exposição didática dos acontecimentos narrados, certamente uma análise mais minuciosa iria mostrar que é muito simplista uma afirmação de ação dos EUA enquanto bloco coeso.

Não é objeto dessa pesquisa tratar dos desentendimentos institucionais no decorrer da história norte-americana, porém mediante o exposto conflito de interesses entre o Departamento de Defesa e o Departamento de Estado é preciso pontuar como se posicionaram os atores e instituições estatais envolvidos nesse debate. Vale ressaltar que esse tipo de relação é facilmente encontrado quando se analisa documentação e bibliografia norte-americana. Normalmente esses conflitos de interesse são de ordem comuns aos países, a saber a oposição política no congresso criticando ações de governos eleitos, por exemplo. Pode-se perceber que nos EUA há ações de algumas instituições que são declaradas como se fossem legais e quando são tornadas públicas outras instituições declaram ou a ilegalidade da ação ou desvio de competência.

O caso da ação no Chile é um exemplo de como se deu esse conflito de interesses. Em junho de 1965 o embaixador norte-americano no Chile, Ralph Dungan, telegrafou ao Departamento de Estado protestando fortemente contra os tipos de perguntas que os pesquisadores faziam aos chilenos (MANNO e BEDNARCIK, 1994, p. 3), após o envio das informações, foram eliminados os vestígios da terminologia técnica utilizada nas pesquisas, possivelmente para não deixar indícios e não provocar qualquer suspeita, protesto ou reclamação (ROMERO, 2020, p. 114). Esse protesto se converteu na célebre disputa entre o Departamento de Estado e o Pentágono. O Departamento de Estado alegou que o Departamento de Defesa estaria se intrometendo nos assuntos de relações exteriores e assim usurpando

¹⁹ Trecho original: Efforts to establish the project in Chile were exposed in 1965, in the Chilean leftist press and Congress, prompting opposition to the project by the U.S. Department of State and intervention by President Lyndon B. Johnson to stop the project altogether. (CHILCOTE, 1994, p. 41).

competências que não seriam suas. Esse caso descredibilizou o Pentágono dentro do próprio país, além de fazer o ruído desse descrédito ecoar em ações de intelectuais norte-americanos em outros países (CHILCOTE, 1994, P. 41).

O projeto do Departamento de Defesa conhecido como Camelot ficou caracterizado como uma violação grosseira ao princípio da não intervenção nos assuntos internos de outros países, segundo Ronald H. Chilcote, autor de *Theories of Comparative Politics: The Search for a Paradigm Reconsidered*. Segundo Chilcote (2018) as relações existentes entre instituições universitárias dos EUA com o Departamento de Defesa e com a CIA expõem as contradições existentes entre a dinâmica da pesquisa acadêmica e a lógica dos sistemas de financiamentos e ações de militares. O Projeto Camelot, uma das pesquisas fruto dessas relações entre universidade e militares, foi concebido em 1963 com aporte financeiro de até seis milhões de dólares por quatro anos sob a égide da American University em Washington. Esse foi o projeto exposto pela mídia chilena em 1965 (CHILCOTE, 1994, P. 42).

“Camelot era um importante plano patrocinado pelo Departamento de Defesa para envolver especialistas em comportamento na previsão e controle da revolução do Terceiro Mundo e desenvolvimento, a fim de ganhar vantagem na “corrida das mentes”. O projeto também documenta a ascensão da psicologia ao poder público. Tinha um forte componente psicológico, mas foi concebido desde início como um esforço interdisciplinar no modelo de trabalho em equipe da Segunda Guerra Mundial e no espírito daquela guerra científica ambiciosa e integrada do comportamento humano”²⁰ (HERMAN, 1998, p. 99, tradução nossa).

Outras pesquisas financiadas por militares continuaram a ser desenvolvidas, os orçamentos desses estudos não entram nas cifras dirigidas aos países latino-americanos, devido ao fato de o dinheiro ser injetado nos próprios Estados Unidos para o pagamento de agentes americanos na América Latina. Porém seria um equívoco não contabilizar esse dinheiro como voltado para manter o imperialismo²¹ norte-americano na região, pois o intelectual²² que era

²⁰ Texto original: Camelot was a major DOD-sponsored plan to involve behavioral experts in predicting and controlling Third World Revolution and development in order to gain the Upper hand in “The Minds Race”. Camelot also documents psychology’s rise to public power. Camelot had a Strong psychological component, but was conceived from the start as an interdisciplinary effort on the model of World War II teamwork and in the spirit of that war’s ambitious and integrated Science of human behavior.

²¹ Imperialismo neste pós-guerra. — pelo que se refere aos fenômenos imperialistas posteriores a 1945, em que as superpotências, E.U.A. e URSS, têm desempenhado um papel decisivo, ... na criação de blocos sob a hegemonia das superpotências, necessariamente originada na estrutura bipolar do sistema (v. RELAÇÕES INTERNACIONAIS), criou relações de forte dependência entre as superpotências e os seus satélites, tornando-se, por isso, possível que os interesses daquelas se impusessem a estes, não excluídas também as formas de exploração econômica, obviamente com modalidades diversas (papel do dólar, empresas multinacionais, dependência tecnológica, etc. Na esfera de influência americana, divisão internacional do trabalho efetuada em função dos interesses soviéticos no Comecon), relacionadas com a diversidade dos sistemas políticos e econômico-sociais em ambas as esferas hegemônicas (BOBBIO, 1998, p. 620).

²² A este respeito, é típica a definição de Intelectuais que é dada na União Soviética, pela qual estes constituem uma camada intermediária composta de “trabalhadores não manuais”, tais como os engenheiros, os médicos, os

representado na figura do pesquisador se tornou um componente do complexo militar-industrial, não que ele tenha sido contratado para aquela função, mas as bolsas que eram pagas aos pesquisadores, fossem eles estudantes ou professores, iam para os projetos de interesse do Pentágono e por isso suas pesquisas eram financiadas com esse dinheiro, tudo que o Pentágono fazia era liberar o dinheiro com indicação para a universidade do tipo de pesquisa que deveria ser dirigida pela verba, depois disso colhia os resultados das pesquisas. Seja no campo dos intelectuais servindo às forças armadas ou no financiamento dado pelos empréstimos a intenção era a mesma, garantir a hegemonia do capitalismo estadunidense na região.

Aparentemente os EUA tinham a percepção de que apenas o material militar disponibilizado à região para que os países alinhados a eles pudessem combater focos de revolução não seria o mais indicado para garantir o êxito do bloco capitalista contra o comunismo. Era necessário um instrumento intelectual, uma ideologia bem desenvolvida para garantir a manutenção do livre-mercado e evitar que uma guerrilha com um punhado de homens conseguisse tomar um país, por conta disso que o Pentágono passou a financiar tantas pesquisas nas universidades.

“No âmbito do Projeto Themis do Pentágono, 42 instituições em trinta e um estados receberam financiamento de longo prazo para desenvolver cinquenta novos centros de pesquisa em áreas que não estavam recebendo financiamento; um total de 173 escolas enviaram 483 propostas para o financiamento anual mínimo de \$2.000 por projeto. Típico dos projetos patrocinados pelo Pentágono foi *Quantitative Political Science*, que por \$590.000 extraiu informações do *New York Times Index* e do *International Yearbook*. Segundo o Pentágono, esse projeto relacionou as predisposições das nações à ocorrência de distúrbios e revoluções e à participação em guerras externas. Outro projeto sob a direção de um cientista político focado em "Pesquisa Comparativa sobre Mudança Comportamental" e foi financiado em \$ 4 milhões ao longo de cinco anos”²³. (CHILCOTE, 1994, p. 42, tradução nossa)

advogados, etc, os quais, apesar de se distinguirem do proletariado pelo conteúdo da atividade do trabalho, não têm, todavia, uma posição independente no sistema de produção. Não é, porém, muito diferente a definição dada por muitos sociólogos americanos, para os quais Intelectuais são os responsáveis pela produção e aplicação dos conhecimentos e dos valores. BOBBIO, Norberto, 1909- Dicionário de política I Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998, p. 637.

²³ Texto original: “Under the Pentagon's Project Themis, 42 institutions in thirty-one states were provided with long-term financing to develop fifty new research centers in areas not then being supported; a total of 173 schools submitted 483 proposals for the minimum annual funding of \$200,000 per project. Typical of the Pentagon-sponsored projects was Quantitative Political Science, which for \$590,000 drew its information from the New York Times Index and the International Yearbook. According to the Pentagon, this project related characteristics of nations to the occurrence of riots and revolutions and participation in external wars. Another project under the direction of a political scientist focused on "Comparative Research on Behavioral Change" and was funded at \$4 million over five years”.

O Projeto Themis foi um programa de financiamento do Pentágono voltado para fomentar o que eles chamavam de “centro de excelência acadêmica”²⁴ e era voltado para financiar pesquisas como as expostas pelo professor emérito de ciência política e economia da Universidade da Califórnia, que tem como principal área de pesquisa o Brasil e os países de língua portuguesa, Ronald H. Chilcote²⁵. Essas pesquisas tinham como um dos objetivos analisar a dinâmica cultural dos países, mas o jeito que os documentos expõem o conteúdo passa a impressão de um viés de entender os “perfis psicológicos das nações” no intuito de aprimorar estratégias psicossociais baseadas no behaviorismo para desenvolver os meios mais eficazes de influenciar o comportamento das massas, sobretudo focando em Forças Especiais para a América Latina. Um exemplo seria a organização e o fornecimento de equipes móveis de treinamento para guerras especiais em dezessete países latino-americanos²⁶, compreendendo instrução tática de contra insurreição para as forças armadas dos países anfitriões e treinamento em operações psicológicas, ação cívica, inteligência de combate, comunicações, manutenção de veículos sobre rodas, treinamento tático de pequenas unidades e preparação de programas de instrução em contra insurreição (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, ARSA, 1965, p. 131 apud FILHO, 1999, p. 9).

Devido a polêmica interna causada pela publicidade dos acontecimentos ligados ao Projeto Camelot e outros projetos gerados a partir do financiamento militar dirigidos às universidades, o comitê da Associação Americana de Ciência Política²⁷ declarou, em 1969, que os pesquisadores deveriam ser cautelosos em seus trabalhos pois poderiam ter suas descobertas condicionadas aos valores assumidos pelos seus patrocinadores, sacrificando a objetividade (CHILCOTE, 2018, p. 39). Em suma o modo com que o comitê expôs a defesa na declaração dá a entender que as críticas estariam colocando em xeque a excelência acadêmica nos trabalhos desenvolvidos. Na construção dessa justificativa nota-se um artifício retórico de não chamar a

²⁴ Artigo publicado no vol. 169 da revista Science, de 21 de agosto de 1970. Project Themis: Budget Cuts, Critics Cause Phase Out. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/pdf/10.1126/science.169.3947.749>>

²⁵ University of California, Riverside. Profiles. Ronald H Chilcote. Disponível em: <<https://profiles.ucr.edu/app/home/profile/chilcote>>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

²⁶ (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, ARSA, 1965, p.131 apud Martins Filho, 1999, p. 9).

²⁷ Segundo consta na página da instituição, ela foi fundada em 1903, a American Political Science Association (APSA) é a principal organização profissional para o estudo da ciência política e atende a mais de 11.000 membros em mais de 100 países. Com uma gama de programas e serviços para indivíduos, departamentos e instituições, APSA reúne cientistas políticos de todos os campos de investigação, regiões e empreendimentos ocupacionais dentro e fora da academia estadunidense para aprofundar a compreensão deles sobre política, democracia e cidadania em todo o mundo. A Associação promove uma comunidade ativa e diversificada de estudiosos, professores, estudantes e profissionais que trazem interesses, metodologias e perspectivas abrangentes para a análise e conduta do governo e da política. Disponível em: <<https://www.apsanet.org/ABOUT/About-APSA>>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

atenção nos principais problemas do projeto, os relacionados a ética em torno desse tipo de pesquisa.

O mote do artifício é focar nos pontos secundários que dão robustez às denúncias feitas contra eles e que poderiam ser rebatidas de maneira razoável. Segundo essa mesma declaração do comitê esses problemas relacionados à ética seriam insignificantes ou periféricos.

As críticas que questionavam os problemas éticos em torno dessas pesquisas não se limitavam apenas a falar dos valores morais que circundam a questão, elas seguiam e apontavam como a dinâmica do financiamento influía não apenas nos resultados do conteúdo das pesquisas, mas também na dinâmica instaurada por eles nas instituições de ensino, que passaram a priorizar intelectuais alinhados ao sistema de pensamento da indústria militar em detrimento dos que eram críticos ao sistema. Nas palavras do economista Keith Griffin à época:

“A bolsa de estudos não é mais uma vocação; é uma profissão. E com o crescimento do profissionalismo vieram os mercados de trabalho formais: publicidade, descrições de cargos, requisitos legais destinados a prevenir a discriminação de gênero e étnica, revisão administrativa de nomeações. (...) Associações profissionais e revistas profissionais associadas foram estabelecidas, e com isso surgiu uma hierarquia de jornais e editores. As promoções do corpo docente, as avaliações periódicas e as decisões de posse tornaram-se rotinizadas e burocratizadas, auxiliadas por índices de citações e análises externas. Tudo isso aumentou as pressões para se conformar, para aderir à corrente principal. A pressão para publicar em quantidade em ‘bons’ periódicos obscurece o pensamento crítico. A qualidade, observe, é medida por procuração: não lendo e avaliando o que os estudiosos têm a dizer, mas observando onde eles dizem. Tudo isso desestimula o pensamento profundo, inibe a originalidade e faz com que os acadêmicos não sejam mais pensadores porque contam com pesquisas financiadas para sustentar a indústria do conhecimento. Consequentemente, os critérios ... têm o efeito ... de excluir excêntricos, radicais e críticos do sistema.” (GRIFFIN 1991: 3 apud CHILCOTE, 1994, p. 39, tradução nossa²⁸).

Por melhor que tenha sido o artifício do comitê da Associação Americana de Ciência Política, ao focar em responder as críticas secundárias, elas não eram acertadas, pois o sistema de hierarquização da seleção já colocava a perder a objetividade da avaliação das pesquisas, fazia com que os investimentos fossem dirigidos aos pesquisadores que atendessem aos interesses do Pentágono, como apontou Griffin.

A falha central do comitê foi afirmar que as questões éticas quanto ao financiamento das instituições militares eram insignificantes, quando tratou que “acadêmicos devem ser

²⁸ Texto original: “Scholarship is no longer a vocation; it is a profession. And with the growth of professionalism has come formal job markets: advertising, job descriptions, legal requirements intended to prevent gender and ethnic discrimination, administrative review of appointments.... Professional associations and associated professional journals have been established, and with this has emerged a pecking order of journals and publishers. Faculty promotions, periodic assessments and tenure decisions have become routinized and bureaucratized, assisted by citation indexes and external reviews. All this has added to the pressures to conform, to stick to the mainstream, to plough a narrow furrow.”

cautelosos com pesquisas em países estrangeiros, especialmente pesquisas conduzidas sob os auspícios de outras instituições” (CHILCOTE, 1994, p. 39). Nessa passagem o comitê fazia alusão ao Projeto Camelot que tinha sido feito por meio de financiamento militar, a ligação das universidades com o governo era direta e se bastasse a excelência acadêmica para dar como cumprida a função de uma pesquisa financiada pelo governo, não precisaria cobrar “cautela”. Talvez caberia cobrar rigor ou qualquer coisa análoga que pudesse garantir a excelência da pesquisa.

Em vista disso percebe-se que havia uma preocupação envolvendo essas pesquisas que ia além da excelência acadêmica baseada no rigor. Não seria necessário sequer tatear o assunto da ética ser uma questão periférica, talvez não fosse também necessário um esclarecimento por parte de alguns pesquisadores em afirmar que “interpretam seus relatórios invocando objetividade, erudição imparcial e metodológico rigor”, como se fosse um jeito de fugir aos compromissos das ações e responsabilidades que poderiam decorrer deles? Soa como uma justificativa para as pesquisas encabeçada por eles.

É provável que o recrutamento feito de militares e acadêmicos pelo pentágono para avaliar as predisposições das nações à ocorrência de distúrbios, revoluções e à participação em guerras externas tenha se dado pela necessidade de fazer algumas adaptações das lições que foram aprendidas em conflitos na Ásia para o contexto latino-americano.

1.3 OS MANUAIS DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Os introdutórios manuais franceses que na época eram vistos como um novo jeito de fazer guerra já trabalhavam a importância da ação psicológica nas guerras revolucionárias. Produzido pelo *Ministère de la Défense Nationale*, em 2 de julho de 1957, e intitulado *Guerre Révolutionnaire et Arme Psychocogique*, já era possível constatar como a derrota francesa na Indochina havia servido de lição para o desenvolvimento de estratégias baseadas na psicologia. O documento então editado estabelece de maneira objetiva que o combate em uma guerra revolucionária não se dá nos meios de uma guerra convencional, alertando para a importância da ação psicológica por meio da propaganda.

“há três tipos de medidas a serem tomadas: medidas político-policiais (este não é o nosso departamento); medidas psicológicas e medidas de propaganda. Estes são os que trataremos aqui nas próximas conferências e as medidas de emprego tático das forças de pacificação de que acabei de falar. No entanto, direi uma palavra sobre as fórmulas da arma psicológica e sua organização, para que compreendam melhor então como nas próximas palestras serão articulados os meios e procedimentos. Parte da

ideia de que em nosso tempo e em guerras como esta não há mais problemas militares que se apresentem aos líderes sem incidência civil, sem um aspecto psicológico seja de proteção de nossos amigos, seja de deterioração do moral dos adversários.” (MINISTÈRE DE LA DÉFENSE NATIONALE SERVICE D'ACTION PSYCHOLOGIQUE ET D'INFORMATION, 2 de julho, 1957, p. 10, tradução nossa²⁹).

O documento foi produzido a partir da conferência que ocorreu em um anfiteatro da Sorbonne no dia 2 de julho de 1957. O discurso proferido pelo Coronel Charles Lacheroy, chefe do Serviço de Ação Psicológica e Informação da Defesa Nacional, foi proferido diante de uma plateia de 2000 ouvintes, a conferência foi intitulada de Guerra Revolucionária e Arma Psicológica. No trecho em questão do seu discurso pode-se perceber um eixo que poderia se dizer comum nas ditaduras militares da América Latina, uma ação por meio do que ele chamou de políticos-policiais, apesar dele não se propor a discutir o termo a noção dessa ideia pode muito bem se tratar de militares tomando o Estado em suas mãos. Não é possível deduzir os meios pelos quais os franceses entendem os jeitos de se chegar nesse contexto de militares governando o Estado, mas é possível constatar que na região da América do Sul esse contexto foi possível por meio de golpes.

O texto do Coronel Chales Lacheroy segue dando ênfase à importância do uso da psicologia³⁰ e da propaganda. Para quem teve contato com os depoimentos para a Comissão da Nacional da Verdade é fácil lembrar do relato feito pelo Coronel Paulo Malhões aos advogados José Carlos Dias e Rosa Cardoso acerca do uso de tortura psicológica na ditadura por parte dos militares. Em uma das entrevistas Paulo Malhões fala de maneira sistematizada sobre como era feito o uso das técnicas: como se narrasse a metodologia pela qual usou a psicologia nesse processo de, segundo ele, “tomar o preso”. Ao depor ele relata que “para mim, eu trabalhei nisso, era onde se procurava ganhar o preso para ser um infiltrado na sua própria organização.” (BRASIL, 2014, vol. 3, p. 9) “Eu acho que essa arma, como aconteceu em outros países, foi a que ganhou a guerra.” (BRASIL, 2014, vol. 3, p. 10).

²⁹ Texto original: “Sur ce plan, il y a trois types de mesures à prendre: des mesures politico-policières (ce n'est pas notre rayon) ; des mesures d'ordre psychologique et des mesures de propagande. Ce sont celles-là qu'on vous traitera ici même dans les conférences suivantes et des mesures d'emploi tactique des forces de pacification dont je vous parlais tout-à-l'heure. Je vais cependant vous dire un mot des formules de l'arme psychologique et de son organisation, pour que vous compreniez mieux ensuite comment dans les conférences suivantes vont s'articuler les moyens et les procédés. Je suis parti de cette idée qu'à notre époque et dans des guerres comme celle-là il n'y a plus de problèmes militaires qui se présentent aux chefs sans incidence civile, sans un aspect psychologique soit de protection de nos amis, soit de dégradation du moral de l'adversaire.”

³⁰ Não há a intenção de fazer um levantamento histórico sobre o campo de estudo da psicologia, mas é necessário pontuar que quando o termo for usado nesse trabalho terá o entendimento como um estudo científico da mente e do comportamento. O estudo dessa área é multifacetado e inclui sub-campos, como áreas de desenvolvimento humano, esportes, saúde, comportamento clínico, social e processos cognitivos. Talvez os pesquisadores narrados nesse trabalho não sejam dessa área, mas os militares acabam tratando qualquer ciência aplicada nesse entendimento.

Duas coisas chamam a atenção em sua fala: primeiro, o jeito que Malhães trata a psicologia nesse contexto da ditadura militar, como se fosse uma arma, seguindo a cartilha de guerra contra insurgência; segundo, ao afirmar que essa arma foi usada em outros países, atribuindo a ela a vitória da guerra, provando que há um eixo comum nessa estratégia usada por ele. Então o entrevistador indaga sobre ganhar o preso “de que forma o senhor conseguiu esse milagre?” ao passo que ele responde “não é milagre, senhor! É... O senhor estuda a personalidade de quem o senhor acha que se tornará o seu agente, procura conversar com ele.... Normalmente... Eu tenho uma teoria, vou contar para o senhor... Eu acho que um homem que apanha na cara, ele nunca mais falará mais nada. Não estou falando que eu nunca vi nem se alguém deu.”, após Malhães afirmar que, o que ele fazia era nada mais do que uma conversa normal, o entrevistador voltou a fazer uma nova indagação “Normal, nunca houve pau de arara? Nunca houve tortura?” e Malhães responde de pronto ao uso do pau de arara que “não.” e em seguida, ao ouvir a indagação sobre tortura psicológica explica que “a tortura psicológica houve, é aquela que o senhor não agride ninguém, o senhor forma uma situação em que o indivíduo se sinte ou acuado ou amedrontado...”. No decorrer da entrevista ao ser questionado uma terceira vez pelo entrevistador sobre se ele negava a existência de tortura na ditadura ele afirma que não nega, colocando, nas palavras dele “eu mesmo quando comecei a minha vida nessas informações, eu mesmo cheguei a fazer tortura”, o entrevistador segue “depois parou?” e ele responde “sim! Quando eu evoluí! Eu digo que eu sofri uma evolução”. Paulo Malhães foi encontrado morto em seu sítio no dia 25 de abril de 2014, um mês após depor na Comissão da Verdade. Segundo investigação Malhães teria sido vítima de latrocínio³¹.

Lacheroy não chega a deixar claro em seu relatório se o uso da psicologia seria para a tortura, mas o que é certo é que ele teria a intenção de alertar quanto à importância de recursos psicológicos na propaganda; para a proteção do que ele dizia ser “nossos amigos”, e complementa afirmando que deveria ocorrer a deterioração da moral dos adversários. No mínimo, o que pode se depreender das palavras do manual francês acerca de como seriam usados recursos psicológicos é a necessidade do desenvolvimento de algum recurso discursivo que sirva como base para tornar os inimigos antagonistas de tudo que seja contra os “bons valores” da sociedade.

Uma coisa interessante é notar como Lacheroy e Paulo Malhães entendem a psicologia nessa nova guerra. Percebe-se que eles vislumbram esse artifício como uma evolução. Lacheroy ao discursar na Sorbonne entende que está dando um passo adiante no entendimento da guerra

³¹ Paulo Malhães. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/paulo-malhaes/>>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

tradicional ao dar uma nova importância às técnicas psicossociais. Diz-se nova importância porque a noção da psicologia sempre foi presente na guerra tradicional, mas voltada para a preocupação com a moral das tropas nos campos de batalha. O uso de gritos de guerra e instrumentos musicais sempre foram comuns antes de se iniciar as batalhas propriamente ditas³². Já o Coronel Malhães em seu depoimento refere-se a si mesmo como alguém que haveria evoluído ao largar a tortura tradicional e começar a praticar a tortura psicológica.

Consequentemente nota-se como as lições que os franceses tiraram de suas derrotas na Indochina serviram como base para as estratégias desenvolvidas na América Latina, pois os ataques aos valores morais dos opositores é uma característica marcante dos discursos da ditadura militar. Trata-se de depreciar os adversários a partir da moral com a ideia de que os opositores têm desprezo pelos princípios religiosos, familiares e patrióticos nos quais se baseiam a doutrina cristã do mundo ocidental (COMBLIN, 1978, P. 48). Em suma o uso desse artifício que está no campo da guerra psicológica é embutido na ação da propaganda, à época podia ser visto no uso de revistas no trato de como a ação dos comunistas atuava na juventude da nação. Segundo o número 24 da revista *Estratégia*, os agentes comunistas utilizavam todos os meios, desde a chantagem e a coação psicológica até o uso de tóxicos e frequentemente do apelo sexual, pregando a prática do amor livre (COMBLIN, 1978, P. 48).

Embora os manuais de guerrilha criados na França tenham feito em alguma medida a introdução ou o desenvolvimento dos mecanismos e táticas desse então novo modelo de guerra, eles eram baseados nas experiências do oriente. Havia uma extraordinária distância entre a realidade latino-americana e as guerras revolucionárias que ocorriam com os ensinamentos de Mao na Indochina. Daí então a necessidade de uma equipe que tratasse de analisar a região da América Latina para adaptar a aplicação das estratégias desenvolvidas pelos franceses em 1957.

Na perspectiva do professor Martins Filho, os estrategistas americanos chegaram relativamente tarde à valorização de uma doutrina anti-insurrecional nos quadros da Guerra Fria (MARTINS FILHO, 1999, p. 74). Tendo em vista a afirmação de Martins Filho sobre o atraso dos EUA em analisarem contextos com base em ações insurrecionais seria possível, inclusive, especular a possibilidade de os EUA evitarem a Revolução Cubana em 1959 se tivessem dado atenção aos franceses em 57. No entanto a proposta dessa pesquisa não visa especular cenários e sim analisar os acontecimentos, de modo que seria inverter a ordem dos acontecimentos esse tipo de especulação, dado que o mais provável é que os norte-americanos voltaram sua atenção

³² Música mantém tropas americanas em formação e eleva o moral. Disponível em: < <https://share.america.gov/pt-br/musica-mantem-tropas-americanas-em-formacao-e-eleva-o-moral/> >. Acesso em: 03 de agosto de 2021.

aos manuais franceses de 1957 justamente pelos acontecimentos da Revolução Cubana em 1959.

Enquanto do outro lado da cortina Mao acabara por tomar a China, deste lado houve o expurgo dos especialistas em assuntos asiáticos no Departamento de Estado em decorrência do macarthismo³³ no início dos anos 1950, uma das raízes da incompreensão e derrota norte-americana no Vietnã (MARTINS FILHO, 1999, p. 74). A Guerra do Vietnã é para os EUA uma das cicatrizes que mais amargou fechar em sua história. Tendo em vista o tamanho da superioridade tecnológica norte-americana, ter perdido para um país agrário como o Vietnã acabou por deixar os especialistas em guerra e logística estadunidenses sem conseguir explicar o que aconteceu. Na verdade, os especialistas que poderiam ter conseguido chegar a uma conclusão satisfatória do motivo da derrota ou terem desenvolvido estratégias de reação contra o Vietnã do Norte acabaram expurgados do Estado pelo macarthismo, que ocasionou a demissão de funcionários acusados de serem subversivos ou traidores dentro da administração Eisenhower, um projeto de iniciativa do Senador republicano Joseph McCarthy que acreditava ser um meio de proteger o governo dos estadunidense de sabotagens dos soviéticos.

Talvez a necessidade por parte dos EUA de pesquisar a estrutura psicossocial da América Latina tenha realmente sido o segredo do sucesso dos EUA na região. Os resultados foram de vital importância para o entendimento dos métodos necessários para influenciar as nações, sendo eles de natureza muito menos física e mais cognitivas e comportamentais.

Os EUA voltaram a repetir em alguma nuance práticas do macarthismo, mas voltado para a seleção dos pesquisadores que iriam receber bolsas, pois como Griffin comentou, os critérios de seleção da pesquisa de quem iria receber financiamento dos militares tinham o efeito de excluir os excêntricos, os radicais e os críticos do sistema. Em se tratando de pesquisa, uma das coisas mais complicadas é estabelecer o pragmatismo como critério de seleção, pois não há como saber quais dos conhecimentos que são apenas teóricos podem vir a se tornar práticos no futuro. A própria psicologia como arma, antes da Revolução Cubana tinha valor apenas teórico, somente após sua ocorrência que se veio a dar um valor prático a esse conhecimento. Então ao se excluir pesquisas, mesmo as que sejam críticas ao sistema, pode-se estar descartando a solução para o problema que poderia ser prevenido.

³³ Macarthismo é um termo de uso político norte-americano. Indica a atitude de um anticomunismo absoluto, concretizada numa visão política maniqueia e numa verdadeira e autêntica perseguição aos homens e instituições declarados antiamericanos, porque "comunistas". Historicamente, o Macarthismo representa o auge da Guerra Fria na política interna dos Estados Unidos, coincidindo com os anos 1950-1954, em que finda a trajetória do senador republicano do Wisconsin, Joseph McCarthy (1907-1957). (BOBBIO, 1998, p. 725)

Como já comentado, os problemas éticos cujos projetos foram acusados pela opinião pública e por parte do Congresso (CHILCOTE, 1994, p. 41) foram respondidos por cartas abertas, como a do comitê da Associação Americana de Ciência Política, mas nota-se que essa questão ética não terminou em declarações dadas por comitês. É perceptível que os próprios intelectuais também se preocupavam com a ética em seus trabalhos, não exatamente com fazê-los de maneira ética, mas de se abster de tal ideia. O que dá a entender é que havia uma tentativa de se eximir de responsabilidades morais por quaisquer consequências decorrentes dos estudos para os quais foram convocados. Segundo a carta da Associação Americana de Ciência Política os pesquisadores interpretavam seus relatórios com invocação de objetividade, erudição imparcial e metodologia rigorosa (CHILCOTE, 1994, p. 39). Esse tipo de afirmação aparenta ter a intenção de se isentar das responsabilidades que as consequências de suas pesquisas possam ter, como se eles apenas cumprissem seu dever (ARENDDT, 1999, p. 131). Além disso, esse tipo de afirmação cria uma ideia de obediência cega ao rigor acadêmico, quase como se os intelectuais fossem burocratas que apenas foram incumbidos de determinada função, enxergavam-se do mesmo jeito que Adolf Eichmann se via ao ter o julgamento narrado por Hannah Arendt em *Eichmann em Jerusalém - Um Relato Sobre a Banalidade do Mal*, tal qual um reles organizador de trens dos quais são usados para o transporte de judeus (ARENDDT, 1999, p. 90). Claro que os intelectuais não chegaram a ver no momento de suas pesquisas o que alguém com modestos dotes mentais³⁴ viu ao se deparar com o que ocorria em campos de concentração na Alemanha de 1945. Mas o fato de tentar se eximir da responsabilidade que viria a existir em decorrência das consequências de suas pesquisas argumentando rigor acadêmico, demonstra que o tribunal do julgamento de suas ações já estava a ocorrer, mas em suas consciências.

Outro fator que provavelmente justificava esse esforço hercúleo dos militares em Washington no financiamento de intelectuais para compreender a psicologia da região e usar esse conhecimento como arma, envolvia um sentimento de anti-imperialismo norte-americano que pairava em alguns setores da América Latina. A Argentina mesmo era o melhor exemplo de país que já trazia essa oposição histórica aos Estados Unidos há anos. Segundo Xavier Santo, já em 1950 Perón desejava uma união econômica para o fortalecimento da região (e, principalmente, da Argentina) para poder fazer frente à hegemonia dos Estados Unidos na América do Sul, a qual sempre o incomodava (SANTOS, 1991, p. 95). Essa atitude de

³⁴ Esse foi o termo usado por ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. - tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 131.

resistência ao imperialismo norte-americano passou a ganhar força nos anos 1950, na segunda metade dessa década o Brasil governado por Juscelino Kubitschek abandonou a bilateralidade que o país mantinha com os EUA desde o fim da Segunda Guerra Mundial e partiu para o multilateralismo econômico. Em 1958 deu-se início à Operação Pan-Americana (OPA) e a retórica diplomática brasileira passou a centrar-se na identificação com os vizinhos latino-americanos em oposição aos países do norte (LESSA, 2008, p. 5).

Claro que esse movimento dos países da América do Sul não os colocava como alinhados aos principais inimigos de Washington, os soviéticos. Mas a essa altura da Guerra Fria era muito arriscado para os EUA terem qualquer tipo de resistência no seu continente, ainda mais com fato de Cuba, após a revolução, ser um dos principais expoentes do anti-imperialismo na região. A diplomacia brasileira passou a ser mais inclinada a essa linha de resistência aos mandos do norte na região do sul, essa nova linha de conduta da diplomacia chegou no ano de 1961 podendo ser percebida de maneira mais objetiva com Chanceler Afonso Arinos (Sobrinho), em seu discurso perante a XVI Sessão da Assembleia Geral da ONU, quando declarou:

“O mundo não está somente dividido em Leste e Oeste. Esta separação ideológica faz esquecer a existência de outra divisão, não ideológicas, mas econômico-social, que distancia o Hemisfério Norte do Hemisfério Sul. Se a aproximação entre Leste e Oeste poderia ser atingida em termos de acomodação ideológica, a diminuição da enorme diferença entre Norte e Sul só será alcançada planejadamente, através do auxílio eficaz dos países desenvolvidos do Norte aos povos subdesenvolvidos do Sul” (apud SEIXAS CORRÊA, 1995, p. 143).

Esse discurso evidencia que a diplomacia brasileira estava compreendendo por uma outra perspectiva a Guerra Fria, percebendo que a luta do norte era um luxo de países desenvolvidos sobre qual ideologia iria prevalecer sobre os demais países do globo. Era latente que o Brasil deveria ter outras preocupações e isso estava ficando cada vez mais marcado nos discursos da diplomacia brasileira, fazendo a questão Norte-Sul sobrepor a Leste-Oeste. Então para Washington era cada vez mais urgente entender a região para poder lidar com ela e manter a área de influência sob seu controle.

1.4 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E AS ESCOLAS DE GUERRA.

Após os intelectuais das universidades norte-americanas terem trabalhado juntos a pesquisadores da América Latina e também feito suas próprias conclusões foram fornecidos

dados psicossociais acerca dos países latinos, o arcabouço teórico estava preparado para ser usado. A instrumentalização dessas informações junto aos manuais de contra insurreição franceses e os conhecimentos acerca dos escritos de Lenin (Rússia), Mao Tse-tung (China), Ho Chi Minh (Vietnã), Giap (Vietnã) e Che Guevara (Cuba) servia de base para toda a Doutrina de Segurança Nacional. Segundo Comblin (1978), são esses os ingredientes que se tornaram o prato predileto dos militares latino-americanos, a partir do momento em que entram em funcionamento os colégios militares estadunidenses destinados a preparar os oficiais e soldados na região do Canal do Panamá.

Foi entre os anos de 1961 e 1962 que se iniciou a difusão do conceito que seguiria uma carreira triunfal nas Américas, especialmente entre os militares: a Doutrina de Segurança Nacional, que era o nome brasileiro para a estratégia de contra insurgência adaptada para a região que fora produzida nos EUA. A difusão se deu nesse período principalmente pelo fracasso da Baía dos Porcos, em 1961, e logo no ano seguinte veio a Crise dos Mísseis. Dentre a constante tensão da Guerra Fria, a Crise dos Mísseis talvez tenha sido o momento em que se chegou mais perto de se concretizar o temido apocalipse nuclear.

É justamente nesse contexto que o então presidente John Kennedy consagra o começo de uma nova era na região, com o anúncio: “Castro é apenas o início de nossas dificuldades na América Latina. A grande batalha será evitar que a influência de Castro se espalhe para outros países. É tempo de ganhar os corações e mentes dos pobres da América Latina” (KENNEDY apud SCHOULTZ, 200: 393)³⁵.

Ananda (2009) ainda argumenta que foi o *National War College*, fundado em 1946, o responsável pelo objetivo de criar uma doutrina própria para estudar e aperfeiçoar a política externa norte-americana no contexto da Guerra Fria, principalmente através da perspectiva da segurança coletiva. O *National War College* existe até hoje e é possível encontrar na sua página da internet a missão e visão da instituição. Segundo o próprio órgão sua missão é educar futuros líderes das Forças Armadas, do Departamento de Estado e de outras agências civis para políticas de alto nível, comando e responsabilidade de estado-maior através da realização de cursos de estudo nível sênior em estratégia de segurança nacional³⁶.

³⁵ Segundo Ananda Simões Fernandes, a expressão “conquista de corações e mentes” surgiu na Malásia, como parte do esforço anti-insurrecional inglês.

³⁶ National War College. National Defense University. Disponível em: <<https://nwc.ndu.edu/>>. Acesso em: 30 de julho de 2021.

Quando se fala do *National War College* a impressão que se dá é que se está tratando de uma instituição que sequer seria necessária hoje em dia dado que sua criação se deu no intuito de conter a Guerra-Fria, que ela existe como uma espécie de arquivo morto, mas ao acessar o site o que se percebe é que a instituição segue viva e com as diretrizes do contexto em que foi criada³⁷. Para completar, logo na página inicial do site há disponível para download uma Cartilha de Estratégia de Segurança Nacional (*A National Security Strategy Primer*) e pode-se constatar que o exemplar de 2019, fornecido pela *National Defense University Press*, de Washington D.C. carrega consigo todos os vícios que poderiam se criticar quanto aos mandos dos Estados Unidos na região no contexto da Guerra Fria.

O manual não trata as instituições e os atores sociais com viés de democracia ou liberdade seguindo a lógica de autodeterminação dos povos, o que se vê é quase o contrário. Já no capítulo 4, chamado “Identificação e/ou Desenvolvimento dos Meios”, que trata das instituições e dos atores sociais, percebe-se que a cartilha trabalha esses elementos na perspectiva das organizações estatais, não como fruto de convenções coletivas que chegaram ao consenso a partir de uma constituição da necessidade de sua existência, mas como meios que podem ser instrumentalizados estrategicamente a depender da situação, não se limitando apenas ao público, mas expandindo a dimensão para instituições privadas, domésticas, internacionais e outras organizações e atores que podem ser alavancados para contribuir para o sucesso de uma estratégia por meio de processos formais, semiformais ou informais³⁸.

Em 2019 esse era o tratamento que a *National War College* dava às instituições constituídas em governos democráticos, foi o tipo de curso que os militares latino americanos receberam no período da Guerra Fria e esse foi o tipo de doutrina difundida nas escolas de

³⁷ A missão do NWC é educar futuros líderes das Forças Armadas, Departamento de Estado e outras agências civis para políticas de alto nível, comando e responsabilidades de estado-maior, conduzindo um curso de estudo de nível sênior em estratégia de segurança nacional. O currículo enfatiza a perspectiva conjunta e interinstitucional. O Comandante, oficial militar de grau uma estrela, ocupa cargo nominativo que se reveza entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Como co-patrocinador do Colégio Nacional de Guerra, o Departamento de Estado nomeia um oficial do serviço estrangeiro com nível diplomático para servir como vice-conselheiro de assuntos internacionais do comandante. Esta posição foi inaugurada pelo diplomata-acadêmico George F. Kennan, cujas treze palestras proferidas no NWC em 1946 e 1947, bem como o documento que forneceu as bases intelectuais da Doutrina de Contenção da Guerra Fria, podem ser lidos em Giles D. Harlow e George C. Maerz, editores, *Measures Short of War: The George F. Kennan Lectures at the National War College, 1946-47* (Washington, DC: NDU Press, 1991). Disponível em: <<https://nwc.ndu.edu/>>. Acesso em: 30 de julho de 2021.

³⁸ Tradução livre de “Institutions and actors wield the instruments of power on behalf of the state National security strategists often look to selected governmental institutions and actors, such as the Departments of State or Defense, to achieve objectives and produce outcomes tied to a strategy’s political aim Depending on the situation, however, other institutions and actors may be appropriate Figure 3 illustrates a range of public, private, domestic, international, and other organizations and actors that may be leveraged to contribute to a strategy’s success through formal, semi-formal, or informal wielding of the instruments of power”. *A National Security Strategy Primer*. P. 20.

guerra da América do Sul, sendo: Escola Superior de Guerra, no Brasil; Academia de Guerra, no Chile; Escola Nacional de Guerra, no Paraguai; Escola Superior de Guerra, na Colômbia; Escola de Altos Estudos Militares, na Bolívia.

A partir disso é mais fácil compreender o motivo para a extraordinária distância entre a realidade latino-americana e o aparelho conceitual de que dispunham os militares que seguiam a DSN para interpretarem essa realidade na qual passava a região nos anos 60. Como argumenta Comblin (1978, p. 47), afinal de contas não houve e nem há, na América Latina, nada que se pareça, nem de longe, com uma guerra revolucionária no sentido de Mao. Mas apesar da realidade não apresentar isso, o exposto até agora pode ajudar a entender o motivo de tamanho alvoroço causado na busca por comunistas naquele período. Apesar da Revolução Cubana servir de estopim dessa nova ação, o esforço empregado para evitar que algo como ela se repetisse era baseado nos acontecimentos revolucionários da Ásia.

Além do arcabouço teórico desenvolvido nos EUA, com base no manual francês, mesmo sendo distante do usado na região latino-americana, outro movimento que facilitou a entrada da DSN foi a semelhança no ideal contra o imperialismo norte-americano que estava nascendo na diplomacia brasileira, mas que já era muito forte na retórica cubana. A semelhança desses discursos anti-imperialistas, tanto na retórica cubana quanto na diplomacia brasileira, gerou o mesmo sentido ou sentimento nos militares brasileiros que consumiam teorias estadunidenses.

Consultando a Cartilha de Estratégia de Segurança Nacional é possível compreender outras possibilidades de como se deu a relação dos estrategistas de Washington com os militares brasileiros. No capítulo 3, que se chama “Definindo os Fins Desejados”, ao tratar dos Objetivos Específicos a cartilha dita que tendo identificado o fim que a estratégia visa alcançar (o objetivo político), o estrategista agora deve especificar o que deve ser realizado para atingir esse objetivo. Para fazer isso, o estrategista desenvolve objetivos específicos – também chamados de objetivos subordinados – que, quando completados em conjunto, alcançarão o objetivo político desejado. Cada objetivo específico frequentemente se torna o ponto focal de uma linha de esforços ou pacote de meios. A cartilha usa para ilustrar o exemplo de 1947, quando Truman concluiu que a URSS era uma inimiga, que estava inexoravelmente focada na expansão ideológica e física. Dado esse contexto, os norte-americanos tinham como objetivo a estratégia de contenção para combater os soviéticos que os EUA viam como ameaça. Usando a métrica de análise da Cartilha de Estratégia de Segurança Nacional alguns objetivos específicos ficaram claros. Se os EUA quisessem conter com sucesso a URSS (objetivo político), a Europa

precisava ser revitalizada e alinhada com os EUA, esse objetivo específico levou Plano Marshal e à criação da OTAN³⁹. A Cartilha traz, além desse exemplo, outras questões complexas relacionadas ao cenário internacional da época, mas, infelizmente, não cita nada sobre a América do Sul. Apesar de não citar especificamente a parte sul do continente, o manual já ajuda a entender como eram arquitetadas as estratégias para a região.

Após entender como funciona o *modus operandi* dos EUA na época a partir dessa cartilha, é possível compreender que a potência capitalista da época tinha por objetivo político manter o controle da região. Para isso teriam como objetivo específico a manipulação ideológica das forças armadas. Como foi tratado antes, a cartilha trata as instituições como meros instrumentos que podem ser usados como ferramentas para atender às estratégias políticas, então não é estranho que os estrategistas norte-americanos tratem o exército de outras nações não como força de defesa de um país, mas apenas como meras ferramentas que podem ser manuseadas para que Washigton possa atingir o fim desejado.

Quando essa perspectiva é concebida, pode até parecer que os militares brasileiros foram instrumentalizados pelos norte-americanos, e nem tivessem, de fato, a convicção que alegavam na época. Um dos fatores que podem ser usados para esse raciocínio é o uso da memória pelas Forças Armadas, que é muito apegada às tradições, sendo assim, ao passado. Percebe-se que nas Forças Armadas dos EUA existe uma convicção em suas crenças, mesmo hoje pode-se facilmente encontrar disponível no site do órgão o manual que carrega consigo as crenças trazidas desde o ano de 1947, e que apresentam de maneira aberta as visões e valores de suas instituições criadas no começo da Guerra Fria mostrando que suas convicções eram reais, tanto que exibem elas até hoje. Já no caso das Forças armadas Brasileiras, existiu durante mais de uma década após o fim da ditadura um esforço dos militares em não liberarem seus arquivos, não trazerem à luz do presente o seu passado ditatorial, o que eles dizem ser a Revolução que libertou o Brasil dos comunistas. Mas a convicção em suas crenças ou ausência delas no meio militar sobre a ameaça do comunismo na ditadura não é relevante nessa pesquisa e sim suas práticas baseadas nos discursos que entoavam. O foco dessa comparação é o uso da memória feita pelos militares, Ricoeur divide a memória em três planos, a saber: o patológico-terapêutico, o propriamente prático e o ético-político, aqui focaremos na passagem que ele cita o uso das duas últimas:

“no plano propriamente prático, os da memória manipulada; no plano ético-político, os de uma memória abusivamente convocada, quando comemoração rima com

³⁹ A National Security Strategy Primer, p. 16.

rememoração. Essas múltiplas formas do abuso salientam a vulnerabilidade fundamental da memória, que resulta da relação entre a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma da representação. A alta problematização dessa relação representativa com o passado é essencialmente evidenciada por todos os abusos da memória” (RICOEUR, 2007, p. 72).

Enquanto que os militares brasileiros abusam da memória no plano propriamente prático, manipulando o passado e induzindo seus adeptos a reforçarem o discurso que trata o golpe militar como Revolução de 1964, quando na verdade tentaram esconder os documentos da ditadura, os militares norte-americanos abusam da memória no plano da comemoração, de modo que até hoje os fundamentos e os manuais da guerra fria estão presentes nos sítios de suas instituições.

Em um primeiro momento a vontade da sociedade civil em ter acesso aos arquivos das Forças Armadas Brasileiras era apenas para obter informações sobre os mortos e desaparecidos. Os militares brasileiros negaram a liberação dos documentos originais e acabaram se propondo a entregar apenas um relatório que continha o nome de alguns desaparecidos, foi a primeira vez que se teve um registro oficial sobre o desaparecimento dos mortos no período da ditadura brasileira (FIGUEIREDO, 2015, p. 58). Mas os militares omitiram no relatório apresentado mortes que eram do seu conhecimento, uma outra parte dos arquivos só vieram mesmo a público em 2011 (FIGUEIREDO, 2015, p. 112) e nem foi por meio oficial.

Um repórter baiano radicado em Brasília chamado Leonel Rocha, considerado um grande especialista em assuntos militares, com fontes dentro das Forças Armadas e com pessoal da reserva, acabou recebendo uma caixa de papelão do tamanho de um livro pequeno do pessoal da reserva. Nessa caixa havia 2775 microfimes do acervo do Serviço Secreto da Marinha (FIGUEIREDO, 2015, p. 113). Foi somente nesse momento que uma parte maior do passado ditatorial das Forças Armadas Brasileiras realmente veio à luz do presente. Com esses documentos ficaram provados além dos casos de tortura, também o envolvimento da Central de Inteligência dos Estado Unidos, a CIA, que atuou antes e depois do golpe de 64.

Essas tentativas de ocultação do passado levantam duas questões: a primeiro é que a tal guerrilha que ameaçava o Brasil de fato nunca foi uma ameaça real ao sistema econômico e político do Brasil. Caso fosse um perigo real, todo militar envolvido na operação teria orgulho em dizer que lutou em uma guerra real e saiu vitorioso na contenção do comunismo internacional e faria valer o que Circe Maria Fernandes Bittencourt diz ser o uso da história “valendo-se do seu poder de legitimar os agentes históricos mercedores de reconhecimento por toda a população” (BITTENCOURT, 2009, p. 67). Assim não iria se furtar de ter como

conteúdo, o estudo dos grandes personagens históricos que participaram dessa campanha. Mas o que aparenta é que na verdade esses militares sentem vergonha, medo ou culpa do seu passado, por isso o motivo de tentarem escondê-lo. E a segunda é que as convicções da ditadura sobre seu passado não eram verdadeiras, se fossem, fariam de tudo para mostrar as evidências de como a nação estava em constante perigo de sofrer uma Revolução Comunista.

Vale ressaltar também que essa postura de sigilo foi uma severa mudança na cultura militar dos que viveram a ditadura. Segundo Lucas Figueiredo à época o Cenimar trabalhava para fazer de todo servidor dessa instituição um potencial informante. A prática pregada era a de ter uma mentalidade de informações. A ideia era a seguinte: se cada subalterno ou oficial vigiasse o próximo e relatasse ao centro suas descobertas, isso evitaria transtornos para os próprios servidores militares e para a Marinha, pregava o Cenimar. Houve um esforço da força naval junto ao centro de tirar o estigma das expressões “dedo-duro” e “caguete”. A noção que imperava era a de que “nossa vigilância é a sua segurança”, era essa a frase que costumava ser carimbada em alguns documentos (FIGUEIREDO, 2015, p. 22). Já depois do fim da ditadura, a lógica que passou a vigorar foi a de que havia nos documentos relatos sobre pessoas, sobre indivíduos. O general Jorge Armando Félix, como exemplo dessa nova política dos militares, argumentava que a divulgação dos documentos poderia destruir famílias devidos relações extraconjugais que ocorreram entre pessoas casadas, Armando Félix diz que a liberação dos documentos seria ruim para a esquerda. Segundo o general o medo não era de torturas virem ao público, mas um suposto lado corrupto da esquerda que delatava os próprios amigos.

O esforço dos militares em coletar informações sobre tudo e sobre todos era enorme, talvez isso fosse parte da cultura que a *National War College* tenha passado aos militares brasileiros, tanto que os gastos em recursos de armazenamento e tecnologia de microfilmagem não foram poucos na época da ditadura militar. O que corrobora com isso é outra frase que podia ser encontrada carimbada na vasta documentação produzida: “Não é violência que acaba com os agentes da subversão, é a inteligência” (FIGUEIREDO, 2015, p. 25), entendia-se como inteligência o ato de vigiar e catalogar as pessoas que a ditadura perseguia. Claro que os militares nunca largaram a prática da violência, mas é perceptível que o fator inteligência passou a ser um aspecto muito caro para eles agora, mais especificamente na linha dos manuais franceses, na importância da psicologia como arma e assim como os EUA usaram seus intelectuais para colher informações da região, as Forças Armadas brasileiras usavam seus militares para fazer o mesmo, muitas vezes a partir de infiltração nos grupos de esquerda, muitas vezes também a partir da prática de tortura. E toda informação que conseguiam acabava por ser armazenada.

Os militares brasileiros não eram ingênuos a ponto de acreditarem que essa documentação tivesse apenas uma importância momentânea, tanto que até seus ritos de destruição documental geravam ainda mais documentos registrando o que tinha sido destruído. É bem provável que eles tivessem a intenção de preservar a memória, assim como também tinham a intenção de ter o máximo de informação possível sobre todo indivíduo que pudesse gerar um problema à segurança nacional.

Diante disso é possível concluir que esses militares brasileiros estavam tão submersos nas ideologias difundidas pela *National War College* que aparentavam acreditar piamente na possibilidade de uma revolução comunista na região. Analisando o contexto é possível depreender que a crença na época era real. Talvez todo o registro tenha se dado com a expectativa de que em algum futuro alguns militares seriam condecorados com honrarias de guerra, além da necessidade de manter informações sobre todo potencial inimigo da ditadura. Mas o que a realidade os reservou foi o medo de responder pelos seus atos, a vergonha do que fizeram e a fraqueza de suas convicções, é isso que se percebe com sua resistência em abrir seus documentos.

Capítulo 2. VIGILÂNCIA E DIPLOMACIA.

Em 1959, a Revolução Cubana causou uma mudança no que era a política norte-americana para a região da América Latina, de uma estratégia de paliativos financeiros passou a haver um conjunto de novas regras para o continente, uma nova forma de pensar a guerra fria ocorreu o convencimento desse novo regramento sobre a elite militar brasileira, a chamada Doutrina de Segurança Nacional. Comblin ao tratar da Ideologia da Segurança Nacional não chegou a desenvolver como ocorreu essa mudança no paradigma da Guerra Fria na região, seu empenho foi em tratar dos detalhes de como funcionava esse novo paradigma. Ele apontou que na América Latina, principalmente dois aspectos da guerra revolucionária foram postos em destaque: o aspecto da guerra psicológica e o papel dos serviços de informação (COMBLIN, 1978, p. 49). Para ele o plano psicológico era uma ação do inimigo que atuava internamente, o comunismo internacional. Já os militares que combatiam esse inimigo agiam no plano da informação. Embora Comblin faça uma separação objetiva dessa maneira, quando trata da história das forças armadas passa boa parte de sua obra elencando a ação dos militares no plano psicológico das nações, por exemplo quando ele fala da descoberta da ação cívica militar por parte do presidente dos EUA. “Kennedy imaginou ter descoberto uma técnica fundamental para conquistar a simpatia das populações seduzidas pela revolução. A ação cívica militar lhes mostraria que o governo é mais eficiente que a revolução para remediar suas necessidades.” (Comblin, 1978, p. 46).

A ação cívica representa um conjunto de atividades de caráter temporário, episódico ou programado de assistência e auxílio às comunidades, promovendo o espírito cívico e comunitário dos cidadãos⁴⁰, ainda segundo o Estado Maior da Armada, além da natureza assistencial, também se insere como assunto civil e colabora nas operações psicológicas⁴¹. Com isso é possível perceber que os militares agiam no campo psicossocial, essa escolha fazia parte da nova estratégia voltada para a região e a nova percepção do tipo de guerra que era travada na região, a guerrilha. De forma que junto às atividades de luta contra os opositores da ditadura, os EUA patrocinaram programas de ação cívica. Estes visavam, fundamentalmente, recuperar a imagem pouco popular dos militares junto às camadas populares e fomentar maior aproximação entre eles (PADRÓS, 2007, p. 18). O manual *Operaciones de Contraguerrilla*, um dos mais estudados nos cursos ministrados na Escola das Américas, destacava a necessidade

⁴⁰ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/comffe/node/11>

⁴¹ Idem.

das Forças Armadas se aproximarem da população mais carente, mediante iniciativas de ação cívica, principalmente em conjunturas de instabilidade (PADRÓS, 2007, p. 18).

Mas o intuito agora é lançar alguma luz no que Comblin chama de o papel dos serviços de informação, as estruturas de vigilância da Ditadura Militar Brasileira. Essas estruturas eram fundamentais para fortalecer e garantir a manutenção do regime autoritário, foram formulados órgãos de vigilância que colaboravam com os pilares da Doutrina de Segurança Nacional. O de maior notoriedade foi o Serviço Nacional de Informação (SNI), idealizado por Golbery do Couto e Silva, o principal dos órgãos de espionagem, formava uma complexa rede de troca de informações com outros órgãos. O SNI era o responsável por catalogar e organizar buscas por inimigos políticos dentro do território brasileiro. Mas o SNI não era apenas um dos órgãos de uma rede complexa de informações, era o central⁴², um dos apêndices dessa rede era o Centro de Informações do Exterior (CIEX). O CIEX fazia parte da estrutura do Itamaraty, era um órgão vinculado ao SNI e foi encarregado de espionar políticos e militantes contrários à ditadura brasileira que se exilaram nos países vizinhos, como apontou Penna Filho (2009, p. 43) em seu artigo sobre a estrutura e funcionamento desse órgão. Mas não só nos vizinhos, os exilados eram perseguidos em vários outros países pelo mundo a fora, como é mostrado no relatório 007 do CIEX de 1979:

“Logo ao chegar aos Estados Unidos, após sua expulsão do Uruguai (1977), o ex-governador LEONEL BRIZOLA foi procurado por MÁRCIO MOREIRA ALVES, que pediu para ser nomeado representante do ‘PTB’ na Europa. Em troca, MÁRCIO ofereceu romper publicamente com o ‘PCB’. Não houve acordo entre os dois sobre o assunto” (CIEX. 8/3/1979. Nº 007/79)

Leonel Brizola foi um importante líder trabalhista e é considerado herdeiro político de Getúlio Vargas e João Goulart. Foi governador do Rio Grande do Sul, de 1959 até 1963, onde iniciou sua carreira política, e do Rio de Janeiro duas vezes, de 1983 até 1987, no primeiro mandato e depois de 1991 a 1994, no segundo mandato. Fixou sua residência no Rio de Janeiro em meados da década de 1960. Brizola teve participação importante no Comício da Central, organizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 março de 1964⁴³. Brizola foi aplaudido após seus discursos pela multidão no comício de 13 de março de 1964. Ele exortou o presidente a “abandonar a política de conciliação” e instalar “uma Assembleia Constituinte

⁴² Art. 2º O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional. BRASIL. Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Emenda da lei. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4341.htm>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

⁴³ UNIVESP. 1964: Cronologia | Comício da Central do Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1oQ3tbIBu18>>. Acesso em: 24 jan. 2023.

com vistas à criação de um Congresso popular, composto de camponeses, operários, sargentos, oficiais nacionalistas e homens autenticamente populares”, também exaltou a ampliação de direitos para os camponeses e suas famílias⁴⁴. Diretamente ligado ao presidente deposto, perdeu seus direitos políticos e se exilou no Uruguai após o golpe de 1964⁴⁵.

A habilidade de vigilância dos órgãos da ditadura militar não se restringia apenas à observação física da movimentação do opositor político, ela se estendia de maneira mais ampla, chegando até a grampear telefones de exilados ou até mesmo de conseguir acesso às correspondências dos mesmos, com isso conseguiam até saber as conclusões dos negócios particulares entre as pessoas. Tinham capacidade de mapear inclusive os encontros internacionais dos asilados, como mostra o informe nº 26, ainda tratando de Leonel Brizola:

“O asilado LEONEL DE MOURA BRIZOLA – que ainda se encontra em Nova Iorque depois de ter participado da reunião da ‘Internacional Socialista’ realizada na Cidade do México – declarou, em entrevista mantida por telefone com a Rádio Televisão Portuguesa (RTP), sido anulado o processo em foro, na qualidade de ex-governador do Rio Grande do Sul, condenado pela ‘Justiça Militar’” (CIEX. 18/4/1979. Nº 026/79)

O trecho trata da reunião após Brizola fugir do Uruguai para os EUA da qual serviu de base para esboçar o que viria a ser mais tarde a chamada “Carta de Lisboa” (OSÉAS, 2015, p. 8), com a plataforma que definia as principais bandeiras e propostas políticas do Trabalhismo para aquela etapa do país. Essas informações podiam não depender apenas de membros subordinados ao Estado brasileiro, há fontes demonstrando que essas informações eram coletadas até por organizações estrangeiras e cabia ao CIEX junto ao SNI catalogá-las. Esse tipo de colaboração entre as nações em busca de opositores era comum na época, especialmente quando se depara com Leonel Brizola exilado exatamente no país que ao longo das décadas de 1950 e 1960 foi o constituinte dos elementos concretos que possibilitariam a disseminação da Doutrina de Segurança Nacional (FERNANDES, 2009, p. 834). Os Estados Unidos foram os responsáveis pela disseminação da DSN como estratégia da Guerra Fria no intuito de conter o avanço do comunismo na região da América Latina, é evidente que havia algum tipo de suporte ou cooperação dos militares norte-americanos com os brasileiros no sistema de vigilância dos opositores, como veremos na descrição dos relatórios.

⁴⁴ Leonel Brizola. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/leonel-brizola/>>. Acesso em: 24 jan. 2023.

⁴⁵ Diretório Estadual do Rio Grande do Sul. Disponível: < <http://www.pdtrs.org.br/rs/pdtrs/rs/nossa-historia/68-lideres-historicos/110-leonel-brizola>>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

O aparato estatal não se limitava a buscar apenas políticos de grande influência como Leonel Brizola, mas também tinha por objetivo buscar qualquer outro envolvido com movimentos de resistência à ditadura. Como foi o caso do jornalista Alfredo Hélio Sirkis⁴⁶, que sofria espionagem em Portugal.

“‘MARCELO DIAS’, pseudônimo que encobre a figura do jornalista e asilado brasileiro ALFREDO HELIO SYRKIS, em reportagem de sua autoria publicada, em 16 de março de 1979, no ‘Diário Popular’ de Lisboa – vespertino pró-comunista – refere-se à posse do General FIGUEIREDO, mencionando que ‘pela quinta vez o regime implantado pelo golpe de estado de 31 de março de 1964 empossou na Presidência um General que o povo brasileiro não escolheu’ (CIEX. 12/3/1979. Nº 012/79)

Alfredo Sirkis Participou das manifestações contra a ditadura iniciada em 1964, incluindo a Passeata dos Cem Mil, em junho de 1968. Ele foi integrante do grupo Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que praticava ações de guerrilha urbana contra o regime, incluindo sequestros de diplomatas⁴⁷. Em 1971, Sirkis se exilou no Chile, Argentina e Portugal, foi nesse período em Portugal que ele fez parte do Diário Popular. Regressa ao Brasil em 1979, com a Lei da Anistia. Uma das coisas a se perceber nesse informe do CIEX é que a perseguição não se deu apenas no continente Americano. Os informes com Brizola sendo monitorado nos Estados Unidos já foram o suficiente para se perceber que os exilados eram vigiados para além dos países vizinhos, com Hélio Sirkis nota-se que o monitoramento não tinha limites territoriais. Leva a crer que o Itamaraty estava de alguma maneira ligado à essa função da vigilância. Segundo Penna Filho (2009, p. 44) havia um mito de que o Itamaraty não colaborou ou colaborou pouco com o lado mais sombrio da ditadura militar brasileira, por muitos anos, gerações de diplomatas afirmaram que a tradição e a autonomia desfrutada pelo Ministério das Relações Exteriores no âmbito do serviço público teriam lhes permitido evitar uma associação com a repressão generalizada que se instalou no país após o Golpe de Estado de 1964. Bom, se tem algo que fica evidente ao analisar as fontes do CIEX é que o Itamaraty estava de alguma maneira colaborando com a complexa rede de informações que foi estruturada.

⁴⁶ O sobre nome de Alfredo Hélio tem variações a depender da fonte, nos relatórios do CIEX o nome é grafado com y, formando o nome Syrkis, em outros lugares o nome é grafado com i, formando Sirkis. Sua biografia na página da Câmara dos Deputados está grafado com i, assim como em seus livros. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/116663/biografia>>. Acesso em: 26 de agosto de 2021.

⁴⁷ Alfredo Sirkis morre em acidente de carro em rodovia no RJ. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/10/alfredo-sirkis-morre-em-acidente-de-carro-em-rodovia-no-rj.ghtml>>. Acesso em: 27 jan. 2023.

Carlos Fico ao falar sobre o que ele considera os pilares básicos da repressão (espionagem, polícia política, censura e propaganda), tem muito cuidado ao separar o que são os aparatos de vigilância, que ele chamou de órgãos de informações, e o que são os aparatos de repressão, que ele chamou de órgãos de segurança. A preocupação dele é que se tenha uma compreensão mais refinada da história do período, para que não se acabe englobando instâncias diversas na expressão “porões da ditadura” (FICO, 2020, p. 145), embora ele deixe claro que há uma conexão onde o serviço de uma pode subsidiar o da outra. A estrutura de segurança estaria mais vinculada a órgãos como o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), responsável por submeter prisioneiros a choques elétricos ou ao pau de arara. Já no caso dos órgãos de informação ele relata uma estrutura detalhada e ao mesmo tempo complexa:

“Tratava-se da criação de uma vasta rede de espionagem, implantada em todo o país, pois, além dos ministérios civis, as pastas militares obviamente também contavam com seus órgãos de informações, bem como todas as autarquias, fundações e os demais órgãos públicos, inclusive empresas estatais. Nessas instâncias, o órgão assumia o nome de Assessoria Especial de Segurança e Informação (Aesi) e, seguramente, muitas foram criadas em função de prestígio que seus chefes imediatos e superiores podiam auferir: se a repartição era importante, deveria contar com uma Aesi. Tais assessorias, além disso, eram convenientes para lotar aqueles militares da linha dura que estavam em busca de sinecuras e comissões.” (FICO, 2020, p. 144).

De acordo com o historiador Carlos Fico, percebe-se que o surgimento de algum setor envolvendo infraestrutura de vigilância acabou sendo instalado nos órgãos de Estado durante a ditadura, isso explica o contexto do surgimento do CIEX na infraestrutura física do Itamaraty, mas como afirmou Penna Filho (2009, p. 43), era subordinado ao SNI.

O detalhamento dado por Carlos Fico em relação ao sistema de vigilância pode ser melhor entendido se analisarmos a dinâmica do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), que foi descrita por Lucas Figueiredo sobre a nova cultura de vigilância implantada baseada na ideia de “nossa vigilância é sua segurança” (FIGUEIREDO, 2015, p. 22), cria uma situação em que o contexto é uma situação tipicamente orwelliana⁴⁸. Apesar da polissemia que possa existir em torno da expressão, a obra que mais sintetizaria o conceito seria o livro 1984, justamente nela é encontrada a situação em que até mesmo os filhos entregam os pais para o governo e com esse tipo de atitude acabavam por receberem o título que na obra literária seria “herói mirim”. Para o protagonista da obra, Winston, eles eram apenas pequenos bisbilhoteiros (ORWELL, 2009, p. 30). O entendimento de como funcionavam as repartições

⁴⁸ Segundo o dicionário de Oxford, o termo orwelliano usado para descrever um sistema político no qual um governo tenta ter controle total sobre o comportamento e os pensamentos das pessoas.

públicas da ditadura brasileira dá-se do mesmo modo. Em cada setor haveria pelo menos um infiltrado bisbilhotando o que se passava no ambiente, estava sempre pronto para ser entregue ao seu superior qualquer um que fosse suspeito, acrescentando-se a isso servidores públicos e privados dentro e fora do Brasil.

Esse era apenas um dos meios pelo qual se concretiza a estrutura de vigilância para além dos limites nacionais, pois tínhamos uma extensa rede de embaixadas espalhadas pelo mundo capaz de alimentar com muitos dados essa estrutura.

Há uma distinção quanto ao ato de observação, que seria a atividade comum de um diplomata, e de vigilância, que seria a função de um espião. Quanto a este último, a escolha do termo se deu pelo fato de Carlos Fico usar espionagem como expressão para definir o que faziam os agentes da estrutura de vigilância usada pelos militares pós 64. Antes de mais nada é bom salientar que tanto a função de um diplomata quanto a de um espião fazem parte do serviço de inteligência⁴⁹ de um Estado, a diferenciação aqui serve para que a atividade dos dois não se confundam, embora possam acabar coincidindo. Segundo Bobbio, em essência ao diplomata foi entregue o encargo de negociar e, ao mesmo tempo, de relatar ao seu país de origem as condições de vida, a força e a disponibilidade para a guerra e para a paz dos países junto do quais estavam em missão e em resumo, hoje em dia, cabe ao diplomata profissional que seja sobretudo um correto informador (BOBBIO, 1998, p. 348). Já no caso do serviço de espionagem as funções eram de fazer escutas telefônicas, recortes de jornais e redigir avaliações (FICO, 2020, p. 145) quanto aos perseguidos.

Quanto ao trato do que é espionagem, também será considerado nesse trabalho atos de espionagem a veiculação de relatórios sobre indivíduos que tenham como intuito criar antecedentes⁵⁰ para produzir fichas de catalogação nos seus nomes, uma espécie de histórico das ações dos indivíduos. O uso do termo antecedentes foi escolhido porque o próprio CIEX usa essa expressão quando se trata da catalogação dos exilados.

O mais provável é que onde houvesse uma embaixada brasileira, haveria ali um corpo da ditadura militar atuando na vigilância de exilados brasileiros. Pode-se identificar que as atividades de um embaixador e da estrutura de espionagem podiam acabar coincidindo de vez em quando, como é possível perceber no relatório do CIEX número 24, do dia 10 de abril de

⁴⁹ Inteligência aqui entende-se por: a coleta, análise e disseminação de informações para que analistas tenham vantagens quanto aos seus rivais na escolha de decisões. SIMS, Jennifer, 2009, p. 154.

⁵⁰ Termo que consta no CIEX/SEDOC de 1967. Vol. 04. Difusão do nº 371 ao 647. Nº 492/647.

1979. No relatório consta a informação de que um semanário conservador português, chamado O Diabo⁵¹ (com título e cabeçalho idênticos aos do extinto periódico anti-salazarista que, no final da década de 30, publicou artigos de Álvaro Cunhal e outros intelectuais ligados ao Partido Comunista Português), surgido no início de 1976, destacou-se como um dos mais marcantes e duradouros imprensas de extrema-direita⁵², publicou um artigo criticando as autoridades portuguesas no que concerne às atividades de estrangeiros radicados em Portugal, que o seminário os chama de terroristas estrangeiros. Nesse trecho é possível identificar o tratamento dado por parte de setores conservadores de Portugal a alguns exilados brasileiros no país. A edição de 27 de março chama Flávio Tavares, correspondente do Estado de São Paulo, de biscateiro político e terrorista. Segundo O Diabo o correspondente “tem direito a todas as regalias naquele país que se tornou o coio de escória de todo mundo”⁵³. Esse relatório também serve para reforçar a ideia antes aventada sobre a atuação de organizações estrangeiras junto ao CIEX. Mesmo que de maneira involuntária, a colaboração de organizações ajudava na perseguição aos exilados. Com as declarações dos anticomunistas, os exilados em outras nações acabavam por ficar em evidência, pois como já mencionado, havia uma guerra fria dentro dos países. Esse pano de fundo não é totalizante para entender tudo no contexto, mas a ausência dele faz as coisas perderem sentido.

2.1 O DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO CIEX

Os relatórios do CIEX citados até agora datam de 1979, período em que diminuíram os volumes dedicados à pura espionagem de cidadãos brasileiros e passava-se a se dedicar mais a análises de conjunturas políticas e econômicas de outros países. Segundo Pio Penna Filho o ano do começo dessa mudança foi em 1977 (FILHO, 2009, p. 47), 11 anos após a criação do CIEX. Realmente fica evidente que proporcionalmente os relatórios passam a dar maior importância ao contexto interno dos países de onde vem os informes do que nos exilados que residem naqueles países.

⁵¹ O nome do semanário tinha intuito de tentar driblar o Conselho da Revolução, foi instituído a 14 de Março de 1975. O Diabo nunca se foi embora. Disponível em: <<https://desumificador.blogs.sapo.pt/o-diabo-nunca-se-foi-embora-12239>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

⁵² O Diabo nunca se foi embora. Disponível em: <<https://desumificador.blogs.sapo.pt/o-diabo-nunca-se-foi-embora-12239>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

⁵³ Carga do CIEX/SEDOC de 1979. Vol. 27. Difusão do nº 001 ao 251. Nº 024/79.

Voltando 10 anos no tempo em relação à data da mudança, analisando os relatórios de 1967 é possível perceber o quanto o CIEX dava um grau maior de ênfase em relatórios voltados para espionagem. O foco, é claro, era na observação do que a ditadura entendia como “atividades comunistas” ou “atividades subversivas”, pelo menos era assim que os relatórios descreviam o que eles observavam na região. Muitas dessas observações estavam focadas principalmente em movimentos estudantis⁵⁴, como foi o caso do Encontro Latino-Americano de Estudantes no Uruguai. Esse tipo de relatório sobre encontros estudantis segue um padrão, é possível encontrar o número de estudantes presentes no evento. Nesse tipo de encontro há delegados que representam os países da América Latina e organizações estudantis⁵⁵. No relatório os nomes dos estudantes normalmente são seguidos de suas atividades como decano, representante de alguma organização ou presidente estudantil de algum país. Mais adiante no documento pode-se observar o que diz respeito às falas descritas nos relatórios, algumas são sintetizadas quando se trata de agradecimentos ou sentimentos manifestos nos discursos dos estudantes, já quando há alguma exposição quanto ao contexto da região os relatórios descrevem as falas dos estudantes entre aspas, aparentam transcrever a fala do estudante na íntegra.

Além dos movimentos estudantis nesses relatórios de 1967, também há relatórios sobre conferências da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) e outros eventos que estejam relacionados de alguma maneira à esquerda, que os militares dividem basicamente em duas linhas: a pró Pequim e pró Moscou. Apesar dessa divisão, por meio dos relatórios é perceptível que os analistas percebem mais ramificações e interesses difusos nos movimentos ditos de esquerda. Mas esse tipo de relatório, de análise interna do contexto dos países, são minoria no ano de 1967. O volume que traz os relatórios do nº 371 ao 647, do ano de 1967, contém 88 relatórios voltados para esse tipo de análise de encontros, 188 são voltados para espionagem de asilados, dos quais alguns serão objeto de análise.

O mesmo volume traz dois relatórios importantes para que se tenha a compreensão de como são fichados os alvos de espionagem, como são construídos seus antecedentes. O primeiro a ser tratado é o que consta no relatório nº 452, com título: *Solidariedade com a UNEB. Frente Estudantil. Atividade do PCUruguai*. Nesse documento são mostrados os antecedentes do estudante Barret Diaz Pose, em ordem o documento consta: nacionalidade, data de nascimentos,

⁵⁴ CIEX/SEDOC de 1967. Vol. 04. Difusão do nº 371 ao 647. Nº 414/647.

⁵⁵ Nesse encontro em específico havia delegados da União Internacional dos Estudantes (UIE), Organização Continental Latino Americanos e Caribenhos dos Estudantes (OCLAE) e a Federação dos Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU).

cidade, nome dos pais, residência, Carteira de identidade, atividade (curso da faculdade, trabalho, filiação partidária ou qualquer outra ocupação que o espião tenha conseguido acesso) e históricos das atividades relacionadas à política.

“- Em NOV/59 foi detido com outros jovens comunistas e anarquistas uruguaios, por promover incidentes quando da visita do ex-presidente ARTURO FRONDIZI ao Uruguai, sendo posto em liberdade no mesmo dia

- Em 1961 foi candidato por listas de tendências comunistas, para integrar o comitê central da ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES PREPARATÓRIOS

- Em 1963 foi candidato à presidência da ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DE MEDICINA DO URUGUAI

- Em 1964 foi identificado como ativista e orador oficial da UJC (Unión Juvenil Comunista)

- Em 26/JUL/65 representou a FEUU em ato pró Cuba realizado nos salões da Universidade da República do Uruguai

- Em AG/65 falou em Fray Bentos (ROU), por ocasião do aniversário da UJC

- Em MAI/66 falou no Platense Club (MVD), por ocasião do II Congresso da CENTRAL DE TRABALHADORES DEL URUGUAY

- Em MAI/66 colaborava com a redação da revista “UNIDAD UNIVERSITARIA”, órgão do comitê do FideL

- Em 21/JUL/66 viajou pela SAS com destino a praga

- EM JUL/66 candidato pela FideL às eleições federais

- Em JUL/66 foi eleito Presidente da FEUU

- Em JUL/66 é identificado como um dos organizadores do ENCONTRO LATINO-AMERICANO levado a efeito na cidade de Montevideú” (CIEEX. 11/8/1967. Nº 452/647)

A lista contendo o que o CIEEX chama de “dados e atividade” de Barret Diaz Pose serve para entender muitos dos quais eram os alvos de vigilância da ditadura brasileira, quais eram suas preferências de observação. Diaz Pose nasceu em 23 de abril de 1944, o primeiro dado da ficha do CIEEX é sobre uma atividade de quando ele tinha apenas 15 anos. A ditadura brasileira já carregava consigo e reforça a tradição de não discriminar ações de menores marginados⁵⁶, eram tratados tais como adultos e suas ações eram julgadas sem diferença alguma no que diz respeito ao fichamento nos arquivos de inteligência. Importante perceber um outro lado da execução dos serviços de espionagem da ditadura brasileira durante a Guerra Fria, do mesmo modo que o Brasil recebia dados de informação acerca de brasileiros asilados em outros países de setores públicos e privados estrangeiros, a ditadura brasileira também vigiava e armazenava

⁵⁶ O termo “marginado” é usado nos relatórios e serve para se referir a asilados políticos ou qualquer pessoa que fizesse parte de movimento simpáticos ao comunismo na ótica da ditadura brasileira.

dados de estrangeiros que tinham ligação com brasileiros ligados ao que os militares diziam ser o comunismo internacional.

Uma vez fichado, todas suas ações de viés político poderiam ser alvos de espionagem, mesmo as que não tivessem exatamente relação com movimentos alinhados ao comunismo, o registro de 1963 deixa claro que qualquer passo político que fosse dado por um fichado seria motivo para catalogar a ação. Como estudante de medicina Diaz Pose teria direito, como qualquer um outro, de se candidatar para presidência da Associação de Estudantes de Medicina do Uruguai, isso por si só não quer dizer nada, fosse qualquer outro, seria uma atitude comum e não existia qualquer motivo para ser alvo da inteligência de algum país, mas como foi fichado uma primeira vez por qualquer atividade vista como “subversiva” pelos militares, suas escolhas agora faziam parte dos interesses do serviço de espionagem estrangeiro.

De maneira mais objetiva esse tipo de dado servia como uma espécie de teia onde um ponto se conectava em outro a partir da atividade executada por uma pessoa que tivesse sido fichada, como se fosse um quadro de investigação com fotos, recortes de jornais e outros documentos. A partir do momento que Diaz Pose se envolvesse com algum evento, o evento seria então motivo de nota por parte do CIEX e esse seria relatado em algum outro relatório ao serviço de inteligência brasileiro, acrescentando a ele outros envolvidos no evento que tivessem alguma relação com movimento político, por menor que fosse. Como foi o dado acerca de julho de 1967, onde é relatado que ele foi um dos organizadores do Encontro Latino-Americano levado à cidade de Montevideú.

“1. O ato inaugural do ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDANTES contou com a presença de cerca de 300 estudantes.

2. No primeiro dia de trabalhos, fizeram uso da palavra o estudante uruguaio BARRET DIAZ POSE, presidente da Federação de Estudantes Universitários do Uruguai; ANTONIO CRAVOTTO, decano da Faculdade de Arquitetura do Uruguai; representante da OCLAE e UIE; Presidente dos Estudantes Paraguaios no Uruguai e delegados de Pôrto Rico, Argentina, Brasil e Equador.

(...)

4. Além dos delegados estrangeiros e dos estudantes universitários, compareceram ao encontro na qualidade de representantes de estudantes de curso secundário e preparatório do Uruguai, os seguintes estudantes:

- DANIEL MAÑANAS (dirigente do preparatório BAUZA)
- SERGIO CARRASCO (dirigente do preparatório LARRAÑAGA)
- GUSTAVO CHIFFLET (dirigente do preparatório LARRAÑAGA)
- ESTEBAN VALENTI (dirigente do preparatório CESU)
- “NEGRO” FERREIRA (dirigente do preparatório CESU)

- MARILLENALONSO (dirigente do preparatório CESU)” (CIEEX. 24/7/1967. Nº 414/647)

O evento tem relevância em ser registrado na base de dados brasileira por ser fruto do envolvimento de uma pessoa catalogada através da espionagem, Barret Diaz Pose. Foi então o seu envolvimento no evento que acabou por levar a atenção do CIEEX ao encontro, que por sua vez acabou catalogando outros envolvidos. Dentre os quais delegados de países como Paraguai, Porto Rico, Argentina, Equador e até mesmo do Brasil. Além desses delegados foram catalogadas estudantes secundaristas do Uruguai.

Conforme mais pessoas fossem se envolvendo nessa teia, mais ela seria tecida e o número de pessoas que entravam no radar da espionagem brasileira crescia em progressão geométrica. Um bom jeito de entender esse sistema de catalogação que o CIEEX trabalhava é ir ao trabalho de Lucas Figueiredo que trata do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), ele constata que a meta do centro era ter a capacidade de produzir informações sobre qualquer cidadão (FIGUEIREDO, 2015, p. 21). Ao se levar em conta o modus operandi dos centros de informação, de catalogar qualquer pessoa que por acaso tivessem contato com um alvo de espionagem, teria de ser essa a meta mesmo, catalogar qualquer cidadão, como informou Figueiredo (2015, p. 15). O grande desafio da rede de informação era o espaço, ao passo que a demanda por armários com quatro gavetas de arquivamento era de mais de sessenta para atender a 48 meses de produção de arquivos, isso se tratando apenas do CENIMAR, que no caso desse centro, Figueiredo afirma que a solução foi o advento da microfilmagem (FIGUEIREDO, 2015, p. 23).

Os relatórios do CIEEX traziam no cabeçalho de cada documento os setores dos quais receberiam cópias desses arquivos, no caso desse sobre o Encontro estudantil de 1967 citado acima seria distribuído para o SNI/ARJ, 2ª Sec/EME, 2ª Sec/AMAer e CENIMAR. No livro Lugar Nenhum: Militares e Civis na Ocultação dos Documentos da Ditadura, Lucas Figueiredo dá ênfase na análise dos arquivos do CENIMAR, apesar de pontuar as outras Forças Armadas em paralelo ao que acontecia no sistema de catalogação no Centro de Informações da Marinha, isso fica evidente no trecho que ele afirma que “apesar de atuarem em faixas próprias e de manterem certa rivalidade entre si, os serviços secretos militares conservavam um relacionamento estreito. Trocavam informações e análises, dividia nichos no sistema de repressão” (FIGUEIREDO, 2015, p. 17). Curioso perceber também que mesmo antes da Operação Condor, que teve início em 1975, já havia no Brasil um sistema de integração de busca ao que se considerava movimento subversivo.

Voltando à esteira do estudante uruguaio Barret Diaz, na teia que segue ele ajuda a entender outros modus operandi dos sistemas de informação, a solicitação de informações, como o relatório intitulado: Frente de ensino. Congresso da UNE. Apoio da FEUU.

“1. O jornal uruguaio “EL POPULAR”, órgão oficial do PARTIDO COMUNISTA URUGUAIO (PCU), publicou em sua edição de 2/AGO/67 extensa declaração de FEDERAÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO URUGUAI (FEUU) em que manifesta “solidariedade com a luta dos estudantes do Brasil no momento em que se realiza o Congresso da UNE”.

2. Na referida declaração a FEUU recomenda a realização no Uruguai de “assembléias, atos e demonstração”, informando que “no momento encontra-se no Brasil, chefiando uma Delegação, o Secretário-Geral da FEUU, Companheiro BARRET DIAZ, levando a solidariedade, participando do Congresso e atuando ativamente nos atos e demonstrações públicas”.

3. Na mesma edição “El População” publica, na primeira página, fotografia de BARRET DIAZ, com a legenda de que o mesmo “juntamente com MARTA KLINGER, Secretário-Geral do Centro de Estudantes de Humanidades, se encontra em São Paulo, cumprindo uma missão de solidariedade com os estudantes brasileiros”.

NOTA DO CIEX: Muito agradeceríamos qualquer informação adicional sobre a alegada presença dos dois estudantes uruguaio acima mencionados em São Paulo, em particular sobre sua participação no clandestino Congresso da “UNE”. (CIEX. 3/8/1967. Nº 421/647)

Esse é o relatório de número 421, que data do dia 3 de agosto de 1967. Na parte inferior do relatório é possível identificar uma nota do CIEX, essa nota solicita qualquer informação adicional sobre os dois estudantes uruguaio, essas informações adicionais são úteis para formar o que o sistema de informação entendia como dados e atividades dos vigiados. Esse tipo de nota torna evidente que os setores de informação dos órgãos que mantinham o sistema de vigilância trocavam informações entre si, como aponta Lucas Figueiredo. Essa troca tinha o intuito tanto de fornecer, quanto de solicitar, de modo que a conclusão que se tira é que cada setor de vigilância dos órgãos da ditadura tinha setores de informação com uma massa documental mais ou menos semelhante, a depender do interesse do órgão no alvo vigiado. Além disso, alguns arquivos poderiam ser duplicados dentro do próprio órgão, pois cada setor da administração pública tinha que coletar informações sobre suas atividades típicas e também informações quanto ao comunismo internacional, de maneira atípica, de modo que às vezes o mesmo tipo de informação era relevante tanto para atividade típica quanto para a atípica. O próprio CENIMAR mesmo, após um cotejo dos dados do Arquivo “Comunismo” com os do Arquivo “Geral”, permitiu eliminar duplicatas (FIGUEIREDO, 2015, p. 21). A descrição de como era o formato dos documentos do CIEX ajuda a entender como surgiam essas duplicatas, além de colaborar também para o entendimento de outros detalhes da estrutura de vigilância.

2. 2 DESCRIÇÃO DOS RELATÓRIOS

O cabeçalho dos documentos do CIEX segue um formato padrão, na primeira linha a ordem das informações que constam são: o número do documento, a data e a avaliação; na segunda linha consta a distribuição do documento; na terceira há o índice. Quanto ao número do documento, no caso do CIEX, ele seguia uma ordem crescente até findar o ano. A massa documental usada como fonte teve a preferência de separar esses relatórios por volumes, já no começo de cada volume consta a quantidade de relatórios gerados no ano em questão. No caso da data não há regularidade, uma semana poderiam ser produzidos muitos relatórios e outras nem mesmo um, tudo dependia do interesse do CIEX nas atividades de asilados e das atividades de movimentos que eles viam como relacionadas ao comunismo internacional.

A parte do cabeçalho que contém a linha com critério de avaliação do documento seguia um padrão relativamente unificado, relativamente porque tem um viés subjetivo quanto à avaliação. Elas são divididas em letras que vão do A ao C, seguidas de números que vão do 1 ao 3, ex.: A-1, A-2, A-3, B-1, B-2... Em alguns volumes a letra F também conta como avaliação, indo no número 1 ao 6, a avaliação não se confunde com a classificação do sigilo (reservado, confidencial e secreto), no caso do CIEX, todos eram classificados como secretos. As letras D e E não aparecem nas avaliações dos documentos. Suas avaliações aparentavam seguir uma tabela para catalogar os relatórios de acordo com seu assunto, pode ser entendido nos moldes que Carlos Fico descreveu ao falar sobre as divisões de documentos do CENIMAR, que “eram difundidos por afinidade temática, sendo certo, por exemplo, que uma informação sobre estudantes, produzida fora do MEC, fosse encaminhada a esse ministério, ou uma outra, que dissesse respeito a refugiados estrangeiros, gerada num Dops, fosse enviada à DSI do Ministério das Relações Exteriores – e assim por diante” (FICO, 2020, p. 147).

No caso do CIEX, por se tratar de informantes ligados à tradição do Itamaraty, a avaliação deveria seguir uma tabela de catalogação específica do próprio órgão. Ao analisar os relatórios o que fica perceptível é que os documentos produzidos com avaliação A eram sobre alguma informação acerca do contexto do país, os relatórios de avaliação B eram sobre asilados brasileiros no exterior, o C era sobre a relação de um país com o outro e o F em alguns relatórios eram respondendo às solicitações de “dados e atividades” de algum alvo de espionagem.

Os números do 1 ao 3 tinham uma relação com uma escala de gravidade quanto à proximidade da movimentação descrita no relatório com o comunismo internacional e a ação armada, quanto maior o número, maior era a relação do relatório com a luta armada, na perspectiva de quem fazia o relatório. Geralmente os relatórios com avaliação B-1 estavam relacionados a jornalistas e outros perseguidos sem filiação política, os com B-2 constavam assuntos relacionados a personalidades políticas como Leonel Brizola e outros opositores da ditadura que faziam parte da linha de ação moderada, alguns desses nomes podem ser encontrados em listas de presos políticos no relatório final da Comissão da Verdade em Minas Gerais (BRASIL, 2017, vol. 1, p. 80) e os B-3 estavam relacionados a pessoas envolvidas à luta armada como Carlos Marighella. Na descrição também continham outras pessoas que o acompanharam em algum momento e pessoas mais ligadas a ações radicais como tentativas de sequestro e assaltos a bancos. A avaliação A parece ser uma atividade do CIEIX mais próxima da atividade típica do Itamaraty e são voltados para análises de contextos internos. O Itamaraty continuava com a coleta de documentos própria de sua atividade, esses seriam os documentos dirigidos ao Arquivo Central do Ministério, no caso dos relatórios produzidos pelo CIEIX tinham um certo paralelo com essa documentação típica, mas com a diferença de que esses eram sempre relacionados ao que o centro entendia como envolvidos ao comunismo. Os documentos de atividades não sigilosas do Itamaraty também eram sobre burocracias típicas do Ministério, como documentação, registros domiciliares e relações empresarias envolvendo o Brasil, mas normalmente de pessoas que os relatórios descreviam com alguma ligação com comunismo internacional. Alguns relatórios tem mais de uma avaliação, se enquadram em mais de um tipo de categoria do padrão do CIEIX. O caso da Concessão de passaporte comum ao asilado Abelardo Jurema gerou um relatório que se enquadra nesse padrão de duas ou mais avaliações:

“RESPOSTA AO PEDIDO DE BUSCA Nº 0498/CENIMAR/ de
11/OUT/67

1. Em carta datada de 22/AGO/67 o asilado político ABELARDO JUREMA, residente no Peru (Lima), solicitou ao Ministro das Relações, JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO, a concessão de passaporte a fim de que pudesse, em DEZ/67, viajar ao Rio de Janeiro para assistir à formatura de dois filhos.
2. O Presidente da República autorizou a concessão do referido passaporte, com a ressalva de que a mesma não eximia JUREMA de ser ouvido pela Justiça Federal, na qual corre processo contra êle instaurando no Ministério da Justiça por corrupção e subversão.
3. Nessas condições, a Embaixada do Brasil em Lima concedeu-lhe o passaporte comum nº 578976, expedido em 19/SET/67.
4. A Embaixada em Lima foi instruída a informar, por ocasião do embarque, data, hora e local de chegada do asilado ao Brasil.
5. JUREMA, após sua chegada a Lima, estabeleceu-se como comerciante nos ramos de representações e importação-exportação. É atualmente Diretor-Gerente da firma

“NEGOCIACIONES COMERCIALES INDUSTRIALES LIMA S.A. (NECOILSA) e Presidente do Diretório da firma “CONTINENTAL DEL MAR S.A.” (COMARSA).

6. Consta que JUREMA tem vinculações com o “MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO LATINO-AMERICANO” (MLL), sediado no México, tendo tido em Lima contato com o ex-Sgt EB JOSÉ MENDES DE SÁ RORIZ, que viajava em missão do MLL a Montevidéu, aonde chegou em 22/JAN/67. Ainda dentro dos planos do MLL, o marginado manteve contatos com o ex-MN ADELZITO BEZERRA CORDEIRO, quando este, em Lima, evadiu-se do avião em que era repatriado do México para o Brasil e foi, posteriormente, para Montevidéu, via Chile. Aparentemente, o papel de JUREMA dentro do esquema do MLL de ação subversiva seria o de elemento de apoio a brasileiros que se desloquem pelo Peru.” (CIEX. 22/9/1967. Nº 556/647)

Nesse relatório constam duas avaliações, A-1 e B-2. Ele é um relatório um pouco mais complexo, envolve mais de um tipo de assunto, normalmente os relatórios são mais simples, envolvem um assunto fechado em um indivíduo ou contexto acerca de negociações ou acontecimento de um país. Nesse a avaliação A-1 foi dada em referência à parte da solicitação de passaporte feita por Abelardo Jurema ao Ministro das Relações Exteriores, que seria um expediente típico do Itamaraty, poderia ser feito em um relatório típico de expediente do Ministério, mas por se tratar de um asilado enquadrado como colaborador do comunismo internacional, é feito pelo CIEX, porque será adicionado aos arquivos de vigilância para acrescentar ao catálogo e completar a lista de “dados e atividades” do asilado Jurema. Já a avaliação B-2 nesse relatório é referente à vinculação de Jurema ao Movimento de Liberação Latino-Americano, que seria uma atividade subversiva de dar apoio a brasileiros que se desloquem pelo Peru.

Abelardo de Araújo Jurema nasceu em Itabaiana (PB) no dia 15 de fevereiro de 1914, teve uma longa carreira política: em 1937 foi nomeado para prefeito de Itabaiana, ficou pouco tempo no cargo, até janeiro de 1938, pois assumiu função de procurador-adjunto da Secretaria da Fazenda de seu estado. Seu próximo cargo político foi prefeito de João Pessoa, também ficou pouco tempo, de 1946 até 1947, pois nesse último ano assumiu a função de delegado do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), em Recife. Em 1950 foi eleito, pela Paraíba, suplente do senador Rui Carneiro. Em outubro 1953 foi convocado para o Senado, exercendo mandato até o fim de março de 1954. Foi eleito deputado federal em 1958 e em seguida reeleito em 1962, ambos pelo PSD. Na madrugada do golpe de 31 de março de 1964 tinha início o movimento que depunha o presidente Goulart, momento em que estava à frente da pasta da justiça, tinha assumido em junho de 1963. Na manhã daquele dia, deparando-se com a polícia carioca de prontidão, Abelardo Jurema deu ordens para mobilizar a segurança do Ministério da Justiça, aos membros da Polícia Militar e Civil e o Corpo de Bombeiros, e dirigiu-se ao palácio das Laranjeiras, reunindo-se a Goulart e ao general Jair Dantas Ribeiro. Nesse

mesmo dia falou à imprensa, procurando afastar o clima de intranquilidade e afirmando que o governo e o povo estavam juntos⁵⁷. Os adversários de Goulart, no entanto, já dominavam a situação. Jurema reassumiu seu mandato de Deputado Federal, 10 de abril foi cassado e teve os direitos políticos suspensos com base no Ato Institucional nº. 1 (AI-1). No dia seguinte seguiu para o exílio, no Peru. Depois de viver vários anos exilado no Peru, onde montou uma empresa de exploração de pesca, Jurema voltou definitivamente ao Brasil em 1974⁵⁸.

O trecho do relatório nº 556 de 1967 trata de observações acerca desse período em que Jurema seguia asilado no Peru. No dia 20 de maio daquele mesmo ano do golpe foi instaurado um inquérito policial-militar (IPM) para apurar as responsabilidades no tocante à organização da Cadeia da Legalidade. Abelardo Jurema foi acusado nesse IPM de responsabilidade direta pelo uso da televisão. A acusação de que trata no trecho do relatório sobre ser ouvido pelo Ministério da Justiça é sobre um segundo IPM que foi também instaurado para apurar a subversão no próprio Ministério da Justiça. Ambos foram arquivados em 1967, por falta de provas⁵⁹.

Além de mostrar como alguns relatórios podem ter mais de uma avaliação, é importante notar que não apenas nesse relatório, mas nele também, os nomes dos indivíduos são sempre colocados com todas as letras maiúsculas, dando maior destaque aos indivíduos do que à informação em si. Isso também ocorre em nomes de algumas regiões, nomes de regiões como Rio de Janeiro e São Paulo são digitados seguindo a regra culta, inicial maiúscula e o restante do substantivo em minúsculo. Mas quando se refere a regiões como a do Goiás, esse aparece digitado como os nomes dos indivíduos, o nome com todas as letras maiúsculas. A percepção desse tipo de diagramação é útil para entender como funciona parte da psicologia do sistema de informação do CIEX a partir dos escritos, há um peso no que eles consideram digno de extraordinária observação, que normalmente é o nome dos alvos, sejam região ou pessoa, por isso escrevem tudo em maiúsculo, no intuito de que esse elemento perigoso esteja em evidencia

⁵⁷ DO BRASIL, C.-C. DE P. E. D. H. C. ABELARDO DE ARAUJO JUREMA. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/abelardo-de-araujo-jurema>>. Acesso em: 3 fev. 2023.

⁵⁸ DO BRASIL, C.-C. DE P. E. D. H. C. ABELARDO DE ARAUJO JUREMA. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/abelardo-de-araujo-jurema>>. Acesso em: 3 fev. 2023.

⁵⁹ DO BRASIL, C.-C. DE P. E. D. H. C. ABELARDO DE ARAUJO JUREMA. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/abelardo-de-araujo-jurema>>. Acesso em: 3 fev. 2023.

no texto. Enquanto isso, as palavras que orbitam aquele elemento em maiúsculo seguem a padrão formal da escrita da língua portuguesa.

Ainda sobre o documento N° 556/647, de 22/9/1967, que fala do alvo de espionagem Abelardo Jurema, podemos perceber outro elemento importante nesse relatório para entender que parte do método de espionagem dos sistemas de informação era garantir a formalidade da burocracia até mesmo para os elementos que respondem por “corrupção e subversão” na Justiça Federal. No caso de Jurema podemos perceber uma situação que parece muito peculiar em uma ditadura, uma pessoa acusada de subversão ter a possibilidade de seguir os ritos burocráticos de documentação em uma ditadura que se fundamenta no discurso de combate aos subversivos, uma das possibilidades para esse tipo de padrão seria o de que a preferência dos militares em garantir esse vínculo burocrático com o alvo da espionagem seria mais útil por manter o “subversivo” dentro dos radares dos sistemas de informação, evitando que ele caia na clandestinidade e saia do radar de observação da ditadura.

Na parte da distribuição constam os setores que receberam cópia do relatório produzidos pelo CIEX, no caso do 421 de 1967 a distribuição foi para os seguintes setores: SNI/ARJ, D-2/GabME, 2ªSec/EME, 2ªSec/EMAer, CENIMAR e 2ªSec/EMA. Alguns desses setores forneceram as informações solicitadas para o CIEX, pois o relatório número 452, já citado mais acima, traz os dados e atividades do estudante Barret Diaz Pose. Essa linha do relatório que o CIEX nomeia de “distribuição” o CENIMAR chama de “disseminação”⁶⁰ e ao perceber essa semelhança entre os dois órgãos que atuam em regiões distintas é possível deduzir que os órgãos que estão indicados para encaminhar cópias dos arquivos sejam na linha distribuição do CIEX ou disseminação do CENIMAR tenham padrões categóricos semelhantes em seus relatórios, talvez com nomenclaturas diferentes, isso se aplicaria a todo o corpo que Carlos Fico chamou de “comunidade de informações” (FICO, 2020, p. 146).

2. 3 A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL DENTRO DAS INSTITUIÇÕES

⁶⁰ Operação Terrorismo Postal, 1972, CENIMAR, Ministério da Marinha. Secreto. 60 pp. Acervo: Projeto República/UFGM/CENIMAR/Lucas Figueiredo.

A DSN destacou que os militares da América Latina deveriam enfatizar o aspecto da informação na guerra revolucionária, por isso a elite das Forças Armadas (FA) era dedicada a esse setor (COMBLIN, 1978, p. 49). Em se tratando de “elite” entendia-se militares que se destacavam em algum setor, isso incluía forças militares para além das FA, como as polícias militares, civis e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, como foi o caso de Sérgio Paranhos Fleury e Rubens Cardoso de Mello Tucunduva. Ambos foram delegados civis que comandaram o cerco a Marighella no ano de 1969. Os delegados servem como um bom exemplo de que os interesses dentro da luta contra o comunismo eram difusos, no caso deles, sequer levavam em conta a motivação política de quem buscavam⁶¹. Eles usaram a experiência que tinham no combate a marginais comuns na busca por Marighella, para eles um assalto a banco praticado por um terrorista deveria ser tratado como um assalto comum, vale o mesmo para assalto a carros e qualquer outra ação⁶². Segundo um dos delegados: “Quando a gente prende um malandro, ladrão ou assassino, enfim um bandido, e a gente sabe que ele tem um companheiro, obrigamos o preso a nos levar até o barraco onde o outro mora. O bandido vai lá, bate na porta, o outro pergunta ‘quem é?’, e o bandido responde ‘sou eu’. O camarada abre a porta e entram dez policiais junto com o bandido”⁶³.

Essa ação do Rubens Tucunduva e Sergio Fleury reforçam o esquema de teia que os relatórios seguiam com os vigiados, a partir de um perseguido o sistema de repressão da ditadura chegava a outros, estendendo cada vez mais o emaranhado social de pessoas perseguidas. Mesmo que em um primeiro momento a questão política fosse secundária para os delegados, com o tempo, trabalhando dentro dos setores que lutavam contra o que eles entendiam como subversão, o ambiente acaba moldando a mentalidade dos delegados e por fim acabam criando um sentimento negativo quanto aos grupos de esquerda. Após ser acusado de integrar esse grupo de extermínio, passou a atuar juntamente com a Operação Bandeirantes (Oban), organismo criado para combater os grupos de esquerda de São Paulo⁶⁴. Não apenas por viver com militares que lutavam contra o “comunismo internacional”, mas mais

⁶¹ Estratégia para matar o terror. Revista Veja. 12 de novembro de 1969. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20100312120446/http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_12111969.shtml> Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

⁶² Idem.

⁶³ Estratégia para matar o terror. Revista Veja. 12 de novembro de 1969. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20100312120446/http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_12111969.shtml>. Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

⁶⁴ DO BRASIL, C.-C. DE P. E. D. H. C. SERGIO FERNANDO PARANHOS FLEURY. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sergio-fernando-paranhos-fleury>>. Acesso em: 6 jun. 2023.

especificamente no caso de Fleury também porque os movimentos contrários à ditadura militar passaram a cobrar justiça em relação às torturas e assassinatos executados por eles, para os agentes da ditadura qualquer opositor do regime dentro do Brasil era de esquerda, por isso, o ódio à esquerda.

Retornando em Carlos Fico para encaixar essa relação do vários setores do sistema de repressão que compõem a DSN, ele faz a diferenciação entre o que seriam os órgãos de informação e o aparato de segurança, afirmando que um pode subsidiar ao outro, analisando o jeito que os delegados trabalhavam é possível deduzir que os órgãos de informações com seus catálogos fornecessem as informações necessárias para que o aparato de segurança fizessem buscas e com essas buscas obtivessem mais nomes, paralelamente acabaram complementando os catálogos dos órgãos de informação. Quando o CIEX fez o levantamento dos antecedentes, nas fichas constam dentre outras coisas, os endereços dos alvos de espionagem, elucidando que a inteligência fornecia as informações necessárias para ação do aparato de segurança.

Depois de perceber que os órgãos de informação das mais variadas instituições trabalhavam em conjunto e esses, por sua vez, auxiliavam o aparato de segurança, também trabalhando em conjunto e retroalimentando os órgãos da inteligência, percebe-se a partir dos relatórios do CIEX que as observações por ele levantadas pudessem ser usados para fornecer informações e assim colaborar como suporte às demais ditaduras de outros países, talvez não para que a ditadura militar brasileira mande ações de segurança nos alvos em outros países, até porque não fazem parte da jurisdição brasileira, no entanto, as autoridades desses países poderiam executar ações com base nas informações levantadas pelo próprio CIEX. Esse tipo de fenômeno encaixa o Estado brasileiro na Guerra Fria, situando-o em uma rede de informações mundial no que se acreditava ser uma luta contra o comunismo internacional. Até o momento o que os relatórios mostravam é que o Brasil usava suporte doutros países, mas com isso fica evidente que ele também podia fornecer recursos informacionais.

A ação coordenada não era por acaso, havia outro ponto a ser detalhado sobre uma dinâmica de aparente arbítrio da ditadura brasileira, o complexo industrial militar dos Estados Unidos lançou mão dos estudos de ciências sociais e as mais variadas teorias aplicadas à região após coletas de dados no intuito de adaptar a luta antiguerrilha à América Latina, formulando o que se entende por DSN. Importante destacar que a coleta de dados que a ditadura fazia podia ser visto como uma continuidade dos dados necessários à adaptação da Doutrina Contra Insurreição para a região, enquanto os EUA continuavam a analisar as melhores táticas para

agir no continente, os militares usavam os dados agora com intuito de fazer manutenção dela do status quo da região através da ditadura.

Todo arcabouço teórico e intelectual de pesquisa envolvido nisso tinha como base de preocupação às possíveis variáveis da região, de modo que lidar com isso por tempo indeterminado e de maneira constante exigiria do Pentágono um esforço significativo de recursos, esse por sua vez já tinha problemas o suficiente preocupando-se com a urgência do importante Relógio do Juízo Final⁶⁵. Para lidar com esses cenários, tinha à frente do bloco capitalista um homem com o histórico de prestigiado comandante que trouxe aos EUA a vitória na Segunda Guerra Mundial e em seguida se tornou o primeiro Comandante Supremo das novas forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁶⁶. Dwight D. Eisenhower era o presidente norte-americano responsável pelo país na mudança de paradigma para com a América Latina. Continuar colhendo dados para seu governo seria o tipo de problema que teria urgência, mas não teria tanta importância⁶⁷, desse modo, seria melhor delegar a outras pessoas. Então as instituições brasileiras praticamente assumiram essa função de catalogador de dados para outro país. Assim a América Latina se tornou um conjunto de instituições que agem como células coordenadas em prol da defesa do bloco capitalista.

⁶⁵ O Relógio do Juízo Final está funcionando há 76 anos, ele tenta avaliar o quão perto a humanidade está de destruir o mundo. O Bulletin of Atomic Scientists foi um grupo de cientistas atômicos que trabalharam no Projeto Manhattan, o codinome para o desenvolvimento da bomba atômica durante a Segunda Guerra Mundial. Originalmente, o relógio pretendia medir ameaças nucleares, mas em 2007 o Bulletin decidiu incluir as mudanças climáticas em seus cálculos. Nesse contexto a citação do relógio era a preocupação com a catástrofe que poderia vir em decorrência de uma guerra nuclear entre EUA e URSS. MARPLES, M.; RAMIREZ, R. O que é o Relógio do Juízo Final e o que acontece quando ele marcar meia-noite. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-e-o-relogio-do-juizo-final-e-o-que-acontece-quando-ele-marcar-meia-noite/>>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2023.

⁶⁶ Dwight D. Eisenhower. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/dwight-d-eisenhower/>>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2023.

⁶⁷ No dia 19 de agosto de 1954, em discurso da Segunda Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas, em Evanston, Illinois. O presidente Dwight Eisenhower declarou “Tenho dois tipos de problemas, os urgentes e os importantes. Os urgentes não são importantes, e os importantes nunca são urgentes”, essa declaração é responsável pelo que se consagrou chamar Matriz de Eisenhower que é representada por um quadro, nesse quadro as atividades que podem ser delegadas são as urgentes mas não importantes. Tamanha era a admiração de Eisenhower para os EUA que uma frase sua foi capaz de formular uma ferramenta para o gerenciamento de tempo.

Capítulo 3. A BOLÍVIA E A DSN (O DIPLOMATA E A DSN).

Ao se analisar os relatórios do Centro de Informações do Exterior, percebe-se que a produção de documentos vai passando por modificações, dentre elas o foco dos relatórios. O número de relatórios destinados à vigilância do que a ditadura chamava de subversivos acabou diminuindo com o passar do tempo. O volume documental produzido pelo CIEEX referente ao ano de 1979 comporta ao todo 251 relatórios informativos, dentre os quais apenas 11 são destinados à espionagem de cidadãos brasileiros, naquele padrão de fichamento descrito no capítulo 2. Os de 1980 tem menos ainda, dos 211, apenas um⁶⁸ se dedica diretamente à espionagem de brasileiros no exterior, que nem comenta atividade subversiva de fato, é apenas o relato de um brasileiro que desembarcou no aeroporto de Assunção, Bolívia. Há também um relato sobre Leonel Brizola ter feito passagem por Portugal no ano de 1978, mas que não é uma espionagem diretamente feita pelo Brasil, mas uma colaboração do embaixador português com o Centro de Informação do Exterior brasileiro:

“O Embaixador de Portugal em Caracas, WALTER ROSA, revelou confidencialmente que, por determinação de Lisboa, concedera em 1978 passaporte português ao ex-governador LEONEL DE MOURA BRIZOLA, que esteve em Caracas entre os dias 22-25/mar/78 para participar de reunião da Internacional Socialista (IS)” (CIEEX. 18/6/1980. Nº 130/80)

A colaboração entre os países no intuito de manter uma rede de informações para perseguir exilados estava junta até mesmo de autoridade estrangeiras, como evidencia Walter Rosa ao delatar os passos de Brizola. As fontes do CIEEX não revelam uma repressão física contra Brizola e outros exilados nos países que eles mantinham abrigo, mas seus passos eram seguidos de perto tanto pelo país de origem quanto pelo país que os abrigava. Apesar da espionagem ter diminuído após ter sido decretada a Anistia de exilados brasileiros em 1979, o CIEEX mantinha alguns vícios de origem, como não poderia deixar de ser⁶⁹.

3.1 O CIEEX E A AMÉRICA DO SUL

⁶⁸ Carga do CIEEX/SEDOC de 1980. Vol. 28. Difusão do nº 001 ao 211. Nº 002/80.

⁶⁹ FILHO, Pio Penna. **O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)**. In: Rev. Bras. Polít. Int. 52 (2): 43-62 [2009]. p. 47.

Outro padrão que pode se identificar nos relatórios após 1979 é que a maioria deles foram de análises voltadas para a região da América Latina. Para entender isso com mais clareza cabe comentar primeiro como foi o caso do Brasil, a partir do CIEX, ao analisar a ditadura argentina tentando dar uma resposta aos Estado Unidos, que a acusava de atentar contra os direitos humanos. Essa cobrança contra as ditaduras da América do Sul por parte dos EUA em respeitar os direitos humanos é algo recorrente nesse período. No caso específico da Argentina os militares justificam essa cobrança alegando que o país deles vinha sofrendo permanente e progressivos ataques de organizações terroristas. Esses supostos terroristas seriam as mesmas figuras que a ditadura brasileira chamava de subversiva no Brasil, que eram os opositores do sistema ditatorial. Então os militares argentinos afirmam que como consequências desses ataques havia de proteger a seguridade da nação com as forças armadas e a polícia, além da colaboração espontânea da população⁷⁰.

Esta posição baseia-se no estado de necessidade gerado como consequência da guerra desencadeada pelas organizações terroristas, ao longo de muitos anos de agressão permanente e progressiva, e na qual as Forças Armadas tiveram que participar em última instância. Fazendo com o inestimável apoio das Forças de Segurança e Polícia e a colaboração espontânea da população, ansiosa pela tranquilidade com vista ao restabelecimento da paz perdida.⁷¹ (CIEX. 12/2/1980. Nº 022/80)

Difícil não reparar na semelhança que há entre a ditadura argentina com a brasileira, o Estado é dirigido pelas Forças Armadas com apoio da polícia e da população de forma voluntária, carregando o discurso de garantir a segurança da nação contra terroristas. Sendo, em ambos os casos, o próprio Estado que na maioria das vezes atacava com a força do exército e da polícia a civis desarmados.

Outro exemplo da cobrança dos EUA na região foi a ditadura do Uruguai, também passava pelo mesmo problema argentino de ter que lidar com acusações produzidas pelo Departamento de Estado ao Congresso norte-americano, além de falar também quanto à corrupção do governo uruguaio. Mas o jeito do Uruguai de lidar com essas acusações foi diferente da postura tomada pela ditadura argentina, ao invés de expor o que entendia por motivações para justificar suas ações, como fizeram os militares argentinos, fez o contrário, cobrou justificativas dos EUA acerca das acusações que recebeu dos norte-americanos⁷². Os

⁷⁰ Carga do CIEX/SEDOC de 1980. Vol. 28. Difusão do nº 001 ao 211. Nº 022/80.

⁷¹ Texto original: Tal posicion se fundamenta en el estado de necesidad generado como consecuencia de la guerra desencadenada por las organizaciones terroristas, a través de muchos años de agresión permanente y progresiva, y en la que las Fuerzas Armadas devieron participar en última instancia. Lo hicieron con el apoyo invaluable de las Fuerzas de Seguridad e policiales y la colaboración espontánea de la población, ansiosa de tranquilidad con el objetivo de restablecer de la paz perdida.

⁷² Carga do CIEX/SEDOC de 1980. Vol. 28. Difusão do nº 001 ao 211. Nº 080/80.

debates contra acusações normalmente se davam contra o Departamento de Estado porque era ele o setor responsável a dar encaminhamento dos relatórios feitos pelos embaixadores residentes nos países, sua missão seria liderar a política externa da América por meio da diplomacia, defesa e assistência, promovendo os interesses do povo americano, sua segurança e prosperidade econômica⁷³. O CIEX noticia da seguinte maneira a situação:

“1. Foram divulgadas, em Montevideú, o texto completo do relatório do Departamento de Estado ao congresso dos Estados Unidos, sobre os direitos humanos no Uruguai, bem como a da nota de protesto, apresentada pelo governo uruguaio através da sua Embaixada em Washington.

2. Na nota, o Governo uruguaio estranha a publicidade dada ao assunto e as considerações alheias ao tema dos direitos humanos, especialmente à ‘corrupção no Governo’. Ao apresentar o protesto, o Governo uruguaio manifestou a sua expectativa de que os Estados Unidos lhe darão ‘as mais amplas satisfações’” (CIEX. 15/4/1980. Nº 080/80)

Ao fim o relatório informa que segue em anexo em cópia xerox os documentos referidos no relatório, esse tipo de fecho é comum nos arquivos do CIEX, mas o fundo documental usado na pesquisa não contém os anexos.

Já ditadura chilena vivia um clima um pouco diferente, o regime de Pinochet vinha melhorando sua imagem no exterior, inclusive por ofícios de agência de publicidade norte-americana⁷⁴. Um relatório do CIEX datado do dia 08 de maio de 1980 aponta que em âmbito interno os opositores à ditadura do general Augusto Pinochet fizeram atentados contra uma chama votiva que se matinha queimando em comemoração o golpe de 11 de setembro de 1973, o atentado acabou vitimando um carabineiro que plantava guarda⁷⁵, ainda segundo esse mesmo relatório os motivos do atentado eram dois, primeiro era tentar “capitalizar ressentimentos porventura existentes no meio sindical”, que estava relativamente calmo no contexto da ditadura e, segundo “provocar reação governista de tal violência que a imagem do regime venha a deteriorar-se seriamente”⁷⁶. O intuito era levar o Chile à condição da Argentina e do Uruguai. A condição seria de que os EUA buscassem de alguma maneira cortar ou limitar relações com o Chile, esse artifício era relevante para oposição às ditaduras impostas no continente sul-americano porque as ditaduras em boa medida não conseguiam ser autossuficientes e necessitavam de ajuda estrangeira, principalmente dos EUA, para manter seus regimes

⁷³ About the U.S. Department of State. Our Mission. Disponível em: <www.state.gov/about/>.

⁷⁴ Carga do CIEX/SEDOC de 1980. Vol. 28. Difusão do nº 001 ao 211. Nº 092/80.

⁷⁵ Carga do CIEX/SEDOC de 1980. Vol. 28. Difusão do nº 001 ao 211. Nº 092/80.

⁷⁶ Carga do CIEX/SEDOC de 1980. Vol. 28. Difusão do nº 001 ao 211. Nº 092/80.

ditatoriais. Então se a oposição conseguisse manchar a imagem da ditadura no exterior podia causar um sufocamento econômico no país e forçar o retorno à normalidade democrática.

A influência dessa dependência de boas vontades externas no campo econômico era tamanha que os militares na Bolívia atrasaram o golpe de Estado de 1980 em vários meses com medo de ter seu país sufocado em decorrência de represálias que poderia sofrer de outros países⁷⁷, represálias essas que viriam em decorrência da usurpação da ordem constitucional vigente. E para completar, mesmo com atraso do golpe, o problema que eles temiam acabou se concretizando (ARINOS FILHO, 1997, p. 87).

Em pouco menos de duas semanas após o golpe, o Estado boliviano já se via economicamente comprometido, é o que narra Afonso Arinos Filho, embaixador brasileiro na Bolívia que acompanhou a instabilidade do país dos anos de 1980 a 1983. Em seu diário, no dia 28 de julho de 1980, ele escreveu:

O transcorrer dos dias consolida o regime de García Meza, mas seu isolamento internacional pode torna-se insuportável, se não receber sólidos apoios econômico-financeiros a curto prazo. Os Estados Unidos suspenderam até mesmo as dotações para o combate ao tráfico de cocaína, declaradamente pela falta de empenho do governo boliviano em erradicá-lo (ARINOS FILHO, 1997. P. 87.)

Afonso Arinos de Mello Franco Filho⁷⁸ foi um dos principais observadores brasileiros na embaixada da Bolívia nos conturbados anos de 1980 a 1982⁷⁹, período em que após o golpe militar de 17 de julho de 1980 passaram pela presidência do país nove governos⁸⁰, variando entre governos colegiados e personalistas. Independente do como fosse o formato de governo, sua composição sempre era feita por altos escalões do meio militar boliviano.

O trecho citado do diário de Arinos acaba respaldando materialmente a estratégia que a resistência chilena tentava usar para sabotar a ditadura de Pinochet⁸¹, de sufocar economicamente o Chile a partir da deterioração de sua boa imagem no cenário internacional. O peso de uma boa imagem no cenário internacional influencia tanto fora quanto dentro do país, novamente usando a Bolívia como exemplo, as inúmeras mudanças de governo que

⁷⁷ ARINOS FILHO, Afonso. *Tempestade no Altiplano: (diário de um embaixador)* / Afonso Arinos Filho; organização Daniel Piza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 49.

⁷⁸ O nome do diplomata é grafado às vezes com Filho ao fim, outras vezes sem. Para fins de diferenciação, pelo fato de seu pai ter exatamente o mesmo nome, nesse trabalho será colocado o Filho ao fim, usando como referência o bando de dados da FGV. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-arinos-de-mello-franco-filho>>. Acesso em: 09/04/2022.

⁷⁹ Academia Brasileira/Biografia/ Afonso Arinos de Mello Franco. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/afonso-arinos-de-mello-franco/biografia>>.

⁸⁰ ARINOS FILHO, Afonso. *Tempestade no Altiplano: (diário de um embaixador)* / Afonso Arinos Filho; organização Daniel Piza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 225.

⁸¹ Carga do CIEX/SEDOC de 1980. Vol. 28. Difusão do nº 001 ao 211. Nº 092/80.

ocorreram no período de menos de um ano foram em decorrência da tentativa de melhorar a imagem do país no exterior, na expectativa de conseguir apoio financeiro. Embora essa mudança de governo tenha tido até algum êxito na imagem a respeito dos direitos humanos, para os norte-americanos ainda se mantinha a imagem de que altos escalões do governo, mais especificamente o coronel Luis Arce Gomes, membro do gabinete ministerial, estava notoriamente envolvido com o tráfico de drogas⁸².

Nota-se que as impressões transmitidas a partir dos relatórios elaborados pelos diplomatas que estavam nas embaixadas dos respectivos países eram importantes instrumentos para a formação da imagem no exterior e, a partir disso, dirigir políticas de aproximação ou afastamento entre as nações.

Pegando o exemplo do Chile pode aparentar que a imagem no exterior era suficientemente decisiva para aproximação e afastamento das nações, mas não era bem assim. Haviam outros fatores além desse que tornavam essa rede de apoio internacional mais complexa. É bom ressaltar que dentro dessa rede de apoio do financiamento internacional, o dos Estado Unidos certamente era um dos mais relevantes para a boa saúde econômica das ditaduras latino-americanas, mas havia uma rede regional no contexto do cone-sul que fazia com que as ditaduras tivessem outros meios para articular apoio, a exemplo do apoio argentino à Bolívia. Segundo relatório dirigido ao Itamaraty por vias formais e não confidenciais, foi no dia 28 de julho de 1980 que o jornal San Martin anunciou que a Argentina reconheceu o novo governo boliviano, através do lacônico comunicado distribuído à imprensa, dando conta de que os dois países continuaram normalmente e que o embaixador argentino que residia na Bolívia tinha sido instruído a tal respeito⁸³.

Afonso Arinos ressaltou a maciça oposição da comunidade internacional ao golpe, ao ponto de dez dias após o golpe, nem mesmo o governo argentino ter reconhecido o governo de Meza, apesar de ter sido a primeira nação a reconhecer⁸⁴. Arinos afirma ainda que esse atraso com certeza se deu para aparentar um pouco convincente alheamento ao ocorrido⁸⁵. Para o diplomata brasileiro a Argentina fazia da Bolívia seu Afeganistão e ia fazer de tudo para manter

⁸² ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE nº 1815 DE 22 DE SETEMBRO DE 1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001.

⁸³ ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE nº 1594 DE 31 DE JULHO DE 1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001.

⁸⁴ ARINOS FILHO, Afonso. *Tempestade no Altiplano: (diário de um embaixador)* / Afonso Arinos Filho; organização Daniel Piza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 86.

⁸⁵ ARINOS FILHO, Afonso. *Tempestade no Altiplano: (diário de um embaixador)* / Afonso Arinos Filho; organização Daniel Piza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 86.

seu controle⁸⁶, a referência ao Afeganistão usada por Arinos diz respeito à disputa entre o bloco capitalista e o bloco comunista, mas dessa vez em outro continente, o asiático. Segundo o Deutsche Welle, em 17 de julho de 1973, um golpe de oficiais de esquerda liquidou não só a Constituição de 1964 como também a monarquia que imperava no Afeganistão. Logo surgiram conflitos entre os esquerdistas, conflitos esses que abriram brechas para os mais diversos rumos possíveis na política do país. Então em 1979 com o assassinato do embaixador americano e inúmeras mudanças de poder o presidente do Conselho Revolucionário, Mohammad Taraki, e o sucessor deste, Hafizullah Amin, tentaram uma reaproximação com os Estados Unidos e Paquistão, decisão essa que não agradou os soviéticos. No final de dezembro de 1979, Moscou enviou tropas para Cabul e estabeleceu um regime de marionetes liderado por Babrak Karmal, ex-embaixador afegão na União Soviética. Com isso o conflito se arrastou por mais de uma década⁸⁷, ao fim dessa década o conflito passou a ser conhecido como “Guerra do Vietnã da união Soviética”⁸⁸. É fazendo alusão a esse cenário que foi um dos piores episódios da Guerra Fria que Arinos afirma ser a estratégia argentina.

O campo de atuação da Argentina no solo Boliviano ia além do campo financeiro, percebia-se uma atuação no âmbito da propagação de ideais, além de sugerir como modelo de governo o seu próprio, que seria a formação institucional da presidência composta pela Junta de Comandantes das três Armas, ela também atuava no plano da formação ideológica boliviana, criando um imaginário coletivo, a partir da televisão. Dentre outros programas pode-se citar o de um desenho que Arinos faz referência no dia 2 de agosto de 1980.

“um estranho desenho animado, feito na Argentina e exibido mais de uma vez por dia, com incômoda insistência, na televisão local, preparado e importado antes do golpe e para justifica-lo, que mostra um diplomata, obviamente comunista, tramando contra o país onde decorre a ação e sendo, afinal, expulso pela violência popular, numa flagrante instigação à violência das imunidades diplomáticas” (ARINOS FILHO, 1997. P. 93.)

⁸⁶ ARINOS FILHO, Afonso. *Tempestade no Altiplano: (diário de um embaixador)* / Afonso Arinos Filho; organização Daniel Piza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 93.

⁸⁷ 1989: Tropas soviéticas encerram retirada do Afeganistão. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1989-tropas-sovi%C3%A9ticas-encerram-retirada-do-afeganist%C3%A3o/a-775852>>. Acesso em: 18/03/2022.

⁸⁸ The Soviets' Vietnam, Richard Cohen Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/1988/04/22/the-soviets-vietnam/5e7fde43-6a0c-46fb-b678-dbb89bcb720b/>>. Acesso em: 19/03/2022.

Arinos filho continua e afirmou que o óbvio interesse da Argentina é manter o mais longe possível de sua fronteira do norte qualquer governo com influência esquerdista, além disso, aproximar ainda mais a Bolívia para sua órbita de influência geopolítica⁸⁹.

Apesar do desenho instigar à violência contra diplomatas comunistas com incômoda insistência, como diz Arinos, de fazer despertar o ímpeto de expulsar diplomatas com tendências alinhadas à União Soviética, na prática o que houve foi uma tentativa de expulsão do diplomata Norte-Americano. Marvin Weissman era o embaixador dos Estados Unidos encarregado da Bolívia no ano de 1980. No dia 7 de junho uma notícia no Washington Post, segundo a qual o Departamento de Estado norte-americano teria atribuído a Weissman a proeza de ter neutralizado uma sublevação liderada pelo comandante-geral do exército, general García Meza. Essa notícia dada pelo Washington Post teria, segundo Arinos, desencadeado as mais iradas e desencontradas reações⁹⁰. Os militares bolivianos demonstraram intensa insatisfação com a notícia, alegaram ser mentira e confrontaram o governo com declarações conjuntas assinadas por comandantes e generais pedindo que o governo considere o embaixador norte-americano *persona non grata*, estipulando um prazo de até 72 horas para ele deixe o país. A alegação dos militares para a revolta é que o embaixador estaria atentando contra a soberania nacional do povo boliviano⁹¹. Parece comum às ditaduras do começo da década de 80 que quando os Estados Unidos as acusavam de atentarem contra os direitos humanos, as ditaduras os acusavam de estarem intervindo na soberania nacional do país, pois ocorreu na Argentina em fevereiro⁹², no Uruguai em abril⁹³ e na Bolívia em julho⁹⁴.

Quando Arinos usa a frase de que foram desencadeadas as mais iradas e desencontradas reações no relatório diplomático enviado ao Itamaraty no dia 10 de julho de 1980, se refere ao contexto que ele relata, dentre as declarações de revolta contra a Marvin Weissman que foram emitidas, encontra-se um comunicado militar oficial com seis tópicos, o último reclamava o seguinte: “As forças armadas têm uma missão clara e definida a cumprir no desenvolvimento e

⁸⁹ ARINOS FILHO, Afonso. *Tempestade no Altiplano: (diário de um embaixador)* / Afonso Arinos Filho; organização Daniel Piza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 93.

⁹⁰ ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE nº 1255 DE 10 DE JULHO DE 1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001.

⁹¹ ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE nº 1255 DE 10 DE JULHO DE 1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001.

⁹² Carga do CIEX/SEDOC de 1980. Vol. 28. Difusão do nº 001 ao 211. Nº 022/80.

⁹³ Carga do CIEX/SEDOC de 1980. Vol. 28. Difusão do nº 001 ao 211. Nº 080/80

⁹⁴ ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE nº 1255 DE 10 DE JULHO DE 1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001

na segurança da Nação, dever que cumprirão apesar de qualquer imperialismo que se atribua insensatamente a faculdade de definir a sorte dos povos em desenvolvimento”⁹⁵.

Soma-se a isso uma outra manifestação inusitada, que foi a de um partido boliviano, mais especificamente foram os candidatos da Falange Socialista Boliviana (partido fascista, inspirado na falange espanhola), que ingressaram na Nunciatura Apostólica e lá se declararam em greve de fome até que abandone o país o embaixador americano⁹⁶. Presidente e vice do partido fascista acusam Weissman de ser um “tutor autoritário da política boliviana”⁹⁷. Pouco mais de um mês antes de um golpe de estado e o que se tinha era o Embaixador Affonso Arinos mandando relatórios para o Brasil informando sobre militares que lutam contra o comunismo na Bolívia acusando os EUA, por meio do seu embaixador e Departamento de Estado, de imperialismo e membros de um partido fascista fazendo greve de fome contra o embaixador norte-americano. É possível traçar um paralelo desse acontecimento com a propaganda que o desenho argentino praticava em solo boliviano; nota-se que os bolivianos absorveram a ideia de que a atuação dos diplomatas pode ser perigosa, talvez seja daí que venha o pavor diante do comentário de um embaixador em uma reportagem, mas é como se aprendessem a lição pela metade, ao invés de dirigirem seus esforços contra embaixadores alinhados à URSS, dirigem o ódio para qualquer um que vá contra os interesses que dizem proteger.

Aliás, a questão dos interesses nesse contexto aparenta ser um tanto confusas. Arinos define os interesses como paradoxais, de certo modo, serve para definir esses interesses, como quando ele relata a relação das grandes potências.

“Diplomatas americanos entendem-se abertamente com líderes esquerdistas e dirigentes sindicais bolivianos, ao passo que os russos não parecem opor-se aos representantes das correntes antidemocráticas de direita. Durante a missa de *Corpus Christi* (logo onde!), o embaixador soviético (logo quem!) denunciava-me a ação intervencionista do seu colega americano” (Arinos Filho, 1997. P. 55.)

Esse trecho no diário de Arinos pode ser encontrado no informe nº 1255, recebido no Itamaraty e catalogado no dia 10 de julho de 1980, na versão que vai no informe não se encontram os trechos entre parênteses – “Logo quem!” e o “Logo onde!”. O motivo da ausência das expressões é o rigor de um relatório diplomático, que pode ser observado como padrão nos

⁹⁵ ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE nº 1255 DE 10 DE JULHO DE 1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001.

⁹⁶ ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE nº 1255 DE 10 DE JULHO DE 1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001.

⁹⁷ ARINOS FILHO, Afonso. *Tempestade no Altiplano: (diário de um embaixador)* / Afonso Arinos Filho; organização Daniel Piza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 55.

relatórios do CIEX ou os da própria Bolívia nos períodos antes de Afonso Arinos. No entanto, a comparação dos dois trechos em lugares diferentes permite perceber que havia em Arinos um certo humor, que não aparecia explicitamente nos seus informes como se encontra no seu diário, mas que na leitura dos informes pode-se perceber que há, de alguma maneira, um tom jocoso. Ou, talvez, a própria situação que tenta descrever é que seja meio jocosa, dando a entender que o humor vem de Arinos e não do contexto.

O que é importante perceber nesse cenário visto por Arinos como paradoxal é que nem sempre pode-se analisar a disputa entre capitalismo e comunismo como uma disputa passional, baseada em uma lógica ideológica ingênua. Por vezes o pragmatismo tem maior valor no cenário de aproximação entre as nações do que as próprias ideologias, pois era assim que fazia a URSS em relação à Bolívia, por isso um diplomata de um país visto como de uma ideologia ateia aparece em um evento de missa cristã. Fato é que o caminho tomado por Cuba, que em um primeiro momento era uma revolução nacionalista, somente após uns meses passou a se aproximar da URSS e se identificar como socialista, podia acabar vindo a se repetir e é nesse tipo de situação que o pragmatismo pesa mais do que a ideologia, isso justifica a ação do diplomata soviético que parece paradoxal a Arinos.

Mostrando que a ação tanto da URSS como dos EUA dependia do contexto para definir a ação mais oportuna a ser tomada, justamente em 1980 foi o período em que os soviéticos começavam a ação militar no Afeganistão, James Bruce Amstutz foi um funcionário do serviço estrangeiro de carreira encarregado de negócios no Afeganistão de 1979 a 1980⁹⁸, em seu livro *Os Cinco Primeiros Anos da Ocupação Soviética no Afeganistão* ele narra:

“Quando amanheceu o ano novo de 1980, os problemas enfrentados pelo novo governo da República Democrática do Afeganistão eram sérios. A máquina do governo estava quase paralisada. Durante o período Taraki-Amin vários milhares de funcionários do governo foram executados. Muito mais burocratas, juntamente com muitos membros das classes educadas e profissionais, tinham ligações no exterior. Agora, com a tomada do governo pela facção Parvham instalada pelos soviéticos, membros da facção rival Khalq que ocuparam todos os cargos importantes do governo estavam apreensivos com relação a seus cargos - e pelas suas próprias vidas. Poucos burocratas ousavam tomar decisões, por medo de que suas decisões levariam ao rebaixamento ou demissão - ou pior.” (AMSTUTZ, 1986, p. 52, tradução nossa⁹⁹)

⁹⁸ J. Bruce Amstutz. Disponível em: <<https://history.state.gov/departmenthistory/people/amstutz-j-bruce>>. Acesso em: 08/05/2022

⁹⁹ Trecho original: When New Year 1980 dawned, however, that deterioration could not be clearly foreseen. Problems facing the new DRA government were serious. The machinery of government was nearly at a standstill. During the Taraki-Amin period several thousand government officials had been executed. Many more bureaucrats, along with many members of the educated and professional classes, had tied abroad. Now, with the

Então enquanto em uma região os soviéticos estavam dispostos a iniciar uma invasão armada para manter um país como aliado (seja assassinando opositores ou apoiando grupos armados no poder), em outra região a diplomacia desse mesmo país ia à missa para denunciar a ação intervencionista dos EUA contra a Bolívia para tentar uma aproximação com a corrente antidemocrática que governava o país naquele instante¹⁰⁰.

Já os militares argentinos foram por uma linha de aproximação com outro tipo de intenção, não estavam preocupados com que tipo de ideologia o povo boliviano praticava ou o bem estar do país em relação ao sistema econômico que eles escolheriam, à ditadura argentina interessava era fazer da Bolívia um muro de proteção para evitar um governo com tendências esquerdistas na sua fronteira do norte¹⁰¹. No caso da Argentina as boas vontades externas que eles poderiam levar à Bolívia estão mais no sentido de fazer a manutenção do Afeganistão que o país estava se tornando do que ajudarem a resolver os problemas financeiros do país.

O formato de governança que vem depois do governo de Garcia Meza acabou por ser uma influência da Argentina, que sugeria como modelo de governo o deles, de uma Junta de Comandantes das Três Armas¹⁰². Ainda no campo do pragmatismo acima da ideologia, note que o reconhecimento da legitimidade do governo boliviano não teve exatamente um alinhamento com a ideologia de outros países, embora o alinhamento possa influenciar as decisões. Por exemplo: Chile, Brasil e Paraguai, que eram ditaduras que faziam fronteiras com a Bolívia, não reconheceram de imediato o governo boliviano, que também era uma ditadura formada por militares de direita.

De qualquer forma, apesar da imagem negativa que a Bolívia pudesse ter, essa imagem mesmo que fosse negativa no cenário internacional, não queria dizer que as demais nações iriam repreender ou boicotar o país que fosse alvo das denúncias, sejam elas sobre direitos humanos ou tráfico de cocaína¹⁰³. Há países que se beneficiam desse tipo de organização.

takeover of government by the Soviet-installed Parvham faction, members of the rival Khalq faction who occupied all important government posts were in trepidation tori heir positions—and for their very lives. Few bureaucrats dared make decisions, for fear that their decisions would lead to demotion or dismissal—or worse. (AMSTUTZ, 1986, p. 52).

¹⁰⁰ ARINOS FILHO, Afonso. *Tempestade no Altiplano: (diário de um embaixador)* / Afonso Arinos Filho; organização Daniel Piza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 55.

¹⁰¹ ARINOS FILHO, Afonso. *Tempestade no Altiplano: (diário de um embaixador)* / Afonso Arinos Filho; organização Daniel Piza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 93.

¹⁰² ARINOS FILHO, Afonso. *Tempestade no Altiplano: (diário de um embaixador)* / Afonso Arinos Filho; organização Daniel Piza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 92.

¹⁰³ ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE nº 1575 DE 29 DE JULHO DE 1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001.

A agenda do governo também influenciou no trabalho da diplomacia, como foi o caso da Argentina que no anúncio fez ao reconhecer o governo de Garcia Meza, os militares argentinos fizeram questão de anunciar também que o diplomata da Argentina na Bolívia já estava ciente da decisão¹⁰⁴. Talvez o motivo para expressar que o diplomata foi informado seria estabelecer qual tipo de relação o diplomata argentino teria com o contexto dali para frente, desdobrando essa comunicação em no mínimo dois lados: primeiro deixar claro ao governo Meza que poderia contar com a embaixada argentina no que for necessário e, segundo, deixar a própria embaixada argentina na Bolívia ciente de que apoia publicamente o governo e com isso, contar com esforço dela na manutenção de Meza no poder. Como foi o caso em uma reunião do corpo diplomático presente na Bolívia, que ocorreu no dia 2 de agosto de 1980, inteiramente dedicada à situação dos exilados políticos.

Na ocasião o representante da Embaixada argentina manifestou interesse em conhecer o número total de asilados nas respectivas sedes das embaixadas dos países presentes na Bolívia¹⁰⁵, sua tentativa era de obter informações sobre o número exato de exilados, aparentemente no intuito de levar os números a alguma autoridade boliviana. O motivo disso é a perseguição que a ditadura de Meza fazia no país, por esse motivo as embaixadas concediam asilo aos perseguidos. Arinos (1997, p. 92) conta em seu diário que habitualmente o asilo se dava da seguinte maneira: as embaixadas eram contatadas por pessoas de confiança do interessado, que, enquanto isso, evitavam a captura, dormindo cada noite em uma casa distinta, de familiares e amigos. Na entrada de cada embaixada na Bolívia haviam guardas armados, mas com recrudescimento da ditadura, foram postos vários agentes com trajes civis nas imediações das chancelarias no intuito de identificar refugiados muitos procurados ou facilmente identificáveis¹⁰⁶. A estratégia de acesso podia variar de uma embaixada para a outra, mas para algumas pessoas podia se dar escondidos no fundo de um veículo, outros iam em excursões como visitantes e ao fim da excursão, acabavam ficando dentro do prédio, asilados¹⁰⁷. Embaixadas na Bolívia da Venezuela, França e Espanha estavam apinhadas de refugiados políticos¹⁰⁸ por causa do golpe.

¹⁰⁴ ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE n° 1594 DE 31 DE JULHO DE 1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001.

¹⁰⁵ ARINOS FILHO, Afonso. *Tempestade no Altiplano: (diário de um embaixador)* / Afonso Arinos Filho; organização Daniel Piza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 92.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ ARINOS FILHO, Afonso. *Tempestade no Altiplano: (diário de um embaixador)* / Afonso Arinos Filho; organização Daniel Piza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 78.

A Embaixada argentina continuava a fazer o que sempre fez, informar; a mesma coisa que ela e qualquer outra embaixada sempre fizeram. Bobbio, em seu Dicionário de Política, após fazer um levantamento das funções de um diplomata desde o séc. V a.c., afirma que “ao diplomata profissional é exigido hoje que seja sobretudo um correto informador¹⁰⁹”. Bobbio não entra no mérito do que é correto e deixa o conceito como se fosse uma ideia natural ou dada, talvez acreditando no entendimento de que o correto seria informar algum tipo de verdade verdadeira. No entanto, em se tratando de relações estatais envolvendo governo e governança essa noção não é simplista assim, poderia se dizer de maneira bem direta e evitando um debate mais complexo sobre o assunto que o entendimento de Bobbio sobre o correto a ser informado por uma embaixada vai de acordo com a agenda do país do embaixador. Note, observando o embaixador argentino, o correto para ela era continuar a informar as questões correntes na Bolívia para a Argentina sobre as condições de vida, a força e a disponibilidade do país boliviano para a guerra e para a paz. Depois do governo da Argentina tornar público o apoio à ditadura boliviana, também cabia a ela, a embaixada, como ação dita correta no ato de informar, a função de deixar o governo boliviano ciente de informações que pudessem ajudar na manutenção do regime. A diferença da Embaixada argentina para as demais era para quem ela prestava essas informações ou por quais informações ela se interessava. No instante em que o Estado argentino assegurou que ele prestava apoio à Meza, passou a fazer parte dos interesses da embaixada obter informações que podiam colaborar para a manutenção da ditadura boliviana.

Essa declaração de apoio causou uma total mudança na atitude da embaixada argentina para com a Bolívia, não só nos interesses que ela obteve em ajudar o governo Meza, mas no próprio trato do olhar com o país boliviano.

A posição do embaixador argentino, brigadeiro José Romero, menos de um mês antes do golpe, ao fazer sua função de observar e informar, tinha como padrão olhar de cima para qualquer coisa relacionada aos bolivianos. O trato que dava aos políticos daquela nação não diferenciava muito do jeito que os militares da própria Bolívia eram vistos por eles, como incapazes de dirigir o país, nas palavras do embaixador “os políticos da Bolívia são incapazes de se entender e unir-se em torno de projetos e programas concretos em benefício do país¹¹⁰”,

¹⁰⁹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 359.

¹¹⁰ ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE nº 1254 DE 10 DE JUNHO DE 1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001.

nota-se o alinhamento entre os discursos da Argentina e da Bolívia. Nas palavras do Comandante Geral do Exército, general Luis Garcia Meza, publicadas no artigo do El Diario¹¹¹.

A situação é conflitiva no país não pelas medidas de governo, mas devido às atitudes subterrâneas dos políticos, que, no afã de desprestigiar as forças armadas, não vacilam em criar uma atmosfera adversa. Os políticos estão querendo encontrar fissuras contra o país e contra as instituições que poderiam provocar confrontações básicas internas. A única coisa que os políticos fizeram foi fazer mal à Bolívia. (DSI/MRE nº 1206 de 03/06/1980)

Segundo informe número 1206, encaminhado para o Ministério das Relações Exteriores no dia 03 de junho de 1980, o jornal El Diario cotidianamente clamava pelo golpe militar no país, o diretor, Jorge Carrasco, disse ao embaixador brasileiro na Bolívia que o país não era preparado para o exercício da democracia. Essa fala de Meza vem circunscrita ao título de “papel histórico das forças armadas da nação”. Nele ao mencionar as expectativas do povo real assevera que este assegura às forças armadas a plena responsabilidade com as lides da nação¹¹². Percebe-se que tanto a opinião de Meza quanto a do jornal são consensuais com as da Argentina, no sentido de verem nos políticos os responsáveis pelas mazelas da nação – isso era um sintoma presente no contexto regional da época. O que pode levar a crer que também havia um consenso na capacidade superior das forças armadas no contexto regional, eis que José Romero após afirmar que os políticos bolivianos são incapazes de um projeto que beneficie o país, segue e dá um passo à frente, colocando a Argentina em um campo superior à Bolívia, Romero complementa o comentário afirmando que “os militares bolivianos tampouco dispõem de formação e conhecimentos que lhes permitam governar¹¹³”. Fazendo questão de comentar sobre o incidente que envolvia encarregados da guarda presidencial ocorrido no último fim de semana:

(...) um desastre para a imagem das forças armadas bolivianas o incidente ocorrido no último fim de semana, em que o tenente-coronel Carlos Estrada, comandante do regimento colorados, encarregado da guarda presidencial, invadiu, em estado de embriaguez, a presidência da república às seis horas da manhã, e tentou arrombar a porta do seu quarto. (DSI/MRE nº 1254 de 10/06/1980)

Fica-se sem saber ao certo o que é considerado vergonhoso para José Romero, se é a invasão à casa da presidente da república ou o fato de o tenente-coronel estar embriagado, sem ironia alguma. Mas o que se pode depreender dos comentários feitos por Romero a Affonso

¹¹¹ ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE nº 1206 DE 03 DE JUNHO DE 1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001.

¹¹² ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE nº 1206 DE 03 DE JUNHO DE 1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001.

¹¹³ ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE nº 1254 DE 10 DE JUNHO DE 1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001.

Arinos é que o embaixador aparentemente enxerga de cima os bolivianos, sejam militares ou políticos. Pelo relatório de Arinos não se consegue mais informações acerca desse tipo de mérito que os argentinos fazem sobre os bolivianos. A conversa de Romero com Arinos prossegue e pode-se perceber como se dá o labor do diplomata, pois o embaixador faz exatamente o que Bobbio conceitua sobre a função da diplomacia, de transmitir informações corretas sobre as condições de vida e a força do país e que se encontra, a Bolívia no caso. Segue esclarecendo que a propósito da posição Argentina face à possibilidade de um golpe na Bolívia, declarou-se consciente de que, isolados pelos Estados Unidos, Europa Ocidental e grupo andino, os militares bolivianos recorreriam ao seu país para ajuda-los. Disse ainda que a Argentina não tencionava fazê-lo, pois isto agravaria o contencioso que já mantem com os Estado Unidos acerca dos direitos humanos¹¹⁴.

Instiga contemplar essa prática do diplomata quando se depara com José Romero e apreciar como ela ocorre, qual a visão de um embaixador na lide do contexto que se encontra. Do jeito que Bobbio conceitua o que ele diz ser a função moderna do diplomata, passar informação correta, não fica muito claro que o embaixador é antes de mais nada um sujeito cheio de subjetividades, incapaz de fazer algo que parece ser acrítico, como se fosse algo impessoal. O conceito de Bobbio não está errado, a intenção aqui de dar maior amplitude ao conceito não deve ser confundida com alguma ideia de correção acerca da definição sobre a práxis da diplomacia dada por Bobbio, o intento é antes de mais nada elevar a noção do conceito, que parece meio genérica ou abstrata, e entender como ela ocorre de fato no plano material a partir de uma perspectiva histórica¹¹⁵, permitindo uma melhor compreensão e reflexão acerca da prática do diplomata.

O que fica evidente quando se depara com as falas de Romero é que ele não é apenas um observador passivo diante dos acontecimentos. Seus comentários são carregados de méritos valorativos sobre a situação. Como um jogador que joga um jogo de tabuleiro, o embaixador relata quais são as ações mais prudentes a se tomar diante da situação da qual se encontra. No comentário que ele fez sobre o propósito da Argentina frente à possibilidade de um golpe na Bolívia ele avaliou a posição dos países de primeiro mundo sobre a situação boliviana, países que são importantes para sobrevivência de todos os regimes do cone-sul naquele período, mas

¹¹⁴ ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE n° 1254 DE 10 DE JUNHO DE 1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001.

¹¹⁵ Perspectiva histórica, por sua vez, é um método de pesquisa cuja base também se encontra na defesa de que a história é central para uma melhor compreensão e reflexão da humanidade por meio do entendimento de seus acontecimentos e estruturas (BURKE, 1992).

a Bolívia era a única a correr o risco de ficar isolada, segundo o próprio embaixador. Romero não deixou de passar por sua análise outro grupo importante para a Bolívia em suas relações no cenário internacional, o grupo andino¹¹⁶. Como já comentado, a nação boliviana se mantinha com uma extrema dependência da ajuda de boas vontades externas¹¹⁷. Para completar, aponta qual a relação do seu país frente à questão do golpe de estado ao analisar o tabuleiro regional, ao ver de Romero que seria apenas a Argentina que restaria à Bolívia recorrer no caso de um golpe, mas que isso não poderia acontecer pois poderia agravar a situação da Argentina. Arinos ressalta em seu diário que a Argentina já vinha sofrendo uma grave crise financeira interna¹¹⁸, com isso o comentário de Romero tem contornos de racionalidade quanto à análise da situação.

Essa lide do chanceler argentino vem da noção intelectual mais amplamente difundida nos regimes militares do Sul das Américas, a geopolítica. No Brasil o “grande intelectual” foi Golbery do Couto e Silva, mais especificamente na obra *Geopolítica do Brasil*, 1967. Mas em 1965 o coronel argentino Jorge E. Atencio lança a obra *Que es la Geopolitica*, onde define o conceito entendido por geopolítica

“a geopolítica é a ciência que estuda a influência dos fatores geopolíticos sobre a vida e a evolução dos Estados, com a finalidade de obter conclusões de ordem política. Ela orienta o homem de Estado na condução da política interna e externa do Estado e orienta o militar no preparo da defesa nacional e na conduta estratégica; facilitando a previsão do futuro, graças à consideração da relativa permanência da realidade geográfica, ela lhes permite deduzir, a partir dessa realidade, a maneira de atingir os objetivos e, conseqüentemente, as medidas políticas ou estratégicas convenientes” (ATENCIO, 1965, p. 41)

Logo no começo da descrição o conceito se propõe como uma ciência, mas é baseada no determinismo geográfico, porque trabalha com a ideia de como a geografia influencia as escolhas da vida do homem nas conclusões de ordem política. Essa noção de determinismo geográfico é em muito o motivo de vários preconceitos e teoria radicalistas, isso acaba desembocando em noções de superioridade, não à toa encontra-se no próprio *Mein Kampf*, no seu capítulo 11, a passagem “isso é um fenômeno perfeitamente natural: todo cruzamento entre dois seres de situação um pouco desigual na escala biológica dá, como produto, um intermediário entre os dois pontos ocupados pelos pais.” (HITLER, 2001, p. 211). Claro que a Argentina não chegou tão longe quanto à Alemanha, no sentido de promover uma guerra por

¹¹⁶ Na época o grupo era composto pela Bolívia, Equador, Colômbia e Peru.

¹¹⁷ ARINOS FILHO, Afonso. *Tempestade no Altiplano: (diário de um embaixador)* / Afonso Arinos Filho; organização Daniel Piza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 49.

¹¹⁸ ARINOS FILHO, Afonso. *Tempestade no Altiplano: (diário de um embaixador)* / Afonso Arinos Filho; organização Daniel Piza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 77.

expansão de território em busca de um espaço vital, as ditaduras sul-americanas tiveram um *modus operandi* um pouco mais interno, as guerras foram travadas contra sua própria população. Mas o conceito segue enfatizando que o militar é orientado para defesa nacional pela sua “geopolítica”, as aspas são para enfatizar a ironia não proposital no conceito. Perceba que o desenvolvimento do conceito remete ao próprio começo, de maneira vulgar pode-se fazer uma análise etimológica e perceber que ela é a junção de geografia e política, então seria a política baseada na geografia. Isso explica o motivo de Golbery escrever um livro que aparenta ser um tratado sobre estratégias militares de segurança, mas que passa mais da metade da obra fazendo levantamento sobre solo, clima, espaço e geologia do Brasil comparada com outros países.

Então as falas do diplomata vêm dessa noção de superioridade da Argentina em relação à Bolívia, seja pelo tamanho do espaço geográfico ou por qualquer recurso que seja considerado mais relevante ao argentino que o país dele tenha em maior quantidade. A dita ciência geopolítica ainda traz ares premonitórios, pois trabalha com facilitação de previsão do futuro, graças à consideração da relativa permanência da realidade geográfica. É disso que se trata a percepção de José Romero para com a Bolívia, é dessa noção geopolítica desenvolvida por Jorge Atencio que os militares se baseiam para sua leitura da realidade.

Já o diplomata brasileiro aparenta seguir por uma leitura do contexto de outro modo. Afonso Arinos de Mello Franco é filho do de Afonso Arinos de Melo Franco, os nomes mudam basicamente pela dobra de duas consoantes no sobrenome, o pai é famoso porque como Deputado Federal foi o fundador da primeira lei antirracismo da história no país, a Lei 1.390 de 3 de julho de 1951, conhecida como Lei Afonso Arinos, assinada por Getúlio Vargas. Afonso Arinos pai, é por vezes conhecidos como Afonso Arinos sobrinho, porque um tio seu se chamou Afonso Arinos de Melo Franco. Essa passagem de nome é quase como uma vontade de continuar um legado, pois recebeu o nome idêntico até na escrita. Vontade essa que vem se realizando com sucesso. Os Arinos poderiam ser, no Brasil, um exemplo das estruturas estabelecidas e mantidas pelo próprio sistema, quase que como se a linhagem garantisse uma espécie de passe para o clube de alto escalão do Estado, tanto em cargos públicos quanto na manutenção dos próprios códigos, sejam nos costumes ou até mesmo na própria língua, como percebe-se a seguir.

O que os três carregam em comum é que todos eles foram membro da Academia Brasileira de Letras, cujo objetivo é o cultivo da língua e da literatura nacional¹¹⁹. O primeiro, Afonso Arinos, nasceu em 1º de maio de 1868 em Paracatu, MG, e faleceu em Barcelona, Espanha, em 19 de fevereiro de 1916. A única informação sobre seus pais nos arquivos da Academia Brasileira de Letras, além dos nomes (Virgílio de Melo Franco, do pai, e D. Ana Leopoldina de Melo Franco, da mãe), consta que seu pai foi juiz, consta também que Afonso Arinos foi advogado, contista e romancista¹²⁰.

Já o pai, Afonso Arinos de Melo Franco vinha de uma tradicional família de políticos. Seu pai, Afrânio de Mello Franco, foi deputado federal, embaixador do Brasil na Liga das Nações e ministro da Viação e Obras Públicas e das Relações Exteriores, entre outros cargos. Seu avô materno, Cesário Alvim, prefeito do Rio de Janeiro, governador de Minas Gerais e ministro da Justiça¹²¹. Os arquivos da Academia Brasileira de Letras trazem um tom mais nobre na descrição da família de Arinos, ao tratar seus pais, Afrânio de Melo Franco e Sílvia Alvim de Melo Franco, como de linhagem ilustre. E continua, quase que com tom heroico:

“Seu avô materno, Cesário Alvim, fora grande político no Império e na República; seu pai fora um dos expoentes da primeira e segunda Repúblicas, e o irmão Virgílio contribuiu de modo decisivo para a vitória da Revolução de 1930 e do movimento de redemocratização do país em 1945. Seu tio Afonso Arinos (primeiro deste nome) é mestre do regionalismo brasileiro. Seus filhos Afonso Arinos (terceiro) e Francisco Manuel destacaram-se na vida pública de suas gerações.” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS)¹²²

Importante destacar que Virgílio (irmão de Arinos pai) foi importante tanto na ascensão quanto na queda de Vargas, tudo dependendo do momento mais oportuno para se colocar como figura decisiva do processo. Mas isso é o histórico familiar dos Arinos, voltando ao diplomata que atuava na Bolívia em 1980, pois seus informes servem como fonte oficial de um relato sobre o que ocorria na região, apesar de ser preciso uma certa prudência na análise desses relatórios.

Dentre as várias coisas que Arinos Filho fez em sua carreira, vale ressaltar que foi professor de Civilização Contemporânea no Departamento de Jornalismo do Instituto Central

¹¹⁹ Quem somos? Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academia/quem-somos>>. Acesso: 12/05/2022.

¹²⁰ Afonso Arinos. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/afonso-arinos/biografia>>. Acesso: 12/05/2022.

¹²¹ Brasil criou 1ª lei antirracismo após hotel em SP negar hospedagem a dançarina negra americana. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-21/brasil-criou-1-lei-antirracismo-apos-hotel-em-sp-negar-hospedagem-a-dancarina-negra-americana.html>>. Acesso: 12/05/2022.

¹²² Biografia Afonso Arinos de Melo Franco. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/afonso-arinos-de-melo-franco/biografia>>

de Letras na Universidade de Brasília, nos anos de 1964 a 1965. Esses foram justamente os anos que iniciaram o período em que a ditadura militar brasileira decidiu instalar censores na universidade para rastrear atividades “subversivas”. Ao passo que Afonso Arinos, imbuído do mandato de Deputado Federal enquanto lecionava na Universidade, dirigiu ao reitor Laerte Ramos de Carvalho a seguinte mensagem:

“Informo a Vossa Excelência que não há lugar para mim numa Universidade onde impera o macarthismo como medida de avaliação intelectual e cultural e o conformismo ao poder político dominante, na ocasião seja o título principal de “merecimento”; na qual homens da generosidade, idealismo e probidade do professor Pompeu de Souza estejam impedidos de continuar trabalhando, com o desinteresse e o afincamento que sempre o caracterizam.

Por tudo isso, peço, nesta data, demissão da cadeira de Civilização Contemporânea do Curso de jornalismo da Universidade de Brasília.

Saudações,¹²³

Pompeu de Souza a convite de Darcy Ribeiro ajudou na criação da Faculdade de Comunicação da UnB, da qual foi professor, um dos professores demitidos após o golpe militar de 1964¹²⁴. Pompeu de Souza era, nas palavras de Cristovam Buarque, um democrata e um espírito de vida pública¹²⁵, como tal, não se dobrava aos mandos da ditadura militar, provável que seria esse o motivo de sua demissão, como haveria de ser um convidado do fundador da Universidade de Brasília. Afonso Arinos também se demitiu do cargo, fazendo parte do processo que causou o esvaziamento do quadro de professores e idealizadores da Universidade, que enfraqueceu, mas não destruiu, o núcleo cultural que não podia faltar em uma universidade, que tinha como um dos objetivos montar, nesse saber, um pensar o Brasil como um problema, nas palavras de Darcy Ribeiro¹²⁶.

Como mostra a mensagem de Arinos ao reitor, esse ato dele pedir demissão parece ter sido uma forma de mostrar protesto aos mandos da ditadura sobre a Universidade de Brasília. Talvez como forma de mostrar que não ia compactuar com aquele projeto ou como uma forma de prejudicar o funcionamento institucional no intuito de mostrar aos militares que a instituição de nada vale sem seu corpo docente. No entanto, continuou a fazer parte da estrutura estatal,

¹²³ RIBEIRO, D. A Invenção da Universidade de Brasília: 1961-1995. Brasília: Senado Federal, 1995. Carta n. 14. p. 298.

¹²⁴ Professor recebe homenagem em sessão especial do Senado. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/39-homenagem/735-professor-recebe-homenagem-em-sessao-especial-do-senado>>. Acesso: 14/05/2022.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Universidade de Brasília: projeto de projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961/ Darcy Ribeiro (org). – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. p. 8.

apesar do país estar sendo administrado pela ditadura militar, Arinos ainda fazia parte do complexo dos órgãos que institucionalmente têm o exercício do poder¹²⁷, que, segundo Bobbio, faz parte do governo. Pode ser que questões práticas na vida de Afonso Arinos o façam seguir como deputado—ou envolva algum sentimento mais voltado para o idealismo, de cumprir o mandato para o qual foi eleito. Poderia ainda ser que acreditasse na possibilidade de conseguir oferecer alguma resistência aos militares enquanto fosse Deputado Federal, haja visto que ingressou no seu primeiro mandato de deputado estadual mandato pela União Democrática Nacional (UDN), mas após a ditadura de 1964 impor o bipartidarismo, passou para o partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Interessante ressaltar que enquanto Arinos Filho fazia esse movimento, Arinos Sobrinho, seu pai, que era senador naquele instante, assumiu uma Secretaria sem Pasta em Belo Horizonte, criada para ele na emergência (GOMES, 1964, p. 111). Arinos Sobrinho seria então destinado a ser o chanceler do golpe, o primeiro chanceler da República fora do Itamaraty.

Afonso Filho chegou a publicar em meios acadêmicos, como foi o caso em que publicou na Revista Civilização Brasileira que representou um espaço importante para a construção de resistência cultural de esquerda contra a ditadura militar, entre os anos de 1965 e 1968¹²⁸. Não apenas isso, atuou de maneira muito presente em vários meios de comunicação, principalmente na extinta Rede Manchete de Televisão, onde foi comentarista de política internacional de 1995 até a extinção da emissora, em 1999.

Mas no instante em que ele estava na Bolívia, era ditadura militar no Brasil, Affonso Arinos parece ser bastante técnico nos comentários, evitando um mérito valorativo sobre a situação, embora ele deixe escapar que não compreenda bem a ação dos EUA e da URSS na região, parece deixar ele confuso o fato da URSS falar com militares, enquanto os EUA falam com partidos que ele diz ser de esquerda. Arinos aparenta limitar-se na ideia de que a ideologia que ele resume na dicotomia política de direita e esquerda tem maior peso no interesse dessas duas potências, sem perceber que para soviéticos e estadunidenses não estão interessados com quem, mas em como manter a influência da região. Agora ao se tratar de tentativas de assassinatos¹²⁹, pessoas desaparecidas¹³⁰, grupos de trabalhadores sendo bombardeados por

¹²⁷ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 563.

¹²⁸ CZAJKA, Rodrigo. A Revista Civilização Brasileira: Projeto Editorial e Resistência Cultural (1965-1968). In: Revista de Sociologia e Política. V. 18, Nº 35: 95-117. 2010.

¹²⁹ ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE/1324 DE 18 DE JUNHO DE 1980.

¹³⁰ GUZMAN, Augusto. *HISTÓRIA DE BOLÍVIA*. Los Amigos Del Libro. Bolívia, 1998. P. 403.

aviões¹³¹, nesses casos Arinos narra sem qualquer preocupação ou confusão, é como se fosse natural.

Mas antes de entrar propriamente em como ele narra os acontecimentos, vale reforçar que seu diário, que se tornou o livro *Tempestade no Altiplano*, é parte essencial para narrar a atuação de Arinos enquanto atuava na Bolívia. Justamente antes da introdução do livro há uma advertência para o eximir de qualquer responsabilização que por ventura pudesse cair sobre ele em decorrência da publicação do diário, vide:

“em atenção às normas estatutárias que regem as atividades profissionais dos diplomatas brasileiros, este diário não opina sobre a formulação e execução da política externa do Brasil, limitando-se à narração de episódios havidos e presenciados. E todas as ocorrências e comentários nele constantes referem-se a situações ultrapassadas.” (ARINOS, 1998, p. 9)

Essa advertência para evitar qualquer complicação administrativa ou legal que pudesse recair sobre o diplomata no âmbito de sua atuação. Mas Arinos entendia que o diário poderia ser objeto de análise, pois após se resguardar quanto a sua atuação profissional na advertência, ele abre a introdução enfatizando que se este diário atrair alguma atenção ou possuir qualquer utilidade, será pelo seu valor exemplar de parábola em torno da fragilidade inerente ao regime democrático na América Latina. Sendo intelectual da área diplomática, sabia que diários tem grande valor como testemunhos históricos.

Logo no segundo parágrafo aparenta mostrar alguma preocupação com rito democrático na América, pois relata que sua passagem pela Bolívia coincidiu com a “reprodução integral de um processo dramaticamente reiterado em sua história”, esse é o jeito que ele relata o golpe de que ocorria no país naquele instante. Mas não apenas isso, ele segue afirmando que esse tipo de processo “é assim em nossa história continental”, é nesse instante que ele demonstra a preocupação com o continente. Em momento algum ele faz referência à ditadura no Brasil em seu diário, mas descreve no mesmo parágrafo como entende a atuação dos militares:

“que, em nosso continente, sempre denotaram sôfrega impaciência com as limitações constitucionais às suas ambições de mando; conspiração castrense, com a frequente cumplicidade e, quase sempre, apoio financeiro dos civis, que aguardam a instalação de governo arbitrário para fruir lautos dividendos; golpe de Estado, em que os militares assumem diretamente o poder ou deixam sua fachada simbolicamente entregue a algum testa-de-ferro; corrupção crescente, pela falta de controle da opinião pública ou dos demais poderes sobre a ação governativa (os ganhos ilícitos assim obtidos costumam repartir-se com civis complacentes que, nessas ocasiões, deles se atribuem, com frequência, a parte do leão); com a exacerbação da repressão e da corrupção” (ARINOS, 1998, p. 9)

¹³¹ ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE nº 1508 DE 21 DE JULHO DE 1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001.

Esse trecho chama atenção para um fato interessante em relação a Arinos, em como ele identifica o *modus operandi* da ação dos militares na América Latina. Nesse ponto da história ele já havia saído da Universidade de Brasília como forma de protesto em relação a perseguição de outros professores e já havia passado para o partido de oposição à ditadura, o MDB. O interessante nesse ponto em específico é que apesar de ele não atacar nomeadamente a ditadura brasileira, ele faz referência aos usurpadores da democracia. Isso contrasta com a ação do diplomata argentino, José Romero. Enquanto Romero segue a agenda da ditadura militar do seu país, Arinos parece seguir por outro caminho, mas ainda assim permanece na função de diplomata da nação brasileira.

Mas para entender melhor sua atuação, vamos analisar as fontes da sua passagem no país. Seu primeiro relato em território boliviano marca no dia 1º de março, em La Paz (ARINOS, 1997, p 15). Não é sua primeira vez que ele vislumbra aquele socavão aberto pela erosão no altiplano, onde se via ao longe o espelho d'água do lago Titicaca. Suas lembranças recordam que sua primeira vez com aquela visão foi em dezembro de 1952 quando se dirigia à Lima, estava acompanhado de seus pais e seus tios, Caio e Iolanda de Melo Franco, que eram naquele instante embaixadores no Peru. O motivo dessa viagem é que seria inaugurado em Lima uma Avenida com nome de seu avô, Afrânio de Melo Franco, pai de seu pai. Essa Avenida veio em decorrência da participação de Afrânio na mediação do conflito entre Peru e Colômbia, no início dos anos 30 (ARINOS, 1997, p. 15), conhecido como a questão Letícia¹³². Esse feito garantiu a Afrânio 46 indicações ao Prêmio Nobel da Paz¹³³, as indicações vieram de várias autoridades de países da América do Sul, principalmente membros do parlamento português, brasileiro, mexicano, uruguaio e equatoriano. Uma das famílias que servem para representar a típica perpetuação de pequenas oligarquias familiares no Estado brasileiro, o próprio Arinos após descrever as acomodações da Embaixada Brasileira que habitaria ressalta que “tem um laço familiar com os Aramayo¹³⁴: seu tio-trisavô Eduardo Calado, primeiro ministro

¹³² Questão Letícia é o nome dado ao conflito militar entre o Peru e a Colômbia iniciado em agosto de 1932, tendo como objeto uma área do extremo sul do território colombiano fronteira com o Peru e ao Brasil e na qual se localiza a cidade de Letícia. O conflito foi dirimido em 1934 graças aos esforços de mediação do Brasil, sob o patrocínio da Liga das Nações. (WANDERLEY JUNIOR, 2018.)

¹³³ H. Nomination archive. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/nomination/archive/show_people.php?id=2269>. Acesso em: 4 mar. 2023.

¹³⁴ Carlos Víctor Aramayo foi um magnata do setor de estanho na Bolívia, base da economia daquele país entre os anos 1946 a 1952. Ele foi o dono da casa que se tornou Embaixada do Brasil. O Itamaraty alugou sua casa de 1952 a 1972, adquirindo-a logo em seguida. (ARINOS, 1997, p. 17).

plenipotenciário do Brasil em Assunção depois da Guerra do Paraguai, era casado com Henriqueta Zeballos Aramayo¹³⁵.” (ARINOS, 1997, p 17).

10 dias após sua chegada à Bolívia para exercer a função de diplomata naquele país, Arinos teve que lidar nesse ínterim com questões próprias da vida de quem assume algum cargo, o rito burocrático que envolve sua posse, até que finalmente no dia 10 de março chegou-se o último dia desse processo, que ocorreu com a subida do diplomata às escadas do Palacio Quemado¹³⁶. Arinos teve a oportunidade de receber as credenciais da primeira mulher a governar o país, Lída Gueiler Tejada. A presidenta havia chegado ao poder em decorrência de uma tentativa de golpe no país levada a cabo pelo general Alberto Natusch Busch, golpe que não durou nem 20 dias, do dia 1º de novembro ao dia 15 (CARVALHO, 2005, p. 189).

Mesmo que o golpe tenha sido frustrado, a continuidade do governo foi quebrada, ao invés de Arze, que era o antigo presidente¹³⁷, quem assumiu a presidência da nação no dia 16 de novembro foi Lída Gueiler Tejada. Justamente ela estava no poder naquele instante e tentava manejar o país rumo à vontade civil, aproveitou o momento para saber a posição do Brasil frente às ameaças golpistas que os militares bolivianos faziam naquele momento, Arinos responde que o Brasil não tinha lições a dar aos estados vizinhos e amigos, mas que, de nossa parte, havíamos tomado uma firme opção pela democracia (ARINOS, 1997, p. 22). A partir dessa asserção, Lída Gueiler, que mantivera uma atitude formal, e mesmo tensa, no início da conversa, descontraíu-se visivelmente e, ao encerrar o diálogo, sorria muito, demonstrando a mais franca cordialidade (ARINOS, 1997, p. 23). Percebe-se que há uma certa tranquilidade na presidenta do país ao perceber que o Brasil não está entre os algozes que buscam solapar a democracia.

¹³⁵ A guerra derivou das tensões diplomáticas na região do Rio da Prata. O Paraguai cultivava estreitas relações com o Uruguai, pois o comércio exterior paraguaio dependia do porto de Montevideu, mas mantinha um pé atrás em relação ao Brasil e à Argentina, vistos como expansionistas. O frágil equilíbrio se rompe em outubro de 1864, quando o Brasil invade o Uruguai para intervir numa guerra civil local. O Paraguai protesta, temendo perder o aliado. Como dom Pedro II ignora as reclamações, o Mariscal toma duas medidas radicais. Em novembro, confisca o navio brasileiro Marquês de Olinda, que navegava pelo Rio Paraguai, na altura de Assunção, rumo a Cuiabá. Em dezembro, manda suas tropas atacarem a província de Mato Grosso. A guerra está declarada. (150 anos depois, guerra ainda é ferida aberta no Paraguai, BRASIL. Senado Federal).

¹³⁶ O nome do palácio onde trigésimo presidente Villarroel López foi assassinado pela população - e principal sede do governo boliviano até agosto de 2018 - é Palacio Quemado. Isso mesmo, "queimado", em tradução livre para o português. Inaugurado em 1853, o casarão foi literalmente incendiado por opositores do então presidente Tomás Frías. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50432313> >. Acesso em: 16/06/2022.

¹³⁷ ARQUIVO NACIONAL. INFORME DSI/MRE/ nº 712 DE 16/4/1980. br_dfanbsb_z4_rex_ips_0068_d0001de0001.

O alívio de Lídia após a fala de Arinos se dá pelo temor constante de golpe que cercava o país boliviano. Vítima de 194 tentativas de golpes de Estado e 14 que foram de fato consumados, incluindo a que ocorreu no ano de 2019 quando a apresentadora de programa Jeanine Áñez Chávez tentou usurpar a ordem democrática do país, a Bolívia ostenta hoje o título de segundo país, desde a independência, que mais sofreu golpes de Estado no mundo, ficando atrás apenas do Haiti¹³⁸. A média na Bolívia é de um presidente ocupar o cargo a cada dois anos e um mês. Há vários países que se pode presenciar o desdém das elites com a ordem democrática e a falta de compromisso com a população no uso do público em benefícios de interesses privados, mas no coração da América do Sul esse fenômeno ser tão marcante chega a ser simbólico para o continente.

Logo no dia seguinte, 11 de março de 1980, Arinos diz experimentar pessoalmente alguns dos motivos responsáveis pela preocupação que demonstrava a presidenta, segundo ele não há noite em que não se ouça, em La Paz, a explosão de bombas. Já no volume 28 do CIEX consta um relatório referente ao dia 18 de março sobre essa situação da Bolívia: “

- “1. Sabe-se, agora, que se na carta de que trata o informe de referência (CIEX nº 035/80) consta a seguinte frase da Primeira Mandatária da Bolívia LÍDIA GUEILER TEJADA ao presidente do Peru FRANCISCO MORALES BERMUDEZ: “en lo que me es personal, estoy resuelta a cualquier sacrificio si el mandato historico asi me lo impusiera”.
2. A referida frase tem provocado conjecturas contraditórias. De um lado, teria algum fundamento o rumor de que a Presidente desejaria afasta-se do Governo antes das realizações das eleições, caso em que passaria a direção do país, possivelmente, a uma Junta Militar, como já foi igualmente circulado e, do outro, que ela estaria forçada, por um golpe, a deixar o poder antes do pleito, hipótese em que resistiria, já havendo anteriormente declarado que estaria disposto a dar a vida para defender o regime constitucional.
3. A carta em apreço é reveladora das preocupações existentes em La Paz quanto às possibilidades de um golpe de Estado do qual, de maneira insistente, mais uma vez se volta a falar abertamente e a prever para breve.” (CIEX. 18/3/1980. Nº 049/80)

No trecho pode-se perceber que o CIEX também considerava digno de nota a possibilidade de golpe na Bolívia, a avaliação do documento é A – 1, como já dito anteriormente, é o tipo de avaliação de menor potencial ofensivo. É assim porque os informes do CIEX vão pelo viés de analisar a possibilidade de comunismo na região, então esse informe tem a intenção de deixar o alerta sobre a instabilidade política do país vizinho, pois é possível saber o motivo do começo de crises políticas, mas jamais seu final. Mas reforçando que a

¹³⁸ A Bolívia tem um histórico de golpes e crises. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,bolivia-tem-historico-de-golpes-e-crises,242400>>. Acesso em: 16/06/2022.

questão não é a crise em si, mas a possibilidade dessa instabilidade ter um desfecho desfavorável aos interesses da ditadura brasileira, como uma revolução, tanto que oito dias antes, em 10 de março, foi produzido um relatório sobre a Bolívia de avaliação A – 2, cujo título é: Acordo de intercâmbio cultural e científico. Bolívia-URSS. O relatório descreve acordo de cooperação entre os soviéticos e bolivianos no campo da ciência e educação, cultura e arte, imprensa, rádio, televisão e cinema e por fim saúde pública. Então no caso do CIEX é manter o governo brasileiro informado da possibilidade maior ou menor da Bolívia, a partir de sua incerteza política, se enveredar ao rumo soviético.

Arinos, por outro lado, parece estar preocupado com o rito democrático do país. Após experimentar pessoalmente alguns dos motivos responsáveis pela preocupação da presidenta do país, o brasileiro no dia 12 de março recebeu um boletim da USICA, agência de notícias oficial da Embaixada dos Estado Unidos, reproduzindo declarações do embaixador Marwin Weissman, recém-nomeado para representar o seu governo neste país. A mensagem constatou que “o governo Gueiler atuou valorosamente ao tomar medidas necessárias para estabilização econômica e a preparação das eleições” acrescentou também que “espera que o ganho boliviano em prol do regime democrático se consolidará ainda mais nos próximos meses”. Mais adiante Arinos destaca méritos nas palavras do diplomata Weissman, nas palavras do diplomata brasileiro esses méritos “parecem evidentes” (ARINOS, 1998, p. 24), o que obviamente não são evidentes, mas nesse comentário ele deixa claro quais são os valores que para ele deveriam ser obviamente compartilhados por todos.

Naquele contexto boliviano o que se tinha como “méritos evidentes” são relativos a cada grupo, tanto diplomatas quanto políticos e militares são bem divergentes nos valores que consideram fundamentais. As falas do norte-americano surpreendem o brasileiro pelo grau de intervenção pública que elas implicam, segundo ele no Brasil tal atitude seria inadmissível (ARINOS, 1998, p. 24). Três meses depois as declarações do porta voz de Estado norte-americano acabaram se tornando inadmissíveis também na Bolívia. O segundo corpo de exército e o colégio militar de aviação, sediado em Santa Cruz, noticiaram através de comunicado conjunto firmado pelos comandantes general Hugo Echeverria e coronel Ariel Coca um ultimato ao governo para tornar persona non grata o embaixador estadunidense e deu-lhe 72 horas para abandonar o país (DSI/MRE nº 1255. 10/06/1980). Em nota dizem: “as Forças Armadas da nação declaram traidores à pátria todos aqueles que expressam seu apoio ao descarado intervencionismo do governo dos Estado Unidos em nossos assuntos internos”,

deixando claro que não iriam tolerar movimentos dentro do país junto aos norte-americanos contra suas ambições, a nota segue:

a junta de generais e almirantes das Forças armadas da nação, ante as insólitas declarações emitidas pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América do Norte e outros elementos contrários aos princípios da auto-determinação e não-intervenção dos povos, repele energicamente tais expressões que ferem a dignidade da pátria como estado soberano, exteriorizando sua plena solidariedade com a atitude patriótica assumida pelo alto comando militar. A junta de generais e almirantes das forças armadas da nação reitera ao povo da Bolívia sua férrea e indestrutível unidade institucional a serviço dos interesses da pátria.” (DSI/MRE nº 1255. 10/06/1980).

O trecho evidencia algo interessante sobre os militares bolivianos, eles fazem um discurso sincrético entre o que seriam os próprios interesses e os interesses da nação, outorgam para si o título de entendedores e protetores da nação sem levar em conta os interesses da população de um modo geral, de modo a não aceitarem o processo de decisão do povo, a própria democracia. No diário Arinos faz um comentário entre parênteses que não aparece no relatório nº 1255 após os nomes responsáveis por encabeçar a mensagem: “acusados, ambos, de estreitas ligações com o tráfico de cocaína”, se referendo ao general Hugo Echeverría Tardio e coronel Ariel Coca Aguirre. Há no diário vestígios mais íntimos da situação que ocorria na Bolívia naquele instante, pode-se dizer que é uma fonte mais aberta para percepções individuais sobre o que ocorria, apesar de parecer algo mais óbvio, ajuda a complementar o que são esses militares que outorgam para si o direito de serem os defensores da pátria e bastiões da vontade do povo, mais especificamente eles se descreviam como

“as Forças Armadas são a única instituição com capacidade organizativa, moral e material de criar as condições de disciplina e ordem para mobilizar os recursos na consecução de um desenvolvimento rápido e eficaz. Por isto, é a instituição armada que se há de construir em cúpula suprema de poder do estado, debaixo da qual poderão atuar, com maior ou menor iniciativa, os demais poderes do Estado” (DSI/MRE nº 921. 12/05/1980).

Esse comentário advém justamente da DSN, no caso dos militares bolivianos a influência vem do Brasil, o comandante geral do exército, general Luis Garcia Meza, objetivamente afirmou isso em uma entrevista no seminário de abertura da escola militar boliviana “chega ao nosso país, nos últimos cinco anos, a Doutrina de Segurança de Estado, cujo principal cabeça é general brasileiro Couto e Silva” (DSI/MRE Nº 921. 12/05/1980). Garcia Meza, que daria o golpe de Estado na Bolívia em pouco dias, atribuiu a origem do atual pensamento militar majoritário boliviano a uma Doutrina de Segurança de Estado, que era justamente a DSN. No trecho Meza afirma que somente as Forças Armadas teriam capacidade

de dirigir o país, pensando não distante dos militares brasileiros enquanto teoria, além de ter como influência a própria realidade brasileira como exemplo.

Não apenas isso era semelhante ao sistema ditatorial brasileiro, encontra-se na mídia boliviana um forte componente anticonstitucional, como é o exemplo de Jorge Carrasco que afirmou francamente a Arinos que o país não estava preparado para a democracia (ARINOS, 1998, p. 27), Carrasco era dono do jornal *El Diálogo*, cotidiano esse que publicou artigo do general Luis Garcia Meza intitulado “papel histórico das forças armadas da nação”, nesse artigo ele descreve a função das forças armadas como grande bastião da vontade popular:

“com remédios extrajurídicos genuíno conteúdo extraído da vontade popular e no consenso social, permite-lhe ultrapassar o falseamento de normas jurídicas básicas e enfrentar os momentos de perigosa dissolução nacional. A formação e composição castrense outorga-nos a qualidade de cidadãos que trazemos sobre nossos ombros... As graves responsabilidades de solucionar o problema nacional defrontado pela comunidade, que afiançam a relação confiança-expectativa num projeto de salvação nacional. Conduza e oriente a busca de uma ordem social e econômica justa, faça retornar ao caminho os poderes públicos quantas vezes sejam violados ou desatendidos os princípios constitucionais básicos. Sendo constituintes superestruturais, as forças armadas evoluíram e se constituem em interpretes naturais das aspirações e ansiedades da comunidade nacional” (DSI/MRE nº 1206. 03/06/1980.)

No caso do Brasil havia exemplos: são o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). O Instituto Brasileiro de Ação Democrática foi fundado em 1959, e tinha por finalidade combater as políticas desenvolvimentistas do governo Juscelino Kubitschek, planejando possíveis formas de inserção no Brasil das grandes empresas e do capital internacional, influenciando nos debates econômico, político e social do país através de ações publicitárias, patrocinadas por empresários brasileiros e norte-americanos (FERNANDES. 2009. P. 13). Perceba que Fernandes entende que o IBAD como meio de ação dos EUA já para influenciar o país, mas nesse caso seria para sabotar o projeto nacional desenvolvimentista de JK para que eles mesmo pudessem ser os responsáveis e maiores ganhadores do patrimônio brasileiro, em um segundo momento o instituto chegou a criar a Ação Democrática Popular, outra organização para desviar recursos e financiar os candidatos a governadores contrários ao governo João Goulart nas eleições de 1962¹³⁹. Já o IPES foi criado logo após João Goulart assumir a presidência, em 1961. O órgão foi fundado por oitenta pessoas, logo chegando a quinhentos sócios em seis estados brasileiros, em menos de dois anos (DREIFUSS, 1981). Fernandes (2009) ainda pontua que o IPES se

¹³⁹ STARLING, Heloisa Maria Murgel. Golpe militar de 1964. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>>.

dedicava ao estudo e mapeamento do comportamento das camadas médias e financiando instituições formadoras de opinião. Com isso percebe-se que o uso da mídia tanto na Bolívia quanto no Brasil como um dos meios importantes para articulação do golpe de estado, que apesar de ter militares da conduta do governo, foi executado com apoio dos civis, reforçando o conceito de ditadura civil-militar.

O viés hierarquizante da geopolítica está presente do discurso de Jorge Carrasco, que afirma a sociedade não está preparada para a democracia, como se o fato do povo ser povo não fosse o suficiente para tanto, então na percepção dele, que é reproduzida na sua mídia, há categoria de pessoas que não estão prontas a escolherem o próprio destino, já na ditadura brasileira o viés também hierarquizante, mas com um tom tecnicista. A jornalista Denise Assis fala sobre filmes que passavam nas sessões de cinema e que eram veiculados nas empresas na hora do almoço para o operariado, além dessas propagandas também serem levados para o interior em pracinhas no interior do nordeste e no interior de Minas Gerais¹⁴⁰. Como exemplo desses curtas-metragens pode-se usar para analisar como se dava essa formação de opinião a partir da obra publicitária “Omissão é Crime”¹⁴¹, documentário produzido pelo IPES no início dos anos 1960 no contexto da campanha de desestabilização do governo de João Goulart, nesse curta o IPES apresenta a elite técnica do país como salvadores da pátria, então o povo dependeria de uma espécie de Aristocracia para ser salvo. Apesar da Bolívia não usar esse cunho tecnicista, também parte da premissa de depender de um corpo superior para tutelar o povo. Outro ponto a se destacar é que tanto no Brasil quando na Bolívia havia censura e assassinatos quanto a mídias consideradas de esquerda, como foi o caso de Jorge Selum Cava Diez, diretor do semanário esquerdista *Aquí*, semanário esse que já havia sofrido ataques a bombas em 7 de fevereiro de 1980 (ARINOS, 1998, p. 29).

Pode-se sintetizar o pensamento que estava em disputa na época no documento elaborado pela Central Operária Boliviana (COB), em sua primeira pauta afirmava lutar em defesa do processo democrático aberto pelo esforço e sacrifício do povo boliviano, contra a conjura de uma minoria antinacional e antipopular que pretende ensanguentar o país e executar uma nova aventura golpista, e contra toda forma de adulteração da soberania popular (ARINOS, 1998, p. 32). Esse documento foi aprovado pela Central Operária Boliviana, pelo Parlamento

¹⁴⁰ Título: O Dia que durou 21 Anos. Direção: Camilo Tavares. Estreia: 29 de março de 2013. Duração: 78 minutos.

¹⁴¹ IPES: Omissão é crime. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ZOCL6OkzCy4>>. Acesso em: 02/04/2023

Nacional, pela Igreja Católica, pela Igreja Evangélica Metodista, pela Universidade Boliviana, pela Assembleia Permanente de Direitos Humanos, pela Federação Democrática das Mulheres Bolivianas, pela União das Mulheres da Bolívia e por uma frente partidária favorável às eleições.

Junto esse contexto havia também as ameaças à integridade física dos embaixadores, Arinos chama isso de “peculiaridades da organização local”, ele percebe essa situação no dia 18 de março de 1980, quando o embaixador da Venezuela, Pedro Luis Echeverría, alerta sobre as possíveis ameaças presentes no país boliviano (ARINOS, 1998, p. 28). No caso da Bolívia havia uma outra peculiaridade local, ao invés de ficar evidente a ação norte-americana no apoio do golpe, Echeverría alerta que havia na Bolívia o apoio argentino, no caso dos diplomatas de outras nações, inclusive americanos, havia uma oposição ao golpe. Com isso pode-se perceber que a Doutrina de Segurança Nacional gestada pelos EUA e transmitida para o Brasil através das escolas superiores de guerra acabou se espalhando para regiões além de seu território, como foi o caso do Bolívia. Essa ideologia quando fora dos moldes brasileiros podia gerar ações diversas, como foi o caso das ações de militares bolivianos, como disse Michel Goulart da Silva (2017, p. 17) a cultura política se inscreve em certas tradições, direta ou indiretamente, relacionadas ao fenômeno política, manifestando-se de formas diversas ou mesmo contraditórias. Goulart da Silva se refere à tradição política, mas a política influência o meio militar, fazendo com que seu *modus operandi* também tenha variado a depender da região, além disso, com o golpe os próprios militares acabam dirigindo a política do país. Mas essa variação da DSN foi de tamanha diferença que os próprios Estado Unidos tiveram de conter um movimento baseado em uma ideologia feita por eles.

Aliás, no caso dos EUA pode-se citar como exemplo de complicação por causa dessa ideologia o caso envolvendo o embaixador Marvin Weissman que teve de deixar a Bolívia na manhã de 21 de julho de 1980 (INFE/DSI/MRE, nº 1508, 21/07/80), por ter sido considerado *persona non grata*. O motivo se deu pelo fato de o porta-voz do departamento de estado manifestar forte oposição do governo norte-americano a um golpe militar na Bolívia, bem como a atribuição ao embaixador Marvin Weissman da proeza de haver conseguido neutralizar um golpe de estado liderado pelo general Luis Garcia Meza, comandante geral do exército. Essa informação saiu no Washington Post e foi recebida na Bolívia com o maior estardalhaço (INFE/DSI/MRE, Nº 1255, 10/06/80). Esse acontecimento mostra que essa Doutrina não é um sistema regrado que torna um país cujo qual ela adentra às fronteiras um manipulado pela nação

criadora, o que ela faz é criar valores nas nações que a usam do modo que acharem mais apropriados baseado nas tradições do país. Mas há pontos em comum fundamentais para que se possa identificar a Doutrina de Segurança Nacional: como primeiro ponto pode-se dizer que a perseguição à esquerda é uma atividade comum dessa ideologia independente da nação que ela esteja sendo usada como referência, mas o jeito que essa luta se dá pode variar a depender do recursos disponíveis do país e da cultura dos militares; sendo a cultura do militares muito importante para entender o desenvolvimento da DSN porque seriam justamente os militares o segundo ponto importante para perceber a DSN, pois parte fundamental dessa doutrina é o entendimento de que os militares devem ser os responsáveis pela direção da pátria.

Então golpe na Bolívia que já vinha sendo esperado desde o começo do ano e que ocorreu especificamente no dia 17 de julho de 1980 acabou dando ao embaixador Weissman o título de *persona non grata* na Bolívia, sendo os EUA agora perseguidos pela doutrina concebida por eles mesmo. O golpe foi dado sob a direção do coronel Francisco Monroy Encinas que chefiava a Sexta Divisão do Exército, sediado em Trinidad, capital do Beni, que se rebelou com apoio do Distrito Naval, comandado pelo capitão-de-fragata J. Adelino Ribero Parada. O departamento de Santa Cruz foi declarado zona militar, com proibição de tráfego de veículos e pedestres. O alto comando das Forças Armadas reúne-se e apoiou a revolta de Trinidad, que provavelmente planejou, instigou e desencadeou. Tropas do Exército passaram defronte à residência da Embaixada, subindo em direção ao centro da cidade. As emissoras de rádio foram censuradas. Na tarde daquele dia informou-se que os paramilitares ocuparam o Palácio Queimado, prendendo a presidência e seus ministros, e invadiram a sede da Central Operário Boliviano, dela retirando, vivo, Juan Lechín, e assassinando, a tiros, Marcelo Quiroga Cruz, que participavam de uma reunião de emergência do Comitê e Nacional de Defesa. Com esse homicídio a sangue-frio, o golpe de García Meza fez seu primeiro mártir nomeado internacionalmente, o que não ocorrera com o golpe de Natusch Busch, quando foi também morto o dirigente da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia, Guadalberto Veja. As faculdades foram invadidas por soldados, que atiram nos estudantes. Com paralelepípedos, elevam-se algumas barricadas, o golpe estava nas ruas (ARINOS, 1998, pp. 74-75).

Logo após o golpe a primeira preocupação de Afonso Arinos foi com as centenas de brasileiros retidos em La Paz que aproveitavam as férias de julho para excursionar em paisagens exóticos, a neve dos Andes no inverno, o lago Titicaca, Cuzco, Macchu Picchu

(INFE/DSI/MRE/1500, Nº 1508/1980), embora não apenas os turistas estavam sofrendo ameaça. Os dois primeiros que o diplomata teve de demandar forças para ajudar foram enviados da imprensa brasileira para cobrir a crise político-militar no país boliviano, Paulo Antônio Rocha, da Folha de São Paulo, e Alessandro Porro, da Veja (ARINOS, 1998, p. 78). Eles receberam informações sobre tiroteio contra resistentes civis no bairro de El Alto, ambos passaram por uma arriscada aventura no dia 22 de julho em La Paz. Após o conhecimento do tiroteio, avisaram seus colegas de que tentariam cobrir o incidente, chegaram ao local por meio de táxi e logo quando chegaram foram detidos e levados em uma viatura militar ao centro da cidade, ao passarem por um hotel onde encontravam-se alguns correspondentes, acenaram, alertando-os. Foi Rosental Calmon Alves, correspondente do Jornal do Brasil que avisou Arinos por telefone, que se pôs em campo para localiza-los e tentar sua libertação. Porro e Rocha foram levados para interrogatório, que estava sendo brando até que um oficial viu um gravador no bolso de Porro. No gravador havia conteúdo de um político relevante no cenário boliviano que fazia forte oposição aos militares, Hernán Silas Zuazo. O conteúdo do gravador já havia sido publicado em jornais brasileiros, na gravação Silas Zuazo conclamava a população boliviana à resistência. Ao se deparar com o que havia no gravador o oficial mudou o tom do interrogatório, Porro foi levado para uma sala à prova de som, na sala além de bancos, mesa e duas cama, havia equipamento apropriado para tortura. A suspeita do oficial é que a gravação advinha de uma entrevista pessoal com Silas Zuazo, o motivo disso gerar uma mudança de tom é que Zuazo é um dos alvos prioritários da ditadura boliviana, então suspeitaram que a correspondente brasileira saberia da localização de Silas, então após uma áspera conversa Porro conseguiu mostrar que a gravação advinha de uma proclamação feita por rádio. O oficial então convencido liberou os dois correspondentes brasileiros, mas alertou, reiteradas vezes, que não se responsabilizaria pela integridade física ou pela vida dos dois depois que saíssem do quartel.

Ambos apareceram depois na chancelaria pálidos e com a boca ressequida, Arinos requisitou de imediato duas passagens aéreas, o diplomata acompanhou-os até o embarque no primeiro avião de Cruzeiro que chegou após o golpe para o Brasil. Com ele seguiram outros brasileiros, inclusive parentes de trabalhadores hospedados na embaixada, ao passo que Arinos afirma em seu diário estar quase só, após a ida desse grupo de pessoas para o Brasil, mas tranquilizado pelo fato dessas pessoas estarem seguras.

Então já no dia seguinte, em 23 de julho de 1980, a solidão que Arinos (1998, p. 80) dizia sentir passa a ser interrompida, pois mais dois refugiados surgem em sua casa, o primeiro

era o engenheiro de minas e geólogo Hugo Zapata Pericón, que foi gerente-geral da Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL), doutorado em geologia pela Sorbonne, em Paris, morava desde 1974 em Belo Horizonte, voltou à Bolívia em 1979 por convite do então presidente Walter Guevara para assumir o cargo de ministro de Minas e Metalurgia. O segundo que chegou à embaixada foi Luis Añez Álvarez, senador do Movimento Nacionalista Revolucionário, nos idos de 1960 já até foi cônsul da Bolívia em Guajará-Mirin, no Brasil. Antes de adentrar à embaixada brasileiro, Álvarez raspou o bigodinho beniano, afim de mudar sua aparência, essa prática de tentar mudar a aparência se disfarçando como ocorria na ditadura brasileira, era comum na Bolívia; o ex-presidente da Bolívia, Guevara Arze, contou a Arinos que seu pai tinha sempre à mão pelo menos três perucas de diferentes tonalidades, para usá-las na eventualidade de uma fuga. A necessidade desse tipo de estratégia não era infundada, Álvares antes de chegar na embaixada brasileira para conseguir asilo defrontou-se com um tanque de guerra na entrada do edifício em que residia, com o canhão apontado para a porta do elevador. Alertado pelo porteiro do edifício o perigo que corria, estava escondido em um compartimento de depósito, então conseguiu esgueirar-se pelos fundos até conseguir sair do prédio. Os militares frustrados em não conseguirem encontrar Álvares em seu apartamento, metralharam as paredes de todos os aposentos, destruíram os móveis e pilharam toda a residência. Arinos afirmar que isso não é de se estranhar em país onde Silas Zuazo já se disfarçou de índia chola com chapéu-coco, xale e pollera, já outro político chamado Juan Lechín, também desafeto de Garcia Meza, certa vez escapou dentro de um caixão de defunto. O clima dos militares no golpe de Garcia Meza era de usar metralhadoras de maneiras indiscriminada e à luz do dia, principalmente com uma estratégia que Affonso Arinos ironizou de serem “bravos paramilitares do coronel Arce Gómez, defendendo em heroico gesto, ao abrigo da Cruz Vermelha”, essa ironia vem após militares metralharem a Faculdade de Medicina da qual sua filha estudava, o fato ocorreu no dia do golpe, quando dentro de uma ambulância eles passaram dando tiros em direção à Faculdade; o uso de ambulâncias passa a ser recorrente nos dias pós golpe.

Em quase uma semana observando os desdobramentos internos do país e consequências desses desdobramentos em cenário internacional, no dia 29 de julho Arinos (1998, p. 87) abriu seu diário afirmando estar diante de uma nova odisséia, novamente envolvendo um repórter, dessa vez da TV Globo. Tratava-se de Rodolfo Gamberini, preso por dois agentes por ter feito uma ligação para Lima a respeito de uma entrevista dada por Silas Zuazo à televisão peruana. O próprio general Garcia Meza foi interrogado-lo, o general estava interessado em saber o paradeiro de político e capturaram Gamberini no intuito de arrancar dele o paradeiro, ao passo

que esse não sabia e foi questionado se pretendia entrevista-lo. O repórter respondeu que sim, caso localizasse-o, aproveitou a situação para pedir uma entrevista a Garcia Meza, Arinos afirma que o general, intimamente divertido, mandou solta-lo. O diplomata brasileiro enviou um adido militar da embaixada para agir junto ao ministro da Defesa Boliviana, general Reyes Villa, na libertação; enquanto o próprio diplomata agiu junto ao subsecretário da Chancelaria Boliviana, embaixador Marcelo Ostria Trigo. A embaixada brasileira na Bolívia recebeu ligação do próprio presidente do Brasil, João Figueiredo, e do México, José López Portillo, ambos pedindo encarecidamente para que o repórter da TV Globo não pernoitasse na prisão, hipótese em que seu amanhecer seria incerto. Após o fim do caso Arinos recebeu um telex: “Afonso Arinos de Melo Franco Filho, DD. Embaixador do Brasil em La Paz – Bolívia. Agradeço interferência e atuação do amigo no affair Rodolfo Gamberini. Sua pronta atuação, seu carinho e sua atenção certamente evitaram desdobramentos indesejáveis no episódio. Abraços Woile Guimarães. Editor Regional – TV Globo – SP”.

No mesmo dia Arinos ainda teve que mais uma vez enviar o adido militar em outra missão, da mesma natureza, de falar com o ministro de Defesa quanto a fim de obter garantias para o secretário da embaixada, Alexandre Gueiros. O secretário era responsável pelo setor de imprensa da Embaixada, matinha contatos habituais com jornalistas brasileiros e bolivianos, até o momento o que parece indicar é que as pessoas ligadas direta ou indiretamente ao jornalismo no país eram alvos preferenciais dos militares. No dia 28 de julho, um desconhecido havia procurado o departamento que o secretário atua, afirmando ter marcado um encontro com alguém naquele local, segundo Arinos, foi sua esposa que o atendeu na porta da embaixada e ele tinha um comportamento estranho na situação, ficava olhando o tempo todo para o interior da residência, recusando-se a abandonar a entrada. Após insistência para que se retirasse o desconhecido ainda foi ao porteiro do prédio e pediu o telefone de Alexandre, ao que lhe foi negado, tentando ainda interfonar para a secretaria. Então na manhã do dia 29, a empregada ao sair e levar duas crianças à escola foi seguida e ao regressar foi interrogada sobre seus patrões.

Na tarde do mesmo dia, às 17 horas, Arinos encaminhou à Chancelaria da Bolívia nota que estabeleciam normalizadas as relações diplomáticas entre os dois países. O motivo dessa nota é que, na perspectiva do Brasil, a Bolívia agora cumpria as condições de estabilidade: controle governamental e garantia de respeito aos compromissos internacionais, habitualmente impostos pelo Brasil para fins de reconhecimento de governos, sem julgamento moral, solidariedade política ou intervenções descabidas. Em menos de 15 dias após o golpe o

diplomata brasileiro segue sua função, atender aos interesses do país e entrega à Bolívia o reconhecimento do governo criado a partir de um golpe de estado, nesse mesmo tempo Arinos teve que lidar com a segurança de quase uma dezena de pessoas que corriam risco de vida. O reconhecimento só havia sido dado, até então, pelo governo argentino em 24 de julho, fato que foi passado ao conhecimento do diplomata brasileiro em um almoço que ocorreu na embaixada da Argentina, oferecido pelo diplomata argentino José María Romero, nesse reconhecimento de governo os argentinos ainda ofereceram um crédito de 200 milhões de dólares; dinheiro esse que era de fundamental importância para a Bolívia, pois estava com sua produção limitada em decorrências das greves que se manifestavam contra o governo de Garcia Meza.

O diplomata argentino também seguida atuando no aparente intuito de se informar sobre a situação da Bolívia, mas de um nicho específico. No começo do mês seguinte ao do golpe, em 2 de agosto de 1980, realizou-se uma reunião do corpo diplomático acreditado em La Paz, a encontro era dedicado à situação dos asilados políticos, momento oportuno para resolver a questão do grande número de abrigados em missões diplomáticas de países não signatários de tratados sobre asilo. Em meio às discussões José Romero manifestou interesse em conhecer o número total dos asilados nas respectivas sedes, ao passo que se defrontou com uma relutância geral dos demais membros da reunião (ARINOS, 1998, p. 92).

O motivo do número de asilados serem tão difíceis de se conseguir é porque o acesso às embaixadas se dava de maneira secreta e aleatória, não havia exatamente um padrão, mas Arinos tem um exemplo de como se daria em algumas situações:

Primeiro, as embaixadas eram contactadas por pessoas de confiança dos interessados, que, enquanto isso, evitam (quando podem) a captura, dormindo cada noite numa casa distinta, de familiares ou amigos. Quando o elemento do contato é prevenido da concessão do asilo, marca-se o dia e hora precisos para chegada do asilado. Este comparece como visitante ou escondido no fundo de um veículo (nos dois casos, o automóvel ingressa no jardim da Embaixada) ou de cambulhada com várias outras visitantes, que, ao saírem, deixam-no lá dentro, despercebido da guarda armada que vigia a entrada de todas as missões diplomáticas. (ARINOS, 1998, p. 92).

Esse exemplo de acesso à embaixada pode ser genérico, no sentido de ser apenas um dos jeitos de se manter em segredo até conseguir a garantia de sua integridade física dentro da embaixada, mas traz um aspecto burocrático importante, a necessidade de pedido prévio à embaixada para autorização do asilo político. Mas o diplomata brasileiro parece ter quebrado esse protocolo com fato que ele narra no dia 8 de agosto, ele abriu o diário nesse dia afirmando que aceita visitação de familiares dos asilados no intuito de minorar o isolamento e tristeza

dessas pessoas dentro de sua embaixada, embora deixe claro que vedou qualquer contato de caráter político. Mas nesse dia em específico ele foi obrigado a suspender a visita familiar sem explicar o motivo aos asilados, motivo que aparece explícito em seu diário, que seria evitar qualquer indiscrição a respeito da presença de duas refugiadas que poderiam acarretar graves riscos a todos presentes naquele local. Ambas entraram na embaixada antes que o pedido de salvo-conduto fosse divulgado no Brasil, que pelo jeito de Arinos narrar a situação, parecia ser o procedimento padrão a se tomar antes de receber asilados. As refugiadas eram Teresa Ormachea de Siles e María Isabel Siles Ormachea, tratavam-se da esposa e filha mais nova de Hernán Siles Zuazo. O motivo desse caso ser tão especial é a relevância política de Siles Zuazo, ele foi o candidato à presidência mais votado nas eleições que ocorreram no dia 29 de junho de 1980 (INFE/DSI/MRE/1398 N° 1500, de 04/07/1980), devido a isso seria o que teria maior legitimidade popular a assumir a liderança do país no cargo de presidente. Isso explica o motivo da ditadura boliviana estar em busca para encontra-lo de todas as maneiras possíveis, tanto que as prisões feitas aos correspondentes da mídia brasileira foram por suspeitas de ligações com Zuazo, ou, em busca de informações de seu paradeiro.

Desse modo a posição de Arinos em assumir a responsabilidade de asilar as duas familiares de Zuazo na embaixada, inclusive quebrando o processo padrão de asilo, colocaria em risco a própria vida do diplomata, embora os militares bolivianos pareceram mostrar algum respeito com os turistas brasileiros presentes no país; entende-se assim porque quando há relatos do militares com o povo boliviano em relatórios diplomáticos e no diário do diplomata o que se encontra são esses relatos associados a agressões físicas, ferimentos de balas ou bombas e mortes, já no caso de relatos associados aos brasileiros o grau de agressão é menor. Claro que o temor pela integridade física é constante, como foi o caso do correspondente da TV Globo, Rodolfo Gamberini.

Arinos demonstrou preocupação em específico com braço direito do general-presidente, o coronel Arce Gómez, ministro do Interior e Justiça, que fora acusado publicamente, antes do golpe, de organizar atentados terroristas, contrabandista, torturador e assassino; segundo o diplomata Arce Gómez é capaz de tudo. Três embaixadas (a dos Estados Unidos, da França e da Venezuela) já haviam sido ameaçadas de “acidentes”, sendo o ministro chefe ostensivo dos militares, Arinos parece que não acharia estranho se houvesse alguma ação sortida

“espontânea”, “incontrolável” pelas autoridades, para apreendê-las. A situação do país e de maneira pode ser exemplificada no relato do dia 11 de agosto¹⁴²:

Mães e mulheres desesperadas de Caracoles dirigem ao arcebispo de La Paz, monsenhor Jorge Manrique, carta datada de 9 de agosto, informando que, no dia 4 deste mês, soldados dos regimentos acantonados em Viacha e Oruro atacaram aquele distrito mineiro com canhões, tanques e aviões. Findo o assalto, a maioria dos mineiros estavam mortos, uns sobreviventes escaparam para os morros e outros para as casas da Vila El Carmen. O Exército seguiu matando os homens em suas casas, prendendo outros, torturando-os, e atravessando alguns deles com baionetas. Os feridos foram decapitados. Varias mulheres teriam sido violentadas pelos soldados. (ARINOS, 1998, pp. 97-98).

E assim seguiu a vida do diplomata que servia à ditadura de seu país prestando serviço em outra ditadura, Arinos já havia pedido demissão da Universidade de Brasília como protesto ao que os militares fizeram na Universidade, foi seu jeito de expressar seu descontentamento com o regime. Mas ainda assim continuou a servir como uma engrenagem, mas em outro lugar. Em alguma medida, não se sabe dizer qual, o fato de continuar fazendo parte do corpo diplomático como embaixador num país vizinho fazia-o um colaborador do o governo, pois o sistema continuava funcionando graças aos seus serviços. Há uma discussão em direito administrativo sobre o que seriam a superioridade da supremacia das instituições de Estado sobre os governos. Nas palavras de Alysson Leandro Marcaro:

“Leituras idealistas, liberais e juspositivistas consideram que o Estado se estabelece pela soma das instituições políticas já dadas ou que racionalmente deveriam sempre se dar. É preciso, no entanto, ultrapassar esses horizontes que enxergam nas instituições uma racionalidade ou uma finalidade de bem-comum e alcançar a materialidade e a historicidade das relações sociais.” (MARCARO, 2021).

A ideia é como se de alguma maneira o Estado fosse uma entidade composta por algo além das pessoas, quando na verdade ao atentar-se à materialidade dos fatos o que faz o Estado são as pessoas e seus valores, um Estado fascista ou nazista é composto pelas leis de seus governantes estabelecem e essas leis logram êxito a partir dos braços do Estado, seus funcionários. Arinos não deixou de ser um membro de um Estado ditatorial quando se tornou Embaixador na Bolívia mas agiu com algo entre a resistência e a cooperação na Bolívia, na mesma medida em que cumpre sua função de diplomata, informando o Estado brasileiro sobre

¹⁴² O trecho que se segue também se encontra no livro Sangue Pelo Povo e pode ser encontrado disponível em: < <https://www.cptmg.org.br/portal/memoria-dos-martires-da-america-latina-mes-de-agosto/> >. Acesso em: 21/6/2023.

as coisas que ocorriam na Bolívia; também usou as prerrogativas que são atribuídas ao cargo de diplomata para ajudar salvando a vida de pessoas em meio àquela incerteza boliviana.

A análise do diário pode parecer descompromissada no sentido de perceber o diário como algo que ser, em alguma medida, para exaltar a si mesmo. Essa análise é muito importante quando se tem outras fontes igualmente ricas em narrativas diárias, seja um outro expectador ou outras mídias para confrontar as perspectivas quanto aos acontecimentos. No entanto não é prudente deixar de perceber que mesmo os com os autoelogios presentes em fontes produzidas pelo próprio indivíduo a de se tirar daí algumas percepções. O conceito de elogio pode ser conceituado como julgamento favorável que se exprime em favor de alguém, mas o que é positivo pode variar a depender desse alguém. O fato de a pessoa usar certos valores como pressupostos para se autoelogiar evidência, no mínimo, o norte moral do indivíduo. Isso é perceptível no caso dos militares que ao se expressarem também usam discursos de exaltação, como quando afirma que “as forças armadas são a única instituição com capacidade organizativa, moral e material de criar as condições de disciplina e ordem para mobilizar os recursos na consecução de um desenvolvimento rápido e eficaz” (INFORME/DSI/MRE nº 921. 12/05/1980). Para se entender os valores a partir das percepções de um indivíduo não é necessário haver um autoelogio de maneira direta, seus comentários sobre o mundo refletem suas visões e nelas seus valores. Não é algo também que se finda no emissor, a percepção do que é elogioso também perpassa o receptor, é somente se o leitor comungar dos mesmos valores que uma fonte pode ser vista como autoelogio, caso contrário o descrito na fonte pode ser depreciativo. No trecho “todo cruzamento entre dois seres de situação um pouco desigual na escala biológica dá, como produto, um intermediário entre os dois pontos ocupados pelos pais. Significa isto que o filho chegará provavelmente a uma situação mais alta que um dos seus pais”, essa frase de superioridade racial que consta no capítulo de Minha Luta intitulado Povo e Raça tem por certos tons negativos em relação aos valores que Hitler teria o intuito de passar, já às pessoas que comungam de discriminação às etnias como valor, veem aí um tom positivo de Adolf acerca de si. Diante disso, por mais que um diário como fonte tenha consigo questões de autoelogios, são essas mesmas premissas que dele surgem que podemos tirar visões e valores de mundo.

Considerações finais

Este trabalho procurou estudar o desenvolvimento da doutrina nacional e sua influência nas instituições de estado, com ênfase na ação de um diplomata na Bolívia no ano de 1980. O que se tornou um trabalho que histórico de percepção multifatorial, pois a construção dessa doutrina envolvera vários fatores, desde o campo de financiamento militar ao de análises da sociedades latino-americanas. O primeiro fator descrito é que os EUA criam a DSN como uma necessidade de renovar a estratégia de manutenção do capitalismo na América Latina.

Inicialmente foi necessário entender o motivo da criação dessa Doutrina, então uma foi efetuada uma discussão bibliográfica acerca do assunto para perceber o que se tinha até o momento como motivos mais relevantes para o surgimento dessa nova estratégia pouco após o começo da segunda metade do século XX. O pano de fundo não poderia ser outro que não fosse a guerra fria, então logo após a Revolução Cubana ocorrer em 1959 e os Plano Marshall de mostrar menos eficiente que o necessário para satisfazer as demandas das Américas surgiu a necessidade de se elaborar essa nova estratégia.

Foi importante destacar o quanto os militares estadunidenses fizeram uso das pesquisas de intelectuais do país através do financiamento de bolsas de estudos, uso que geraram críticas dentro e fora das universidades norte-americanas. Primeiro quanto ao financiamento deixar em segundo plano a qualidade da pesquisa e focar nos interesses dos militares, fazendo com que as universidades se tornassem extensões do complexo industrial bélico, diminuindo seu foco em construção do conhecimento; segundo foram as pesquisas em si, como casos controversos da pesquisa conhecida como Project Camelot feita no Chile que chegaram a repercutir no The New York Times e até mesmo dentro do Congresso norte-americano.

Para chegar nesse ponto antes foi necessário explorar o que estava ocorrendo com a percepção da Guerra Fria naquele instante. Após a Revolução Cubana fazer de Cuba um país aliado à URSS sem que a própria URSS tivesse de estar fisicamente presente na região, como era a suposição dos EUA em relação à possibilidade de uma mudança de sistema sociopolítico; novos meios de perceber essa guerra foram necessários, eis então que a França decidiu publicar as conclusões feitas do motivo da sua derrota nas guerras de Libertação Nacionais na Indochina. Surgiu então no dia 1957 o manual intitulado Guerra Revolucionária e a Arma Psicológica produzido pelo Ministério da Defesa Nacional francês, nesse manual os franceses enfatizam a

importância do uso de psicologia enquanto arma, enfatizando a importância da propaganda, de modo a usar ela para de alguma maneira deteriorar a integridade moral do inimigo.

Desse modo a participação dos intelectuais foi basicamente encontrar meios viáveis de dar materialidade ao que os franceses entendiam como necessário para efetivar vitórias nesse novo tipo de guerra, então intercâmbios acadêmicos foram promovidos tanto com intelectuais sul-americanos indo aos EUA quando intelectuais estadunidenses indo à América do Sul. Então após chegar a alguma conclusão de como usar valores da região para fomentar a manutenção do capitalismo, ficou a cargo das escolas de guerra fazerem a difusão dessa doutrina. Do mesmo jeito que ocorreu com intercâmbio acadêmico, ocorreu com militares. A difusão ocorreu com militares do escalão superior indo receber treinamento por meio de cursos nos EUA e também militares norte-americanos promovendo treinamento nas escolas de guerra das Américas; após retornar e com o golpe instalado no Brasil, o que os militares fizeram foi colocar em prática o que tinham aprendido sobre a Doutrina de Segurança Nacional.

Depois de entender de onde surgiu a doutrina, sua necessidade e disseminação, passou a ser importante entender como ela agia dentro do corpo do Estado, de suas instituições. Então que ficou evidente que dentro dessa nova perspectiva de guerra a informação e a vigilância eram parte dos alicerces mais importantes dessa nova postura baseada na DSN, então é criado o Serviço Nacional de Informação, idealizado por Golbery do Couto e Silva. Golbery pode ser descrito como o intelectual da ditadura, a ele é atribuída a obra mais importante desse período quando se trata de discutir obras que influenciaram na percepção da missão do Brasil pós golpe de 1964. O SNI passou então a ser o principal órgão de informação, mas não se limitava a ele, praticamente em todo órgão do serviço público podia se encontrar um espaço destinado a essa função.

Lucas Figueiredo mesmo produziu *Militares e Civis na Ocultação dos Documentos da Ditadura*, nessa obra ele descreve o funcionamento do Centro de Informação da Marinha (CENIMAR), além disso ele discorre no funcionamento cultural da Marinha naquele período. A espionagem não ficava limitada apenas aos Centros, os militares de um modo geral passaram a observar o comportamento dos colegas e tinham a função de reportar ao superior qualquer atitude suspeita.

O Itamaraty teve uma situação análoga, que no caso se chamava Centro de Informação do Exterior (CIEEX), através desse centro vários relatórios de brasileiros no exterior chegaram ao Brasil. O caso do Itamaraty tinha a especificidade de que os diplomatas que atuavam em

outras nações continuavam a mandar relatórios da situação dos países em que atuavam, como era típico. Em paralelo a isso relatórios chegavam por meio do CIEX, então de alguma maneira havia nas embaixadas pessoas que seguiam a estrutura da ditadura brasileira baseada na vigilância.

Os relatórios seguiam as mais diversas informações desses brasileiros, de coisas mais básicas como nomes e funções até comentários mais profundos sobre costumes e atividades cotidianas. Analisando os relatórios foi possível perceber que essa estrutura do CIEX também mantinha algum diálogo com os sistemas de repressão de outros países, não só diálogo, mas também espionava estrangeiros que entrassem em contato com algum brasileiro alvo de vigilância. Quando se analisou com mais detalhes o formato dos relatórios, percebeu-se que esses informes além de serem encaminhados ao CIEX, também eram transmitidos a outros centros de informações, a depender do assunto. Quando isso foi percebido notou-se que alguns tinham como endereço o CENIMAR e então ficou claro o motivo do CENIMAR ter tanta preocupação em criar meios de armazenar informações com mais eficiência, tanto que o microfilme passou a ser usado por uma questão de economia de espaço. Com isso teriam capacidade de armazenar um número muito maior de informação quanto aos alvos de espionagem e vigilância.

O motivo dessa preocupação é que o padrão de espionagem era expansivo, sempre que um alvo de espionagem se comunicava com outra pessoa, essa pessoa agora poderia fazer parte dos catálogos dos centros de informações. Então se em um evento um perseguido se comunicasse com quatro ou cinco pessoas, essas quatro ou cinco agora também teriam uma ficha sua. Às vezes um centro solicitava ao outro informações complementares de algum indivíduo, pois como os centros eram descentralizados, podia constar informações diferentes neles.

Por fim surgiu o interesse de entender como funcionava esse sistema de espionagem em alguma embaixada e por uma questão de documentação disponível foi oportuno analisar a Bolívia. Justamente no ano de 1980 acabou entrando em curso um golpe no país que por acaso usava o Brasil como exemplo para sua ação, chegando a surgir, inclusive, o nome do próprio Golbery nos discursos dos militares bolivianos como justificativa da necessidade do golpe, na ideia de que os militares seriam os únicos capazes de administrar os rumos do país. Nesse ponto em específico é interessante notar como os EUA visualizaram os militares como úteis para a manutenção da região quando formularam as diretrizes da DSN, então quando chega no Bolívia a grande referência não é um norte-americano, mas um brasileiro, e no caso dos EUA acabaram

por ter seu embaixador declarado *persona non grata* dentro da Bolívia. A doutrina ela não seguia de uma maneira com entendimento único da sua necessidade ou criação, os militares acabaram assumindo ela como acham melhor e a usam como é mais conveniente para seus interesses.

Analisando a atuação do diplomata brasileiro, Afonso Arinos Filho, surgiu também a conhecimento de um outro diplomata de um outro país, José Romero. Esse seguia à risca uma visão de mundo baseada em um conceito conhecido como geopolítica, que em alguma medida é também a visão que seguia os EUA e o Brasil, mas que não exteriorizavam com tanta veemência a percepção de Romero baseado nesse conceito, que era uma ideia de que cada país tinha uma missão baseada na sua localização, uma espécie de destino que cabia aos governantes desses países apenas executarem esse destino. Claro que baseado nessa visão não só o país de Romero, a Argentina, tinha uma missão, os outros também tinham. Nesse instante faz sentido o jeito que Romero se dirige aos bolivianos, como inferiores ou subalternos, porque se vê as coisas com base na função de cada país, alguns serão identificados como superiores aos outros, e o diplomata Argentino se sente muito superior aos bolivianos.

Isso acaba sendo tão evidente que Arinos identifica que a Argentina quer fazer da Bolívia seu Afeganistão, como uma espécie de lugar que vale a morte de inúmeras pessoas em prol de uma segurança que a Argentina acha necessária para si. Arinos, nessa situação, parece seguir por um outro caminho, quando o golpe ocorre sua primeira preocupação é com os brasileiros que estavam passando suas férias no país, ao passo que ele vai dando encaminhamento para os brasileiros que se viam presos sem possibilidades de sair pelos meios convencionais. Mas em pouco tempo após o golpe passa a ficar evidente que a questão não são apenas os brasileiros de férias que Arinos deve se preocupar, os repórteres brasileiros que passaram a cobrir o golpe corriam perigo, alguns foram até presos cabendo ao diplomata encontrar meios para soltura deles. Com isso percebeu-se que mesmo com dois países sendo ditadura o alinhamento de perseguidos e inimigos não tinham alinhamento exato, pois os interesses de cada nação e pessoa envolvida dependia de outras questões maiores que não a simples luta baseada na guerra fria.

BIBLIOGRAFIA

ARINOS FILHO, Afonso. *Tempestade no Altiplano: (diário de um embaixador)* / Afonso Arinos Filho; organização Daniel Piza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966. 235 p.

AMOROSO LIMA, Alceu. Prefácio. In: ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966. p. VII-XIII.

BOBBIO, Norberto, 1909- *Dicionário de política I* Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1 la ed., 1998.

BURKE, P. *Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro*. In: BURKE, P. *A Escrita da história: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CHILCOTE, R. *Theories of Comparative Politics. Search for a Paradigm Reconsidered*. 2nd ed. Boulder: Westview. 1994.

FERNANDES, Ananda Simões. *A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva*. *Antíteses*, Londrina, vol. 2, n. 4, pp. 831-856, jul.-dez. de 2009.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985) / organização Jorge Ferreira, Lucília de Almeida Neves Delgado. – 10ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FIGUEIREDO, Lucas. Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FILHO, Pio Penna. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). In: Rev. Bras. Polít. Int. 52 (2): 43-62 [2009].

FON, Antonio Carlos. Tortura. A história da repressão política no Brasil. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1979

GARCIA, Alessandro Barreta.; OLIVEIRA, André Luis de. Uma análise da tendência tecnicista na atuação do professor de Educação Física Escolar. Dialogia, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 199-210, 2010.

HERMAN, Ellen. *Project Camelot and the career of Cold War psychology*. in *Universities and Empire: Money and Politics in the Social Sciences During the Cold War*, ed. C. Simpson, New York: New York Press, 1998.

HOBBS, T. Leviafã. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBBS, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991 / Eric Hobsbawm; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR., H. I. W. (ED.). QUESTÃO LETÍCA: ANÁLISE DA ATUAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NO CONFLITO COLOMBOPERUANO (1932- 1934). [s.l.] REVISTA DE

TRABALHOS ACADÊMICOS-CAMPUS NITERÓI. PUBLICAÇÕES UNIVERSO, 2018.
v. 18.

LESSA, Antônio Carlos. Há cinquenta anos a Operação Pan-Americana. *Revista brasileira de Relações Internacionais*, v. 51, n. 2, p.5-7, 2008

LOWE, George E. *Bulletin of the Atomic Scientists*. Educational Foundation for Nuclear Science. Chicago. 1966.

MANNO, F.J. y BEDNARCIK, R. *El proyecto Camelot*, *Foro Internacional*, 9(2) (34): 206-218. Marx, L. 1994.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. *Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba, n. 12, 1999, pp. 67-82.

MASCARO, A. L. As instituições do Estado: uma apresentação –. Disponível em: <<https://iree.org.br/as-instituicoes-do-estado-uma-apresentacao/>>. Acesso em: 1 ago. 2023.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. *Censura de livros durante a ditadura militar: 1964:1978/ Maria Mercedes Dias Otero*. Recife: O autor, 2003.

ORWELL, George. 1984; tradução Alexandre Hubner, Heloisa jahn; posfácio Erich Fromm, Ben Pimlott, Thomas Pynchon. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

RIBEIRO, D. *A Invenção da Universidade de Brasília: 1961-1995*. Brasília: Senado Federal, 1995. Carta n. 14.

ROMERO, Hernández. *La polémica del Proyecto Camelot en Chile*. De Raíz Diversa. Revista Especializada *En Estudios Latinoamericanos*, 7(13), 111–136, 2020.

SANTOS, Daniella Xavier V. G. Vargas e Perón: a política externa do Brasil para a Argentina na primeira metade da década de 1950. Brasília: UnB, dissertação de mestrado, 1991.

SCHOULTZ, Lars. Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

SULZBERGER, Arthur Ochs. **Burying 'Project Camelot'**. The New York Times, agosto. 1965. Disponível em: <
<https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1965/08/09/94972594.html?pageNumber=24>>.

Universidade de Brasília: projeto de projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961/ Darcy Ribeiro (org). – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

VARGAS, Getúlio Dornelles. Getúlio Vargas: diário. V.2 Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1995.